

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Paula Freitas Monteiro de Castro

A polarização de opiniões sobre o uso de hidroxicloroquina no tratamento para Covid-19: os efeitos do filtro-bolha e da câmara de eco na construção dos discursos

JUIZ DE FORA

2023

PAULA FREITAS MONTEIRO DE CASTRO

A polarização de opiniões sobre o uso de hidroxicloroquina no tratamento para Covid-19: os efeitos do filtro-bolha e da câmara de eco na construção dos discursos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar José dos Santos

JUIZ DE FORA

2023

RESUMO

As institucionalizações são entendidas como estruturas construídas e mantidas por convenções sociais para legitimar e manter significados. As objetivações da ordem institucional ocorrem por meio da legitimidade conferida aos significados construídos socialmente. Tal construção não ocorre de forma homogênea entre todos os indivíduos da sociedade, o que faz com que existam diferentes subuniversos de significação. Considerando que o discurso funciona como um mecanismo de manutenção e sustentação destes subuniversos, esta dissertação objetiva analisar como ocorre a construção dos discursos em dois subuniversos de significação distintos com posicionamentos antagônicos. Para tanto, será realizada uma análise discursiva de um *corpus* composto por oitenta comentários publicados em 2020 por usuários de duas páginas do Facebook, “Pleno.News”, com posicionamento reconhecidamente alinhado ao governo do atual presidente Jair Bolsonaro, e “Burguesia Fede”, com posicionamento contrário ao governo de Bolsonaro. Os comentários foram realizados em publicações envolvendo o uso da hidroxicloroquina no tratamento para Covid-19. A discussão sobre o uso do medicamento com tal propósito ocorre em um contexto de profunda polarização, intensificada pelas novas configuração das mídias sociais. As implicações envolvendo o acesso e distribuição das informações online nesta nova configuração, e a consequente formação de opiniões polarizadas, são explicadas pelas teorias do filtro bolha e da Câmara de Eco, que orientarão a análise discursiva proposta deste estudo.

Palavras-chave: Institucionalização; Polarização; Análise de Discurso; Filtro bolha; Câmara de Eco.

PAULA FREITAS MONTEIRO DE CASTRO

**A polarização de opiniões sobre o uso de hidroxiclороquina no tratamento para Covid-19:
os efeitos do filtro-bolha e da câmara de eco na construção dos discursos**

Dissertação apresentada
ao Programa de Pós-
graduação em
Administração
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestra em
Administração. Área
de concentração: Gestão
e Organizações.

Aprovada em 14 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilmar José dos Santos - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a. Heloísa Pinna Bernardo

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Carrato Diniz

Universidade Federal de Minas Gerais

Juiz de Fora, 06/07/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Jose dos Santos, Professor(a)**, em 14/08/2023, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Pinna Bernardo, Professor(a)**, em 18/08/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **angela maria carrato diniz, Usuário Externo**, em 29/08/2023, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1355289** e o código CRC **D1E01494**.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Burguesia fede: publicação raiz A.1.....	52
Figura 2 – Burguesia Fede: publicação raiz A.2.....	53
Figura 3 – Pleno News: publicação raiz B.1.....	53
Figura 4 – Pleno News: publicação raiz B.2.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As sete tarefas de construção da língua.....	56
Quadro 2 – Regras de classificação do <i>corpus</i>	57
Quadro 3 – Subcategorias para análise do Contexto Social do Sujeito.....	64
Quadro 4 – Classificação dos comentários - Publicação A.1.....	69
Quadro 5 – Classificação dos comentários - Publicação A.2.....	73
Quadro 6 - Classificação dos comentários - Publicação B.1.....	80
Quadro 7- Classificação dos comentários - Publicação B.2.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
FDA	Food and Drug Administration
H1N1	Síndrome Respiratória Viral da Influenza
OMS	Organização Mundial da Saúde
Opus	Grupo de Pesquisa Organizações, Interesse Público e Sociedades Sustentáveis
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SARS	Síndrome Respiratória Aguda grave (Severe Acute Respiratory Syndrome)
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	19
2.1	A pandemia do novo coronavírus.....	19
2.2	Acesso à informação e quarentena.....	20
2.3	Coronavírus no Brasil.....	21
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
3.1	Realidade socialmente construída.....	27
3.2	Institucionalização.....	29
3.3	Legitimação.....	32
3.4	Linguagem e Discurso na formação e sustentação dos subuniversos simbólicos.....	36
3.5	Universos e subuniversos.....	41
3.6	A internet e os fenômenos do filtro bolha e da Câmara de Eco.....	43
4	METODOLOGIA.....	49
4.1	Abordagem tipo e desenho do estudo.....	49
4.2	Procedimentos metodológicos.....	51
4.3	Validade e confiabilidade.....	58
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	59
5.1	Conhecendo os sujeitos da pesquisa.....	59
5.2	O debate sobre a cloroquina no Facebook.....	65
5.2.1	Publicação A.1: “Bolsonaro faz propaganda da cloroquina após dizer que está infectado”.....	66
5.2.2	Publicação A.2: “Cloroquina é ineficaz contra a COVID”.....	73
5.2.3	Publicação B.1 - “Bolsonaro diz que cloroquina será usada em casos leves”.....	79
5.2.4	Publicação B.2 - “Uso da cloroquina é clamor popular”.....	84
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

O modo cotidiano pelo qual se entende e se define a sociedade, e como percebemos as ações humanas, é resultado de uma construção social da realidade. Essa concepção é elucidada por Berger e Luckmann (2004) ao tratarem a realidade social cotidiana como um contínuo de tipificações socialmente construídas. A partir desse entendimento, os autores introduzem o conceito de legitimação como aquilo que orienta o indivíduo, quais ações devem ser realizadas ou não, e a razão de as coisas serem como são. Ou seja, entende-se que a realidade social é o resultado de um processo definido pelos indivíduos e por grupos de indivíduos, que legitimam os significados sociais.

A legitimação conferida aos conjuntos de significados é construída socialmente e, por tal razão, não pode ser tratada simplesmente como um insumo adquirido no ambiente por indivíduos ou organizações (BERGER; LUCKMANN, 2004; DIMAGGIO; POWELL, 1983; HUGHES, 2007). É importante destacar que a legitimação conferida não é linear e homogênea entre todos os indivíduos da sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2004), ou seja, indivíduos ou grupos de indivíduos podem diferir no nível de legitimidade que conferem aos conjuntos de significados, ainda que sob um universo comum.

As diferenças dos significados que são legitimados entre os conjuntos de indivíduos na sociedade são tratadas por Berger e Luckmann (2004) a partir do conceito de subuniversos de significados. Segundo os autores, a sociedade é dividida em subuniversos de significação socialmente distintos, que são formados a partir de um conjunto de critérios. Cada subuniverso pode apresentar uma perspectiva sobre a sociedade, conferindo sua legitimação de acordo com seus arranjos discursivos e simbólicos.

Considerando que as sociedades são, em sua maioria, pluralistas, Berger e Luckmann (2004) ressaltam a existência desses subuniversos. Ainda que compartilhem de um mesmo universo de significação em seu núcleo, com valores praticamente inquestionáveis, as sociedades contam com a coexistência de diferentes universos parciais, isto é, subuniversos de significação que são compartilhados por diferentes grupos da sociedade.

Os grupos sociais que formam os subuniversos têm diferentes entendimentos sobre a realidade, e uma maior homogeneidade entre os indivíduos dos grupos. É possível compreender este conceito a partir da segmentação social. A segmentação é apontada por Turow (1997) como uma característica encontrada na sociedade há muitos anos. O autor dispõe que desde a década de 1920 é possível encontrar evidências de profissionais que já se preocupavam com esse

fenômeno, apesar de ainda não ser uma prática predominante na indústria da mídia, que até então, era dominada pela mídia de massa.

Ainda que o marketing de massa tenha sido predominante por muito tempo, a segmentação de mercado é também observada há muitos anos, e chama atenção para a importância da relação das organizações com seu público-alvo (TUROW, 1997). O público-alvo de uma organização é formado por agentes, sejam estes indivíduos ou instituições, que possuem poder de legitimar ou deslegitimar a organização e, por isso, têm grande influência sobre as ações de uma organização. Assim, ao identificarem seus *stakeholders*, ou seja, grupos que são afetados ou podem ser afetados pelas atividades das organizações, estas orientam suas ações e estratégias para ganhar ou manter legitimidade perante seus principais públicos, isto é, seus *stakeholders* (SAVAGE *et al.*, 1991).

O processo de mapeamento dos stakeholders e a elaboração de estratégias orientadas aos mesmos são considerados técnicas de segmentação. A priori, a segmentação de mercado surgiu como uma vantagem competitiva mercadológica para as organizações - que poderiam estratificar suas estratégias focando em seu público-alvo - com benefícios também para seus clientes - que teriam suas necessidades e desejos satisfeitos de forma mais precisa. Porém, a fragmentação excessiva decorrente desse processo causou impactos sociais relevantes. Turow (1997) argumenta que tal fragmentação reforçou estereótipos e desencorajou a interação entre os grupos sociais distintos, que tem como principal consequência a diminuição do contato com outras culturas e comportamentos, fundamental para o desenvolvimento social.

A divisão da sociedade em grupos – e consequentemente em subuniversos de significados – é reforçada pela expansão do acesso à internet e da comunicação virtual. Monteiro (2001) afirma que, no Brasil, foi a partir de 1995, com investimentos do governo federal, que a expansão do acesso à internet se tornou possível. O autor salienta que, desde essa data, o país experimenta um relevante crescimento no número de usuários. Tal expansão foi ainda mais intensa nos últimos dez anos, em que se observou um expressivo aumento do uso e da relevância das mídias sociais na vida em sociedade (CHITA; MUSCO, 2019). Bilhões de pessoas em todo o mundo utilizam as redes sociais para compartilhar informações pessoais e também como a principal forma para acessar notícias e informações gerais (CHITA; MUSCO, 2019). De acordo com dados do anuário do Instituto Reuter (2022), o público da mídia tradicional diminuiu significativamente na última década enquanto o consumo de notícias pelos smartphones aumentou. Aproximadamente 60% dos brasileiros consomem notícias semanais utilizando suas redes sociais.

A democratização do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) possibilitou a criação de novas formas de relações sociais, formando o que pode ser considerado uma nova ordem cultural traduzida pela comunicação mediada pelo computador (NETO *et al.*, 2018). O espaço virtual como mediador das relações interpessoais implicou uma reconfiguração da forma com que os indivíduos interagem, comportam-se, consomem e posicionam-se.

Chita e Musco (2019) evidenciam que a democratização do acesso intensificou o uso das mídias sociais e ampliou o acesso dos indivíduos aos mais variados tipos de material de informação. A expectativa seria de que a ampliação do acesso possibilitasse uma maior comunicação entre os indivíduos dos diferentes subuniversos de significados. No entanto, os autores argumentam que o maior acesso aos diversos tipos de informação acentuou a polarização do usuário em diversas questões.

A princípio, tal polarização poderia ser atribuída à característica dos indivíduos de, ao buscarem informações, procurarem por fontes e por conteúdos que reafirmem suas crenças e valores pré-existentes, isto é, informações que ratifiquem sua forma pré-existente de pensar, fenômeno denominado “viés de confirmação” (PARISER, 2012). A procura por conteúdos que apresentem coerência com os gostos e preferências pré-existentes, no entanto, não é orientada apenas por uma característica natural do ser humano. A procura por fontes de informação nas mídias sociais é orientada pelo sistema de recomendação dos mecanismos de busca das mídias sociais utilizadas (CHITA; MUSCO, 2019). O espaço cibernético conta com *softwares* que traduzem os gostos e preferências dos usuários em algoritmos, construindo um cenário a partir dos rastros deixados pelos mesmos, que são capturados para criação de um perfil extremamente acurado do comportamento dos indivíduos nas redes sociais (FAVA, 2019). Esse perfil é utilizado pelas empresas que ocupam as mídias sociais para disponibilizar produtos de acordo com os interesses de cada usuário e também para sugerir páginas de veículos de comunicação, blogs, ou quaisquer outros meios de informação digitais.

Em tal contexto, Fava (2015) demonstra que os mecanismos de vigilância digital modificam a maneira como a informação é distribuída no ciberespaço. A autora discorre sobre os impactos da recomendação dos mecanismos de busca das mídias sociais na consolidação das opiniões pré-existentes dos indivíduos. Isto é, pessoas com concepções ainda não consolidadas sobre determinado tópico, ao buscarem informações nas mídias sociais, tendem a acessar materiais que corroboram com suas crenças pré-existentes. Ressalta-se que isso ocorre não apenas por uma tendência natural, mas por estarem sendo guiados pelo padrão formado a partir

de seu histórico de buscas e suas interações nas redes sociais, que fazem com que o usuário seja apresentado a conteúdos já personalizados e tenha opções de materiais reduzidas.

Em síntese, a informação é distribuída nos portais de notícias, blogs, redes sociais, entre outras plataformas, de acordo com o perfil de cada usuário. Ainda que pareça útil por facilitar o acesso a conteúdos compatíveis com as preferências dos usuários, seus interesses e até sua visão de mundo, a distribuição personalizada da informação diminui a probabilidade de os indivíduos acessarem conteúdos diversificados, o que poderia modificar suas opiniões pré-existentes, ou confirmá-las a partir de uma qualidade maior de informação adversa (ROSYADI *et al.*, 2019).

Deve-se ainda destacar a configuração da distribuição de conteúdos nos aplicativos de mensagem. Neles, as pessoas tendem a se comunicar com indivíduos que dividem os mesmos valores e opiniões, e a participar de grupos de conversas que apresentem congruência com seus interesses. Nesses grupos, as pessoas tendem a compartilhar conteúdos que elas mesmas retiram da internet, ou seja, conteúdos que têm acesso de forma já personalizada. Nessa nova realidade, as opiniões passam a ser formadas com uma exposição ainda menor aos contrapontos, processo que exacerba a polarização (ROSYADI *et al.*, 2019).

O fenômeno da polarização ampliada pelas novas relações decorrentes do uso de mídias sociais é sistematizado pela teoria do filtro bolha (PARISER, 2012; CHITA; MUSCO, 2019). O filtro bolha ocorre como consequência da categorização de pessoas, em que os algoritmos dos *softwares* sugerem materiais para o usuário de acordo com suas preferências identificadas em seus cliques anteriores. Segundo essa teoria, as informações que são disponibilizadas aos usuários são filtradas por algoritmos formados a partir do seu histórico de navegação e suas interações com as publicações que visualiza, refletindo suas preferências. Uma consequência desse fenômeno é o fortalecimento de concepções pré-existentes e a redução da diversidade de informações (ROSYADI *et al.*, 2019). Em outras palavras, os mecanismos de previsão criam um universo de informações personalizado para cada usuário, fazendo com que o indivíduo viva em uma “bolha” formada por filtros (PARISER, 2012).

Ainda segundo Pariser (2012), autor que cunhou o termo, o filtro bolha dificulta ainda mais a comunicação entre os diferentes grupos de pessoas com interesses semelhantes, tendo como principal consequência a intensificação da polarização. Esse fenômeno pode ser observado em redes sociais como o Facebook, em que páginas e grupos são formados por indivíduos que dividem conjuntos de significados semelhantes e, consequentemente, conteúdos que legitimem tais conjuntos. Em redes sociais como Twitter e Instagram, o fenômeno pode ser

observado pelas contas seguidas pelos usuários. Uma vez que o usuário passa a seguir determinada conta, tais plataformas (assim como diversas outras) sugerem novas contas que apresentam o mesmo tipo de conteúdo ou tenha posicionamento semelhante. Os anúncios que aparecerão, seja de bens e serviços, seja de novas contas a serem seguidas, também adotarão um padrão organizado pelos interesses demonstrados pelo usuário anteriormente, como contas seguidas recentemente, produtos acessados ou comprados, entre outros critérios.

A internet, sobretudo as redes sociais, possibilitou ainda a criação de uma arena para o debate de diversos tópicos, não somente entre indivíduos que já se conhecem, mas também desconhecidos que não têm oportunidade de se encontrarem pessoalmente para debaterem ideias e opiniões. Ao discorrer sobre as diferentes formas que a interação social na vida cotidiana pode ocorrer, Berger e Luckmann (2004) destacam a situação face a face como aquela que os indivíduos podem apreender o outro a melhor forma quando em contato presencial. Segundo os autores, isso se deve ao fato de, presencialmente, haver um intercâmbio constante entre a expressividade das pessoas que interagem, o que faz a subjetividade do outro ser acessível nessa interação face a face. O outro só é percebido como real na situação face a face, e tal percepção pode ser prejudicada na interação mediada pelo computador, principalmente quando esta se dá de forma assíncrona, que é o mais comum nas redes sociais.

Quando as pessoas acessam a internet e buscam grupos ou contas nas redes sociais, geralmente utilizam como critério para escolha a afinidade de pensamento e opiniões, isto é, buscam estar com outros indivíduos que compartilham o mesmo sistema de significado. Tal situação propicia a formação do fenômeno que é denominado “câmaras de eco”, em que usuários com posições ideológicas semelhantes discutem em um grupo convergente, onde não há opiniões conflitantes (BACCELLS, PADRÓ-SOLANET, 2016). Os autores salientam ainda que o efeito da câmara de eco é muitas vezes encontrado na comunicação intragrupo, dado que a exclusão de opiniões conflitantes pode radicalizar posições e levar a níveis mais altos de polarização de opiniões.

Em 2013, as redes sociais ganharam maior relevância na disputa política no Brasil (GOYA *et al.*, 2018) e a polarização ganhou forças com o debate sobre as manifestações ocorridas em junho do mesmo ano, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff que tiveram como estopim o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, e assumiram novas pautas. A polarização foi então agravada por uma sequência de eventos, dos quais se destaca o *impeachment* da presidenta em 2016 e a prisão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018, acusado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Em julho

do mesmo ano, o país acompanhou uma disputa de decisões judiciais sobre a liberdade de Lula, o que acentuou o debate entre aqueles que apoiavam sua liberdade e os que eram contra (NEXO, 2018).

Ainda em 2018, ano de eleições presidenciais, a polarização nos debates políticos se tornou mais evidente, e a população foi dividida entre os apoiadores dos então candidatos Jair Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal (PSL), e os apoiadores de Fernando Haddad, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Uma das razões apontadas para a importância das redes sociais para as eleições é o aumento do acesso à internet. No Brasil, o uso de smartphones para o consumo de notícias cresceu de forma estável na última década. Hoje, o país hoje contém mais dispositivos inteligentes do que pessoas (REUTERS, 2022).

Além da expansão do acesso à internet, há uma particularidade sobre a relevância das redes sociais para as campanhas eleitorais no Brasil em 2018. A eleição presidencial de 2018 foi a primeira nacional ocorrida desde 2015, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu as empresas de fazerem doações para campanhas eleitorais. Assim, a campanha deveria ser financiada apenas com doações de pessoas físicas e recursos públicos (FLORES, 2018). Nessas circunstâncias, as mídias sociais, pelo baixo custo e alta efetividade, apresentaram-se como um meio ainda mais relevante.

Destaca-se que a intensificação da polarização política dos últimos anos e sua relação com as redes sociais não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. A campanha presidencial de Barack Obama de 2008, nos Estados Unidos, foi a pioneira em priorizar a comunicação baseada na internet. Segundo a autora, apesar de a internet já ter sido utilizada por outras campanhas anteriormente, plataformas como Facebook, Youtube e Twitter, fundadas em 2004, 2005 e 2006, respectivamente, foram significativas para aumentar o engajamento da audiência (PACHECO, 2019).

Jamil Marques, especialista entrevistado pelo Jornal Nexo, discorre sobre o poder de administradores das redes sociais digitais para a formação da opinião pública e ressalta:

[...] a capacidade de configurar algoritmos e de conferir privilégios a determinado tipo de conteúdo acaba afetando o tipo de conteúdo ao qual o usuário tem acesso em sua timeline. Nesse sentido, redes como Twitter ou Facebook passam a atuar como players relevantes no jogo eleitoral e com os quais agentes do campo da comunicação ou do campo da política precisam lidar (MARQUES, 2018).

Mattos (2020), ao discorrer sobre a polarização política percebida em diversos países nos últimos anos, argumenta que políticos com ideias polarizadoras são mais eficientes no alcance de suas mensagens em redes sociais do que políticos moderados. Segundo a autora, tal fenômeno pode ser explicado pelo próprio modo de funcionamento das redes sociais, em que a personalização possibilita identificar quais temas são sensíveis para os eleitores e explorá-los de forma individualizada. Assim, cercando os indivíduos com informações específicas e direcionadas aos seus interesses, passa-se a falsa impressão de que aquelas informações representam a opinião pública. Tal característica tem sido utilizada como estratégia de marketing digital de políticos ao redor do mundo e, conforme salienta a autora, mensagens com conteúdos polarizadores são mais eficazes no propósito de envolver o eleitor.

Políticos populistas de extrema direita, em especial, têm obtido sucesso em sua comunicação nas redes sociais em diversos países. Defendendo pautas atreladas a valores conservadores, conseguem alcançar maior engajamento e incentivar eleitores a exporem suas opiniões nas redes sociais e também a se envolverem em debates e discussões (MATTOS, 2020). São exemplos de políticos de extrema direita que obtiveram sucesso no uso das redes sociais como instrumento de campanha Donald Trump, eleito presidente dos Estados Unidos em 2016 pelo partido Republicano, Viktor Orbán, eleito primeiro-ministro da Hungria pelo Partido Nacional-Conservador em 2010 e Jair Bolsonaro, eleito presidente do Brasil em 2018.

Flores (2018) destaca a importação do modelo de Trump, de "comunicação estratégica", pelo então candidato Jair Bolsonaro. O modelo de comunicação com os eleitores pelas redes sociais, em que se prioriza comunicação direta com os indivíduos, por meio de transmissões ao vivo no Facebook, comentários no Twitter, entre outros, foi muito utilizado pelo então presidente dos Estados Unidos, o que pode ser observado também na campanha de Jair Bolsonaro.

Um ano antes das eleições presidenciais do Brasil de 2018, em novembro de 2017, o jornal Folha de S. Paulo publicou o resultado de uma pesquisa realizada pela empresa de monitoramento Zeeng, que apontou Jair Bolsonaro como o pré-candidato à presidência que mais ecoava nas redes sociais, a partir de critérios como número de seguidores e de interações em plataformas como Facebook e Twitter (TAVARES, 2017). Na pesquisa, nota-se que, apesar de não ter o maior número de seguidores no Instagram e no Twitter – liderança ocupada pelo ex-governador de São Paulo, João Dória e Marina Silva, respectivamente – Bolsonaro liderava no quesito "interações", no Twitter, e "curtidas", no Instagram.

Flores (2018) destaca que as redes sociais eram especialmente importantes para o então candidato Jair Bolsonaro, pelo fato de ele ser até então filiado ao PSL, um partido pequeno e com poucos recursos. Mas a relação da aceitação de Bolsonaro com sua presença nas redes sociais vai além do período eleitoral. Após eleito, ao invés de fazer sua primeira comunicação com os eleitores pelos canais de televisão, como tradicionalmente é feito pelos presidentes eleitos, Bolsonaro realizou uma transmissão ao vivo em sua página do Facebook, sem intermediários (PACHECO, 2019).

Em uma pesquisa realizada pelo Datafolha, em abril de 2019, foi demonstrado que 32% da população avaliava o governo de Jair Bolsonaro como ótimo/bom. Entre os indivíduos que seguiam o presidente nas redes sociais, esse número saltava para 62% (FOLHA, 2019a).

Considerando a relevância das redes sociais para sua aprovação, em março de 2018, Bolsonaro iniciou transmissões ao vivo com frequência semanal no Facebook, mantidas até sua derrota nas eleições de 2022. Mattos (2020) indica que o presidente ajusta seu comportamento e o conteúdo de seus pronunciamentos de acordo com o apoio que recebe de seus seguidores nas redes sociais.

Considerar a relevância do que é dito pelo então presidente do Brasil nas redes sociais e seus impactos na formação de opinião dos brasileiros, para além do convencimento do voto eleitoral, é essencial para este estudo. A legitimidade conferida a Bolsonaro pelos seus apoiadores, e a não conferida por seus opositores, faz com que suas palavras tenham relevância no processo de decisão dos indivíduos nos mais variados assuntos. Seus apoiadores terão a tendência de acreditar no que Bolsonaro diz e de seguir duas orientações, e seu opositores terão a tendência de contradizer o que é dito pelo então presidente.

O impacto do que era dito pelo então presidente ganhou especial importância em 2020, quando a infecção pelo novo coronavírus (Coro Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 24 – Sars-Cov-2) se tornou uma pandemia (SCHMIDT, 2020). Desde dezembro de 2019, quando os primeiros casos de infecção pelo novo coronavírus foram confirmados em Wuhan, China, líderes de diversos países se mantiveram atentos à propagação da doença, que rapidamente se alastrou por vários países (SCHMIDT, 2020).

No dia 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso de coronavírus no país (BRASIL, 2020). No dia 10 de março, em um evento em Miami (EUA), Jair Bolsonaro, então presidente do Brasil, se pronunciou publicamente sobre a pandemia, dizendo que a doença era uma “fantasia propagada pela mídia” (G1, 2020a).

A partir de então, o então presidente passou a se posicionar publicamente contra medidas de contenção e de proteção recomendadas pela OMS – como o isolamento social horizontal – e a acusar a grande mídia por causar histeria na população mundial por uma doença que, segundo ele, não deveria causar tanta preocupação (O GLOBO, 2020).

É possível identificar semelhança no posicionamento de Bolsonaro em relação à pandemia ao de Donald Trump em diversos aspectos. No início da pandemia, o então presidente dos Estados Unidos também contestou publicamente o isolamento social horizontal, mas mudou seu posicionamento devido à escalada do número de infectados (G1, 2020b). Trump foi ainda o primeiro líder governamental a se manifestar a favor do uso da hidroxicloroquina para o tratamento de pacientes infectados pela Covid-19, assim como fez Jair Bolsonaro, pouco depois (SANCHES, 2020). No dia 21 de março daquele ano, Trump escreveu em sua conta no Twitter que a hidroxicloroquina e a azitromicina, quando utilizadas em conjunto, são eficazes para "transformar a história da medicina" (TRUMP, 2020). De acordo com reportagem da rede britânica BBC, o número de prescrições da hidroxicloroquina aumentou 46 vezes após o pronunciamento do presidente (IDOETA, 2021).

Bolsonaro, seguindo o mesmo posicionamento, defendeu o uso da hidroxicloroquina em pacientes ainda em fase inicial da infecção de Covid-19. Em abril de 2020, sem citar nenhuma pesquisa científica que corroborasse com sua afirmação, o então presidente defendeu o uso do medicamento até o quarto dia útil dos sintomas, dizendo que após esse período, dada a rápida evolução da infecção, se o paciente entrar no estado grave, já não há grande possibilidade de cura (FERNANDES, 2020).

Em junho de 2020, a agência reguladora de medicamentos e alimentos estadunidense, Food and Drug Administration (FDA), determinou que o uso da hidroxicloroquina não é eficaz para tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus (SANCHES, 2020). No dia 14 de julho, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em nota oficial, comunicou que não recomenda o uso da hidroxicloroquina para pacientes infectados pela Covid-19, dado que não há evidências de benefício do uso do medicamento para a doença (UOL, 2020). Ainda assim, dois dias depois, no dia 16 de julho, o Ministério da Saúde do Brasil enviou um ofício a hospitais federais solicitando divulgação do uso da hidroxicloroquina para o tratamento de infectados pela Covid-19 em fase inicial (O GLOBO, 2020c).

Apesar do posicionamento contrário das autoridades sanitárias internacionais, em um pronunciamento em sua página oficial do Facebook no dia 10 de outubro, sem apresentar nenhuma evidência científica, Bolsonaro afirmou que o uso da hidroxicloroquina poderia ter

poupado 30% das vidas perdidas pelo coronavírus (WATERMAN, 2020). O posicionamento do então presidente foi repercutido por usuários nas redes sociais, como demonstra Olenski *et al.* (2020), ao analisarem cerca de 70 mil frases publicadas no Twitter que utilizaram *hashtag* com termos-chave relacionados à hidroxiclороquina e identificaram um pico no número de publicação de tweets utilizando o termo "cloroquina" logo após o pronunciamento do então presidente do dia 8 de abril, em que o mesmo defendeu o uso da hidroxiclороquina.

O debate sobre o uso do medicamento hidroxiclороquina para o tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus é um episódio recente que possibilita a observação do processo de deliberação dos indivíduos sobre episódios polêmicos que envolvam a sociedade como um todo. O episódio dividiu a população brasileira entre aqueles a favor do uso do medicamento para o tratamento de pacientes infectados com o novo coronavírus e aqueles contra o uso para tal propósito.

A polarização sobre o uso do medicamento nesse contexto transcende os aspectos farmacêuticos e sanitários, tornando-se ao mesmo tempo a motivação e a evidência de uma polarização pré-existente que envolve posições ideológicas e uma marcante dissensão social. Os significados criados e recriados em torno do uso ou não do medicamento são um reflexo desse entrincheiramento. São ainda um subproduto das consequências do fervor dos apoiadores do então presidente e dos seus opositores, que terão a percepção da cloroquina para o tratamento da Covid-19 dependente do seu posicionamento em relação a Bolsonaro. O fluxo de comunicação que permeia essa negociação de significados se dá cada vez mais por meio das redes sociais e aplicativos de mensagens, reforçando ainda mais essa cisão.

Diante do exposto, esta dissertação tem o seguinte **problema de pesquisa**: Como são construídos os discursos a favor e contra o uso da hidroxiclороquina no tratamento contra Covid-19 em dois grupos de usuários de mídias sociais de posicionamentos divergentes?

Objetivo geral: o objetivo geral deste trabalho é analisar como são construídos os discursos a favor e contra o uso da hidroxiclороquina no tratamento contra Covid-19 em dois grupos de usuários de mídias sociais de posicionamentos divergentes.

Objetivos específicos:

- Apurar a presença dos atores em cada grupo;
- Examinar o perfil dos atores a partir do levantamento;
- Identificar a posição predominante do discurso contido nas postagens; e
- Verificar se houve interação com pessoas de outras bolhas, isto é, se houve tentativa de diálogo;

A análise da pesquisa se concentra em demonstrar como os fenômenos do filtro bolha, da câmara de eco, e a conseqüente polarização, impactam diretamente as organizações e os mecanismos legitimadores dispostos pelas mesmas perante seus *stakeholders*. O sucesso de mercado dos bens e serviços ofertados pelas organizações depende, além dos aspectos técnicos e utilitários, de aspectos simbólicos. Ao traçar suas estratégias, as organizações devem considerar as construções simbólicas que diferem entre os subuniversos, principalmente no contexto atual em que as mídias digitais reforçam a fragmentação da sociedade e o acirramento da polarização.

A observação do debate sobre o uso da hidroxicloroquina nas redes sociais permite verificar que a percepção da população sobre o medicamento ultrapassa critérios técnicos e objetivos, uma vez que o produto pode passar por uma ressignificação dentro de cada subuniverso, e os mecanismos legitimadores do significado podem ter mais influência na decisão de consumo do que os critérios objetivos do produto.

Os significados conferidos aos produtos, assim como aos governantes, canais de comunicação, entre outros, irão variar entre os diferentes subuniversos, pois são socialmente construídos. Os fenômenos aqui considerados oferecem uma nova ótica para analisar a construção dos significados considerando as configurações introduzidas pela tecnologia da informação e da comunicação no processo de construção dos discursos.

Neste sentido, o estudo discute sobre a importância dos mecanismos de recomendação de conteúdo nas mídias sociais na formação de opinião dos indivíduos e, conseqüentemente, no que é legitimado pelos mesmos. Isto é, busca elucidar a forma como a distribuição de conteúdo personalizado pode influenciar os discursos legitimados e fazer com que os indivíduos vivam em “bolhas”, fazendo com que os mesmos sirvam-se apenas de uma ótica para analisar os acontecimentos e formarem opiniões.

Considerando a relevância da opinião pública para a resolução de problemas comuns a toda sociedade, e que os indivíduos, enquanto em bolhas de filtro, têm seu processo de deliberação condicionado à exposição de conteúdos que apenas confirmem suas crenças preexistentes, julga-se relevante ampliar o debate sobre as causas da polarização que caracteriza o cenário político brasileiro.

Este estudo é dividido em quatro partes, além desta introdução. A primeira dispõe uma contextualização sobre a situação da pandemia causada pelo novo coronavírus em 2020 e sobre a importância das redes sociais no combate à propagação da doença. Em seguida, é apresentado o referencial teórico com os pressupostos sob os quais o trabalho se baseia. A terceira parte

apresenta a metodologia utilizada para a análise dos dados. Por fim, os capítulos de apresentação e análise dos dados e de considerações finais detalham todos os resultados encontrados nessa pesquisa e as considerações da autora.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Berger e Luckmann (2004) defendem que os indivíduos se produzem de acordo com o contexto social que se desenvolvem e, por tal razão, só é possível analisar suas ações de acordo com o contexto social em que se inserem. Neste sentido, para que seja possível compreender como são formados os discursos de cada grupo de usuários considerados neste estudo, é necessário conhecer o contexto social e os conflitos que dão legitimidade a cada narrativa. Para tanto, este capítulo dispõe uma contextualização das situações política e sanitária que deram origem à discussão sobre o uso da hidroxicloroquina para o tratamento de pacientes com Covid-19.

2.1 A pandemia do novo Coronavírus

No início de dezembro de 2019 foi reportado o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, em Wuhan, China (SCHMIDT, 2020). Desde então, o número de casos começou a aumentar exponencialmente, o que causou uma epidemia local que se espalhou rapidamente para vários países. Em 30 de janeiro de 2020, observada a rápida escala da doença, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Covid-19 como uma emergência de saúde pública de interesse internacional (WANG *et al.*, 2020).

No dia 23 de janeiro, antes de a OMS declarar a epidemia da doença do coronavírus como uma emergência de saúde pública de interesse internacional, o governo chinês impôs um bloqueio físico em Wuhan, restringindo o trânsito de pessoas e de mercadorias. O mesmo foi feito com províncias próximas de Wuhan, conforme o número de casos aumentava, fazendo com que cerca de 50 milhões de pessoas fossem afetadas pelas restrições (WANG *et al.*, 2020). Apesar dos esforços de contenção, até o dia 16 de março de 2020, o vírus já havia se espalhado para mais de cem países (LANA, 2020).

Wang *et al.* (2020) ressaltam que desde o surto da Síndrome Respiratória Aguda grave (Severe Acute Respiratory Syndrome - SARS), em 2003, a população mundial não passava por um surto de pneumonia atípica e que, em poucas semanas após reportado o primeiro caso de infecção de Covid-19, o número total de casos e óbitos havia superado o da SARS. A última vez que a população mundial passou por uma pandemia da escala da Covid-19 foi há cerca de cem anos, em 1918, com a pandemia da síndrome respiratória viral da influenza H1N1,

conhecida como “gripe espanhola”, que matou entre vinte e cinquenta milhões de pessoas em todo o mundo (SCHMIDT, 2020).

Schmidt (2020) demonstra ainda que, na ocasião da pandemia do H1N1, no início do século passado, vários países adotaram medidas para reduzir a taxa de contato da população e, assim, diminuir o número de contaminados. Dentre tais medidas estavam o fechamento de escolas, igrejas e bares. O autor salienta que os dados demonstram que, nas cidades em que as intervenções foram implementadas no início da epidemia, o número total de casos foi reduzido. A transmissão voltou a avançar apenas quando tais controles de isolamento social foram abandonados.

Tais medidas foram adotadas pois o H1N1, assim como o novo coronavírus, pode ser disseminado para humanos por meio de hospedeiros intermediários, mas a transmissão de pessoa para pessoa é a maior responsável pela disseminação em massa desses vírus (WANG *et al.*, 2020). Assim, a partir da experiência da população com a gripe espanhola, e dos dados disponíveis sobre o novo coronavírus, o autor argumenta que a maioria dos estudos defende que manter o distanciamento social de toda a população, combinando com outras intervenções como o fechamento de escolas e universidades, é a opção mais adequada para manter a transmissão baixa e diminuir os danos causados pelo vírus, até que estoques de vacina estejam disponíveis para toda a população.

2.2 Acesso à informação e quarentena

À época da pandemia da gripe espanhola, no início do século XX, a comunicação entre os indivíduos da sociedade dependia primordialmente de veículos de comunicação impressos e comunicação presencial – considerando que o telefone ainda era um item inacessível para a maioria da população e o rádio era incipiente. Assim, comunicações oficiais e informações sobre os cuidados a serem tomados para conter a propagação do vírus se difundiam de forma diferente da realidade atual no Brasil, em que metade da população está incluída no mundo digital (JANSEN, 2014).

Conforme demonstrado por Flaxman e Goel (2016), a expansão do acesso à internet, intensificada nos últimos 10 anos, expandiu o uso das redes sociais como um importante meio de acesso à informação. Os autores argumentam que a maneira como as pessoas se informam foi reconfigurada pelas redes sociais, e que a relevância da mesma como fonte de informação cresce ano a ano. Chita e Musco (2019) corroboram com tal afirmativa e destacam que, nessa

nova configuração, o compartilhamento de informações entre as pessoas foi também impulsionado.

Em uma pesquisa envolvendo 1.210 entrevistados em 194 cidades na China, Wang *et al.* (2020) revelaram que a internet foi o principal canal de informação de saúde para o público geral na pandemia do novo coronavírus. Os entrevistados relataram buscar na internet informações atualizadas sobre vias de transmissão da doença, disponibilidade e eficácia de medicamentos, número de casos e óbitos, orientações sobre os cuidados a serem adotados caso fosse necessário sair do isolamento, além de informações sobre como os demais países estavam lidando com o surto.

Brooks *et al.* (2020), em uma revisão bibliográfica, identificaram que em períodos de quarentena, o acesso a informações insuficientes ou inadequadas são apontados como fator de estresse e causam impacto psicológico negativo na população. Os autores demonstram que diretrizes insuficientemente claras sobre os protocolos e cuidados a serem adotados pela população fizeram com que os indivíduos não compreendessem o propósito da quarentena. Nesta revisão, concluiu-se que a qualidade da informação é fundamental em períodos de pandemia, dado que a comunicação rápida e eficaz é essencial para que a população cumpra a quarentena a partir da compreensão da situação.

2.3 Coronavírus no Brasil

Em janeiro de 2020, ainda sem nenhum caso confirmado, mas considerando a rápida propagação do vírus por diversos países do globo, esperava-se a chegada do novo coronavírus no Brasil. No dia 03 de fevereiro de 2020, o governo federal decretou emergência de saúde pública de importância nacional (VENTURA, 2020). Três dias depois, no dia 06 de fevereiro, foi sancionada a Lei da Quarentena, que “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019” (BRASIL, 2020b).

O primeiro caso confirmado de paciente contaminado pelo novo coronavírus no Brasil foi anunciado no dia 26 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020). A população brasileira já acompanhava os efeitos da pandemia em outros países que sofriam com o vírus há mais tempo, como China e Itália, por meio dos principais canais de comunicação e pelas redes sociais. Informações sobre os riscos da doença e cuidados básicos para evitar contaminação já estavam disponíveis, mas por ser uma doença nova, poucas eram consideradas concisas e claras.

Diferentemente da pandemia da gripe espanhola, em 2020 a maioria da população brasileira já contava com a internet e outros meios de comunicação em massa para acessar informações em tempo real sobre os protocolos a serem seguidos para evitar a contaminação. No entanto, apesar do acesso à internet e outros meios deixar disponível para o usuário uma maior quantidade de informações, observa-se que isso não significa que a população estará mais bem informada.

As medidas de isolamento social foram recomendadas por autoridades sanitárias como a maneira mais eficaz de evitar a contaminação (G1, 2020d). Com a proliferação do vírus no país, os governadores estaduais passaram a adotar medidas restritivas, como o fechamento de instituições de ensino e a diminuição da jornada de trabalho de serviços não essenciais (BARBOSA; RIBEIRO, 2020).

Dado que não havia naquele momento nenhum medicamento, tratamento ou vacina específica contra o novo coronavírus, Machado Júnior. *et al.* (2020) salientam que o maior esforço para o controle da pandemia do novo coronavírus se concentrava no compartilhamento de informações sobre quais cuidados deviam ser adotados e quais protocolos deviam ser seguidos. Os autores alertam para o risco do fenômeno em que indivíduos, ou grupo de indivíduos, utilizam-se de ferramentas disponíveis nas redes sociais para criar e compartilhar notícias falsas, denominadas *fake news* (MACHADO JÚNIOR. *et al.*, 2020). Assim, a propagação de informações falsas impacta diretamente a saúde pública, uma vez que o compartilhamento de notícias falsas pode fazer com que os indivíduos abandonem cuidados necessários, e/ou adotem práticas ineficazes para se protegerem do vírus.

Neste estudo, o termo *fake news* é definido como:

As *fake news* consistem em informações não verídicas transmitidas por meio de mensagem, áudio, imagem ou vídeos editados para atrair a atenção do leitor no intuito de desinformá-lo e obter algum tipo de vantagem sobre ele, sem que haja fonte verídica determinada, mas apresentando uma maquiagem que transparece uma aparente credibilidade para quem as recebe (MACHADO JÚNIOR. *et al.*, p.5, 2020).

Na situação de pandemia, a propagação das *fake news* pode apresentar um risco tão grande para a saúde da população quanto a disseminação do novo coronavírus (MACHADO JÚNIOR, *et al.*, 2020). Os autores relacionam a fácil propagação de *fake news* durante a pandemia com a quantidade de informações que os indivíduos recebem online, dificultando a capacidade de verificar a veracidade das informações, facilitando o compartilhamento das mesmas. Ainda há o agravante de as pessoas receberem os links com informações falsas de

pessoas conhecidas, que compartilham da mesma visão de mundo, e passam a confiar na fonte da matéria apenas pela afinidade com a pessoa que lhe compartilhou.

Observando a trajetória do número total de buscas pelo termo “coronavírus” no Google, Machado Júnior *et al.* (2020) evidenciaram que, além do aumento exponencial das buscas pelo termo desde dezembro de 2019, ocorreram dias com picos do número total de buscas, que coincidem com momentos em que autoridades como a OMS e o Ministério da Saúde anunciam alguma informação oficial. Tal aumento das buscas pelo termo “coronavírus” demonstra que a população está buscando maiores informações sobre a situação, mas isso não garante que encontrarão informações verídicas e confiáveis. Isso ocorre porque nessas pesquisas os indivíduos encontrarão matérias com *fake news* e, pela assimetria de condições para verificação da veracidade da informação, não poderão avaliar com segurança quais informações são verdadeiras ou não.

Os resultados do estudo de Wang *et al.* (2020) evidenciam a importância de o governo e as autoridades de saúde disponibilizarem informações precisas sobre a situação do surto de Covid-19 no país, para que esteja claro para a população quais procedimentos devem ser seguidos e seus propósitos. Com o objetivo de auxiliar a população na apuração da veracidade das informações encontradas na internet sobre o coronavírus, o Ministério da Saúde do Brasil disponibilizou canais de comunicação para orientar e tirar dúvidas da população, como um número de Whatsapp para envio de mensagens e orientações, e uma página em seu sítio oficial, dedicada ao esclarecimento de conteúdos falsos compartilhados nas redes sociais.

Desde o início da pandemia até o fim do mandato de Jair Bolsonaro, quatro pessoas ocuparam o cargo de Ministro da Saúde do Brasil. Bolsonaro criou uma série de embates com os ocupantes da pasta por discordar de seus posicionamentos em relação a questões como isolamento social, tipos de atividades consideradas essenciais – que podem manter o funcionamento durante a quarentena -, orientação para tratamento, entre outras.

Quando confirmado o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus no Brasil, Luiz Henrique Mandetta, médico ortopedista, ocupava o cargo de Ministro da Saúde. Quase diariamente, Mandetta concedia entrevistas para responder a perguntas relacionadas à pandemia, ocasiões em que defendia medidas de distanciamento e isolamento social. Tais medidas foram contestadas por Bolsonaro pelos impactos causados na economia (BERTONI, 2020).

No dia 12 de abril foi ao ar uma entrevista de Mandetta concedida ao programa Fantástico, da TV Globo, em que o então ministro criticou o então presidente por frequentar

lugares públicos sem o uso da máscara e disse que tal postura confundia os brasileiros que, ao receber orientações divergentes, não sabiam se deveriam seguir orientações do Ministério da Saúde ou do então presidente do país (BERTONI, 2020a). Quatro dias depois, no dia 16 de abril, Mandetta anunciou em sua conta no Twitter ter sido demitido do Ministério (MANDETTA, 2020).

Em junho de 2020, em um momento de pico no número de mortes no país, o governo brasileiro passou a publicar os dados sobre o número de morte no país horas além do horário antes divulgado. Esse atraso inviabilizava a divulgação dos dados nos telejornais do começo da noite, como o Jornal Nacional, da TV Globo. Diante desse cenário, os meios de comunicação criaram um consórcio colaborativo com o intuito de manter transparência na divulgação dos dados da Covid-19. Basicamente, os profissionais de diversos veículos de comunicação de uniram para verificar e consolidar as informações divulgadas de forma não padronizada e diversa pelos estados, formando uma boa base de dados que retratasse o cenário a nível nacional. O Consórcio de Veículos de imprensa foi criado em 08 de junho de 2020 e permaneceu sendo uma das fontes mais confiáveis para divulgação da pandemia no país até 28 de janeiro de 2023, cumprindo um papel que seria, em tese, do Estado (ASSIS, 2023).

No dia 17 de abril de 2020, Nelson Teich, médico oncologista, assumiu o cargo de Ministro da Saúde em substituição a Mandetta. Seguindo o mesmo posicionamento do Conselho Federal de Medicina, Nelson Teich não recomendou o uso da hidroxicloroquina para o tratamento de pacientes infectados pela Covid-19 – medicamento sem comprovação científica para esse fim-, apenas autorizou o uso (UOL, 2020). O então ministro escreveu em sua conta do Twitter que a hidroxicloroquina é um medicamento com efeitos colaterais, e que os pacientes que aceitarem fazer uso do medicamento, devem assinar um termo de consentimento antes de iniciar o uso. Bolsonaro não concordou com o posicionamento de Teich e, no dia seguinte, 13 de abril, conforme publicado pelo G1 (2020e), disse publicamente:

Enquanto não tivermos algo comprovado no mundo, temos esse no Brasil aqui, que pode dar certo e pode não dar certo. Mas como a pessoa não pode esperar cinco dias para decidir, que a morte pode vir, é melhor usar. Todos os ministros - eu já sei qual é a pergunta - têm que estar afinados comigo, todos os ministros são indicações políticas minhas, tá certo? E, quando eu converso com os ministros, eu quero eficácia na ponta da linha. Nesse caso, não é gostar ou não do ministro Teich, é o que está acontecendo (BOLSONARO, 2020).

Teich deixou o cargo no dia 15 de maio de 2020, apenas quatro semanas após assumi-lo. No mesmo dia do anúncio da demissão de Teich, Bolsonaro se manifestou publicamente

defendendo novamente o uso do medicamento hidroxicloroquina para tratamento da Covid-19 (CNN, 2020).

No dia seguinte, o General Eduardo Pazuello assumiu como ministro da saúde de forma interina. Quatro dias depois, no dia 20 de maio, o governo publicou um novo protocolo para o uso da hidroxicloroquina, autorizando seu uso de forma generalizada, quando autorizado pelo paciente (BERTONI, 2020). Pazuello foi oficializado no cargo apenas no dia 16 de setembro daquele ano. Em março de 2021, Marcelo Queiroga, médico cardiologista filiado ao Partido Liberal, assumiu o ministério até o fim do mandato de Jair Bolsonaro, em dezembro de 2022.

Durante todo o período da pandemia, Jair Bolsonaro contribuiu para o problema da desinformação perante o combate à pandemia. Em março de 2020, após Bolsonaro criticar a quarentena e o fechamento de escolas e comércio, foram identificados milhares de comentários de usuários em redes sociais em dúvida se deveriam interromper a quarentena (GALHARDI et al, 2020).

De acordo com apuração realizada pela agência de checagem Aos Fatos (2021), Bolsonaro deu, em média, 6,9 declarações falsas ou distorcidas por dia no ano de 2021. Entre os principais temas que foca sua desinformação, coronavírus foi o com maior frequência. Das 2516 declarações enganosas de 2021, 1278 foram sobre o coronavírus. Especificamente sobre a cloroquina, o então presidente fez 190 afirmações a favor do uso de cloroquina e outras drogas sem comprovação científica em 2021, e 215 afirmações em 2020, sendo a mais repetida a de que a hidroxicloroquina o curou da doença (AOS FATOS, 2021).

Jair Bolsonaro se pronunciou sistematicamente contra o uso de máscaras, defendeu a imunidade coletiva por contágio e, conforme já pontuado, o uso de medicamentos sem comprovação científica (BOLANÕ; ZANGHELINI, 2022). Em agosto de 2020, o governo de Bolsonaro – enquanto Pazuello ocupava o cargo de Ministro da Saúde - recusou a oferta de 70 milhões de vacinas da Pfizer (SCHREIBER, 2021), o que causou o atraso da imunização, haja vista que o contrato para a compra foi firmado apenas em março de 2021.

Diante desse contexto, em maio de 2021 foi criada a CPI da Covid-19, uma Comissão Parlamentar de Inquérito com propósito de investigar a possível omissão do governo de Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia (SANTOS, 2022). O relatório à CPI foi oficialmente apresentado em 26 de outubro de 2021, reunindo elementos de prova que demonstram omissão do governo federal, e identificou 29 tipos penais e o indiciamento de 66 pessoas incluindo, além de deputados e empresários, o ex-ministro da saúde Pazuello.

Jair Bolsonaro foi acusado formalmente por ter cometido nove crimes, entre eles, incitação ao crime e infração de medidas sanitárias preventivas (VIEIRA, 2021). O documento, aprovado em 26 de outubro de 2021, incluiu um pedido de ação no Supremo Tribunal Federal para afastar Bolsonaro das redes sociais. O conteúdo que suscitou este pedido foi um pronunciamento do então presidente em sua *live* transmitida pelo Youtube, em 21 de outubro de 2021, em que apresenta uma notícia falsa sobre a relação entre a vacina da Covid e a Aids (G1, 2021). O vídeo foi removido pela própria plataforma de *streaming*, que suspendeu seu canal por uma semana. Até o dia 31 do mesmo mês, o Youtube já havia bloqueado três vídeos de Jair Bolsonaro por disseminação de *fake news*. (ESTADO DE MINAS, 2021),

O problema da desinformação acerca do contágio e cuidados necessários para combater a Covid-19 não foi um problema exclusivo do Brasil. A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o problema como uma infodemia. De acordo com a organização, infodemia é o cenário de "(...) muita informação, incluindo informações falsas ou enganosas em ambientes digitais e físicos durante um surto de doença" (OMS, s/d). Ainda de acordo com a OMS, as principais fontes da desinformação são as redes sociais e essa desinformação em massa compromete as informações oficiais dos órgãos sanitários e, por consequência, o controle da disseminação do vírus.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são expostos os pressupostos teóricos assumidos neste estudo, assim como conceitos relevantes para a compreensão da análise proposta. Para tanto, primeiramente discute-se o conceito de realidade socialmente construída. Tal exposição se faz necessária para a compreensão da institucionalização, tratada no tópico seguinte, como um processo construído e mantido por convenções sociais. Em seguida, é apresentado o conceito de legitimidade, central para a compreensão das objetivações da ordem institucional. A quarta seção objetiva esclarecer a definição de universos e subuniversos de significação, conceitos fundamentais para a análise proposta neste estudo. A partir deste entendimento, a seção seguinte dispõe sobre o papel da linguagem e do discurso para a sustentação e manutenção dos subuniversos simbólicos. A última seção trata da proliferação do acesso à internet e o desenvolvimento do fenômeno do filtro bolha.

3.1 Realidade socialmente construída

Na obra “A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento”, os sociólogos Thomas Luckmann e Peter Berger discorrem sobre a realidade como uma construção social a partir da ótica da sociologia, haja vista seu propósito de entender como as realidades são admitidas como conhecidas nas sociedades humanas, isto é, como o corpo de conhecimento chega a ser socialmente estabelecido como realidade.

Para compreender a realidade como uma construção social, Berger e Luckmann (2004) salientam que o desenvolvimento do ser humano, diferentemente dos demais animais (ou ao menos de forma mais intensa), está submetido a uma contínua interferência socialmente determinada. Para além de suas características e condicionantes genéticos, que são determinados biologicamente, a mentalidade do ser humano se produz de acordo com o contexto social em que se desenvolve. Neste sentido, para ser possível analisar o homem, é necessário analisá-lo de acordo com o contexto social em que foi formado.

Compreende-se que esse tipo de realidade é um produto da sociedade, isto é, é socialmente construída. Assim, a ordem social existe como um produto da atividade humana, originada no pensamento e na ação dos homens comuns, o que faz com que os indivíduos sejam apresentados à vida cotidiana como uma realidade objetiva dotada de sentido (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Ao mesmo tempo que são definidores da realidade, indivíduos e grupos de indivíduos são também influenciados e moldados pela realidade que foi construída. Tal relação é explicada pelos autores, ao afirmarem que “na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 241).

Nessa dialética, o homem nasce em uma estrutura social objetiva, em que lhes são apresentadas, por outros indivíduos, as definições da realidade como realidade objetiva. Neste processo ocorre a construção de um mundo social objetivo, mediado pelos indivíduos significativos da sociedade em questão, ou seja, aqueles que possuem agência para transmitir os significados ali compartilhados. Esses indivíduos significativos irão apresentar aos novos indivíduos aspectos do mundo conforme sua posição na estrutura social, “[...] e também em virtude de suas idiosincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 175). Ressalta-se, no entanto, que o processo de socialização não é unilateral, dado que existe uma dialética entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Assim, em seu processo de socialização, o indivíduo irá apreender os valores e crenças socialmente aceitos, isto é, irá interiorizá-los. A interiorização ocorre quando o indivíduo, ao se deparar com um acontecimento objetivo dotado de sentido, faz uma interpretação que torna tal acontecimento subjetivamente significativo para ele. Neste processo, o indivíduo assume o mundo no qual outros já vivem e interioriza os processos subjetivos. Há um compartilhamento da compreensão das definições formando uma contínua identificação mútua entre as pessoas, e é neste processo que o indivíduo se torna membro da sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2004).

O processo de socialização do ser humano é dividido por Berger e Luckmann (2004) em duas grandes partes, a socialização primária e a secundária. A socialização primária, como o nome sugere, é a primeira socialização do homem, aquela experimentada na infância. Segundo os autores, a realidade que é conhecida e apreendida pelo indivíduo nessa fase tem a tendência de persistir. A socialização secundária é compreendida como “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.175).

Na socialização secundária, o indivíduo é exposto a realidades parciais, isto é, submundos baseados em instituições. De acordo com os autores, tais submundos representam realidades determinadas por componentes normativos e afetivos, assim como cognoscitivos,

mas que, diferentemente dos significados apreendidos na socialização primária, apresentam maior fragilidade e menor probabilidade de se manter. Isso ocorre pelo fato de a realidade apreendida na socialização secundária ser estabelecida de forma menos arraigada na consciência, sendo mais suscetível à substituição quando contrastada aos valores apreendidos na socialização primária (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Por tal razão, os submundos apresentados na socialização secundária contam com técnicas para que o indivíduo possa se identificar com a nova realidade e interiorizar os novos valores. Para tanto, Berger e Luckmann (2004, p.185) dispõem que tais submundos precisam ao menos de elementos de um aparelho legitimador. As características de tais submundos, chamados de subuniversos de significação, são melhor explanadas na seção 3.6.

3.2 Institucionalização

No processo de interpretação dos acontecimentos objetivos como dotados de sentido, os indivíduos se deparam com simbolizações abstratas que são explicadas muito mais pelo suporte social do que pelo suporte empírico. Tal relação faz com que a conduta do indivíduo seja moldada pelo padrão socialmente aceito (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Neste sentido, as instituições assumem um papel relevante na sociedade por controlarem a conduta humana a partir do estabelecimento de padrões do que deve ser seguido. As instituições podem ser entendidas como estruturas social e culturalmente determinadas para responder a demandas do ambiente, criadas pela sociedade para legitimar as estruturas organizacionais (MEYER; ROWAN, 1977).

Everett Hughes, sociólogo estadunidense, foi um dos primeiros autores a empregar o conceito de instituição no campo da sociologia, ainda na década de 1930 (PECI, 2006). No campo dos estudos organizacionais, a ótica institucionalista ganhou força em meados do século XX, tendo como propulsor o também sociólogo norte-americano Philip Selznick, a partir de sua obra *Foundations of the Theory of Organization* (MOTKE *et al.*, 2016).

A partir do entendimento de que existem elementos simbólicos que incidem na conduta do ator individual e na ação coletiva (SELZNICK, 1948; BARATTER *et al.*, 2010), a perspectiva institucionalista se propõe a ultrapassar os limites da análise estritamente condicional das organizações, passando a considerar elementos sociais, políticos e culturais que, traduzidos na forma de crenças, mitos e rituais, são objetivados e funcionam como um guia de conduta racional (MUSSELIN, 2005).

Tal entendimento é corroborado por Meyer e Rowan (1977), que defendem a concepção de que as organizações funcionam como reflexos estruturais da realidade socialmente construída, isto é, condicionadas por seu ambiente institucional, para além das características técnicas de produção. Isto se conclui a partir da observação de que as estruturas organizacionais formais refletem os mitos dos contextos institucionais nos quais estão inseridas, de forma ainda mais intensa do que de demandas decorrentes das atividades do seu trabalho.

A lógica fundamental adotada pela perspectiva institucional no campo dos estudos organizacionais é a análise de como a estrutura organizacional, composta por elementos humanos e materiais, é institucionalizada e reproduzida ao longo do tempo. Mas de igual importância se dá a compreensão de como é desinstitucionalizada (POWELL; COLYVAS, 2008).

Uma vez institucionalizados, os padrões – já legitimados – tendem a ser mantidos pela sociedade. Porém, uma instituição pode se tornar problemática, ou entrar em conflito com outra instituição e chegar a ser desinstitucionalizada, dando lugar a outra instituição (BERGER; LUCKMANN, 2004). Tal concepção é corroborada por North (1990), ao argumentar que as instituições, dado que são constituídas por homens, estão em constante processo de transformação. Segundo o autor, as organizações têm papel de destaque, não apenas no processo de constituição e legitimação das instituições, mas também no processo de mudança institucional.

Uma importante característica a ser considerada é que a durabilidade da instituição independe de sua funcionalidade, isto é, a instituição pode ser deslegitimada, e eventualmente desinstitucionalizada, ainda que sua funcionalidade para a sociedade não tenha sido alterada. “As pessoas fazem certas coisas não porque dão resultado, mas porque são certas – isto é, certas em termos das supremas definições de realidade promulgadas pelos especialistas no universal” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.153).

Organizações sociais, como o movimento antivacinas, por exemplo, conhecido mundialmente como *antivax*, demonstram como grupos sociais podem deslegitimar algo já institucionalizado há décadas, com eficácia cientificamente comprovada. Ainda que a Organização Mundial da Saúde considere a hesitação vacinal como uma das dez maiores ameaças à saúde global (OMS, 2019), a desconstrução da legitimidade ocorre para determinados grupos sociais – ou bolhas de informação -, ainda que a funcionalidade da vacina não tenha sofrido nenhuma modificação que justifique o surgimento e ampliação desse tipo de movimento social.

North (1990) destaca também que as instituições compreendem “as regras do jogo” (que podem ser formais ou informais), o que faz das organizações e dos indivíduos, os jogadores. Segundo o autor, as instituições são criadas por seres humanos, e sua evolução e transformação depende deles, o que faz com que o indivíduo deva ser a base dos estudos de abordagem institucionalista. Nesse contexto, de acordo com o autor, ainda que apresentem uma estrutura estável, as instituições não podem ser compreendidas como imutáveis, dado que estão em constante mudança.

Para evidenciar tal relação entre as instituições e a conduta humana, Berger e Luckman (2004) explicam que o ser humano, em seu processo primário de socialização, não pode distinguir entre a objetividade dos fenômenos sociais e a objetividade das formações naturais. Desse modo, as instituições que lhes são apresentadas são apreendidas por ele como uma realidade objetiva, isto é, como algo evidente e inalterável.

Uma vez institucionalizada, a conduta socialmente legitimada reclama um conjunto de papéis a serem assumidos pelos indivíduos e esses papéis representam a ordem institucional, uma vez que contribuem para o caráter controlador da institucionalização. Em sua socialização, o indivíduo interioriza o papel a ser exercido e passa a compartilhar dos valores socialmente aceitos, processo em que o conjunto de valores ali compartilhado torna-se subjetivamente real para ele (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Assim, as instituições podem ser apreendidas como uma realidade dada e inalterável (não humana) e, por essa razão, os papéis objetivados também podem ser reificados. “Isto significa que a reificação dos papéis estreita a distância subjetiva que o indivíduo pode estabelecer entre si e o papel que desempenha” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 125). Essa distância pode levar à situação em que a identidade do indivíduo pode também ser reificada.

Considerando que as instituições, uma vez consolidadas, são apreendidas como realidades inalteráveis, os papéis objetivados dos indivíduos também assumem tal característica. As instituições impõem papéis a serem seguidos, e os indivíduos podem aceitar seus papéis, desempenhando o comportamento esperado. Assim, padrões de comportamento são institucionalizados e entendidos como algo imutável, de tal forma que o indivíduo pode agir conforme o papel que lhe for atribuído, podendo causar uma resistência à mudança.

A origem dos padrões institucionalizados pode ser compreendida a partir da repetição da ação humana. Berger e Luckmann (2004) explicam que a repetição de determinada atividade pode torná-la um hábito, e a importância deste se dá pelo seu momento posterior de institucionalização. Uma vez transformada em hábito, determinada atividade pode ser

institucionalizada. Em seu cotidiano, o homem adota hábitos por fornecer-lhes benefícios, como economia de esforço, diminuindo as opções de execução de determinado projeto, ou ainda dispensando a necessidade de atribuir significado para aquela atividade toda vez que for executada, pois esse significado será evocado imperceptivelmente.

O compartilhamento e acessibilidade das tipificações de ações habituais dos indivíduos e grupos compõem as instituições que, por seu turno, tipificam os atores individuais e suas ações, institucionalizado o papel a ser desempenhado por cada tipo de indivíduo. Ou seja, a reciprocidade da tipificação das ações origina a ordem institucional. Nesta concepção, parte-se do pressuposto de que os indivíduos não são agentes maximizadores absolutamente racionais, isto é, a ação não é considerada estritamente racional, mas sim que ocorre sobre uma base simbólica socialmente construída, nem sempre associada a parâmetros de eficiência e eficácia (BERGER; LUCKMAN, 2004).

Mas para que se institucionalize, a ação precisa passar por uma tipificação recíproca por tipos de atores. As tipificações devem ser “acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais” (BERGER; LUCKMAN, 2004, p.77). Ou seja, a tipificação deve ser socialmente aceita.

As instituições legitimam o papel a ser desempenhado por cada tipo de indivíduo, e a reciprocidade da tipificação das ações origina a ordem institucional. Trata-se de uma etapa em que as ações são tornadas habituais para cada qual em papéis. Assim, os indivíduos esperam algo da ação do outro, as ações são executadas e previstas de acordo com o papel que cada um assume na sociedade. Serão tipificadas aquelas ações importantes para todos os indivíduos quando em situação comum.

A lógica das tipificações de ações habituais explica o comportamento do homem em sociedade e também das organizações, uma vez que são formadas e legitimadas por homens que vivem em sociedade. A perspectiva institucional busca explicar a realidade organizacional por meio da compreensão de como as estruturas sociais e ações organizacionais tornam-se legitimadas (PEREIRA, 2012).

3.3 Legitimação

Um conceito fundamental para a compreensão de como ocorre o processo de institucionalização é o de legitimação. Trata-se do processo de justificação para que as

objetivações da ordem institucional possam ser compreendidas e transmitidas para toda a sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Conforme defendido por Berger e Luckmann (2004), a legitimação se faz necessária para que as objetivações da ordem institucional possam ser transmitidas para indivíduos das próximas gerações, ou quaisquer outros que não estiveram presentes durante o processo de institucionalização. Isso ocorre porque a legitimação direciona o indivíduo a decidir o que deve ser apoiado, como as coisas devem funcionar e quais posturas são socialmente aprovadas. O indivíduo terá maior propensão a interiorizar determinado conjunto de valores e práticas, caso já estejam legitimados.

Berger e Luckmann (2004) dispõem que o processo de legitimação das objetivações pode ocorrer em diferentes níveis. O primeiro nível, o incipiente, ocorre quando o sistema de objetivações linguísticas é transmitido. Em seguida, tem-se o nível da legitimação teórica rudimentar, em que se relaciona o conjunto de significações objetivas de forma rudimentar, referindo-se a ações concretas. No terceiro nível de legitimação, das teorias legitimadoras, a instituição é legitimada em termos de um corpo diferenciado de conhecimentos, envolvendo maior nível de complexidade e especificidade na transmissão. O quarto e último nível de legitimação é o do universo simbólico, aquele que une as diferentes esferas da realidade em um mesmo universo de significação, isto é, integra-se em um quadro de referência os diferentes entendimentos sobre a realidade.

O conceito de legitimação é, da mesma forma, fundamental para as organizações. A perspectiva institucionalista classifica a legitimidade como um conceito central no debate sobre quais variáveis influenciam os resultados finais das organizações. Desta forma, a sobrevivência das organizações depende diretamente da sua legitimidade perante seus stakeholders. Guarido Filho, Machado-Da-Silva e Gonçalves (2009) ressaltam que, como os valores institucionalizados na sociedade permeiam estruturas e formas organizacionais, a obtenção de legitimidade é tão importante quanto a eficácia e eficiência técnica. Em síntese, as organizações funcionam em um ambiente no qual é preciso articular suas ações e estruturas conforme as características do contexto institucional em prol de se obter legitimidade.

Neste sentido, a importância da legitimação para a organização se encontra no processo em que, ao ser legitimada socialmente, e reconhecida não apenas por seu resultado técnico, mas por seu conjunto de valores, torna-se ela própria uma instituição e aumenta suas chances de sobrevivência (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Em relação à importância das instituições no ambiente organizacional, Hughes (2007) argumenta que as regras culturais e o sistema de significados compartilhado pelos indivíduos são o que torna o ambiente não apenas material, mas principalmente institucional. O compartilhamento de significados possibilita a formação dos meios de uma legitimidade baseada em regras. De acordo com o autor, dentro da perspectiva institucional, a legitimidade não é entendida como um recurso, mas sim uma condição de refletir a consonância percebida com regras e leis relevantes.

Legitimidade pode assim ser entendida como um conjunto amplo de valores e costumes que proporcionam aprovação moral de atividades ou instituições específicas, estando ou não envolvida a sanção legal (MOLL *et al* l., 2006). Suchman (1995) caracteriza a legitimidade como uma suposição generalizada de que as ações de determinada entidade são desejáveis e adequadas dentro de um sistema de normas, valores e definições socialmente construídas. De forma geral, a legitimação pode ser entendida como um conjunto amplo de valores e costumes que proporcionam aprovação moral de instituições (ETZIONI, 1987).

O fato de determinada conduta ter adesão da coletividade significa que alcançou legitimidade, processo denominado por Selznick (1948) como infusão de valor. Assim, a legitimação de determinada organização pode ser aferida a partir da evidência comprovada (indicadores de resultados), ou por meio da eficácia simbólica. O principal efeito da eficácia simbólica é aceitação social do que está sendo proposto (SELZNICK, 1948).

Neste sentido, as organizações conseguem legitimidade ao tornarem-se “isomórficas” ao ambiente em que estão inseridas, independentemente do desempenho e da eficiência produtiva (TOLBERT, ZUCKER, 1994). Assim, conforme exposto por Meyer e Rowan (1977), as organizações formais na sociedade moderna são levadas a incorporar práticas e procedimentos institucionalizados na sociedade. Segundo os autores, as regras e estruturas são legitimadas ao adquirirem o estatuto de normas e padrões no ambiente organizacional, apresentando eficácia simbólica para além de sua eficácia técnica. Nas sociedades modernas, as estruturas organizacionais formais surgem em contextos altamente institucionalizados, portanto tendem a incorporar práticas e procedimentos difundidos e reconhecidos pela sociedade, em busca de aumentar sua legitimidade e conseqüentemente sua possibilidade de sobrevivência. Tais práticas e procedimentos institucionalizados funcionam como mitos, e a incorporação das mesmas por parte das organizações ocorre independentemente da eficácia imediata que isto pode trazer para a organização (MEYER; ROWAN, 1977).

Hughes (2007) argumenta que a legitimidade, entendida como um recurso cultural, estabelece autoridade nas estruturas macrossociais, que, por sua vez, criam padrões sistemáticos nas relações sociais que limitam e moldam as ações microssociais. No entanto, o autor critica a indevida ênfase dada a legitimidade como um recurso cultural nos trabalhos de abordagem institucionalista, dado que o destaque dado implica uma ênfase nos resultados. Quando uma organização sobrevive sem a aprovação do seu público-chave, essa orientação teórica se demonstra insuficiente. O autor salienta que, antes que possa ser um recurso, a legitimidade deve primeiro ser entendida como um conjunto de regras culturais, pois desta forma é possível compreender como a realidade cotidiana é vivida como um todo. A ênfase, neste caso, é dada ao processo interpretativo, uma vez que “as regras de legitimidade classificam os fenômenos como membros de categorias discretas e mutuamente exclusivas que constituem um sistema cosmológico imbuindo a realidade social em ordem e significado” (HUGHES, 2007, p.4).

Ao se pensar no processo de legitimação das organizações, é necessário considerar quais são os atores responsáveis por legitimá-las, ou deslegitimá-las. Para tanto, deve-se primeiramente considerar que a legitimação não é um recurso que pode ser adquirido no ambiente a partir de mecanismos técnicos, mas sim, algo socialmente construído. Ou seja, a legitimação das organizações junto a seu público-chave é construída socialmente.

Entre os principais agentes entendidos como público-chave na legitimação de uma organização, Hughes (2007) destaca as comunidades de prática, os críticos, e os *gatekeepers*. O autor define comunidades de prática como um conjunto de atores individuais e coletivos que de alguma forma estão envolvidos nas atividades da organização. Tais atores podem envolver órgãos profissionais, sindicatos, instituições de ensino, professores, entre outros. Os críticos, ou a audiência crítica, são aqueles que buscam avaliar o ambiente organizacional e fornecer interpretações especializadas para outros públicos. São exemplos de críticos os intelectuais, a mídia e os grupos de ativistas.

O terceiro grupo, destacado por Hughes (2007) como principal público de uma organização, consiste nos *gatekeepers*. De acordo com o autor, *gatekeepers* são aqueles que oferecem a legitimação mais coerente, dado que são os que impõem regras institucionais, além de controlar o acesso aos recursos daquele campo. O autor caracteriza *gatekeepers* como o grupo ou agente que tem uma posição de controle em determinada estrutura social, impondo regras institucionais, determinando os limites do campo, e controlando o acesso aos recursos necessários. Donos e editores de veículos de comunicação, por exemplo, controlam a divulgação da informação e da narrativa, sendo considerados importantes *gatekeepers* na

sociedade. Agentes que ocupam postos que permitem influenciar uma decisão importante, como parlamentares e membros do judiciário, por exemplo, também são exemplos de importantes gatekeepers, por terem o poder sobre deliberações importantes.

Os três grupos de público-chave mencionados por Hughes compõem o que é chamado de *stakeholders*. Savage *et al.* (1991) caracterizam *stakeholders* como agentes interessados nas ações de uma organização, e que possuem capacidade de influenciá-las. Tais agentes podem ser indivíduos, grupos, ou mesmo outras organizações e caracterizam-se como público-chave responsáveis por legitimar ou deslegitimar as organizações. Os *stakeholders* possuem uma força significativa que afeta as organizações, fazendo com que estas formulem suas estratégias de ações considerando as expectativas de seus *stakeholders*. Assim, as organizações devem primeiramente conhecer quem são seus *stakeholders*, entender quais questões os afetam e quais são seus interesses.

3.4 Linguagem e discurso na formação e sustentação dos subuniversos simbólicos

Berger e Luckmann (2004) classificam a linguagem como um importante recurso para o processo de legitimação das instituições. Isso ocorre pelo fato de o sistema de sinais linguísticos fornecer meios para a objetivação de novas experiências. Ou seja, a linguagem possibilita adicionar novas experiências, objetivadas e teorizadas, ao estoque de conhecimento já existente, para então se tornar tradição.

Ainda segundo os autores supracitados, é por meio da linguagem que ocorre a transmissão das experiências humanas que foram sedimentadas, isto é, objetivadas na sociedade. A expressividade humana é capaz de objetivações, que funcionam como uma forma de perdurar os processos subjetivos de seus produtores, e possibilitam que os significados sejam transmitidos para indivíduos sem a necessidade de estarem presentes face a face. Isso faz com que, na realidade cotidiana, as objetivações sejam mantidas principalmente pela significação linguística, uma vez que a linguagem “marca as coordenadas da vida na sociedade e enche essa vida de objetos dotados de significação” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 38).

Assim, a linguagem permite que as experiências possam ser partilhadas para os demais indivíduos da sociedade, criando um repositório de significados que possam ser transmitidos. Tal comunicação entre transmissores e receptores, ou entre conhecedores e não conhecedores, implica procedimentos de controle e legitimação, pois a transmissão de significados institucionais depende do reconhecimento social da instituição como algo legítimo

(reconhecido socialmente) para solucionar um problema coletivo permanente (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Os autores salientam o papel da linguagem no compartilhamento de significados em cada subuniverso. Argumenta-se que os campos semânticos são construídos a partir de zonas de significação, e a acumulação dos significados será diferente entre os diferentes campos, dado que cada campo determinará o que deverá ser esquecido e o que deverá ser interiorizado e repetido pelos indivíduos que compartilham daquela zona de significação.

Tais características, somadas ao fato de que a objetivação linguística possibilita a tipificação e transmissão das condutas e formas de ação, ordenando de forma coerente as experiências dos indivíduos, os autores classificam a linguagem como o instrumento mais importante de socialização, pois trabalha como tradutora da realidade objetiva para a subjetiva e vice-versa.

As condições de produção da linguagem, isto é, as relações estabelecidas pela língua com os sujeitos que a falam, são consideradas ao se analisar o discurso. Conforme ressaltado por Fairclough (1992), existem diversas e conflitantes definições de discurso, o que faz a tarefa de conceituá-lo ser especialmente difícil.

A partir da conceituação de Gregolin (1995), o discurso pode ser compreendido como um suporte que sustenta vários textos que circulam em determinada sociedade, sendo responsável pela concretização das estruturas seminarrativas. Orlandi (2002), dispõe que o termo discurso sugere a ideia de palavra em movimento, o que faz com que, em seu estudo, ocorra a observação do homem falando. A autora relata também que o discurso faz a mediação entre o homem e a realidade natural e social, tornando possível a permanência e a transformação do indivíduo e da realidade em que está inserido.

Michel Foucault, filósofo francês, dedicou esforços para a conceituação de discurso dentro de sua análise social. Na concepção foucaultiana, entende-se que a manifestação dos discursos se dá nos modos particulares de uso da linguagem, assim como das demais formas simbólicas (imagens visuais). De acordo com essa vertente, o discurso não tem apenas o papel de refletir as relações sociais e as entidades, mas também de construí-las. Desse modo, o discurso posiciona os indivíduos de diversas formas, como sujeitos sociais. Considera-se ainda que diferentes discursos, combinados a diferentes condições sociais, podem produzir um novo discurso (FOUCAULT, 2007).

Orlandi (2002) defende que o estudo do discurso analisa a forma como linguagem e ideologia se afetam em uma relação recíproca. Assim, o discurso é o lugar em que é possível

compreender a relação entre ideologia e a linguagem, e analisar como a língua produz sentidos por e para os sujeitos. Neste contexto, a autora afirma que a linguagem só é linguagem porque faz sentido, e esse sentido é dado pelo fato de ela se inscrever na história. Tal relação, explica a autora, se dá pelo fato de toda língua possuir regras de projeção que possibilitam o indivíduo passar de uma posição empírica para uma posição discursiva, e tais posições significam o discurso em relação ao contexto sócio-histórico e à memória.

No processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, seus sentidos são determinados pelas ideologias colocadas em jogo (ORLANDI, 2002). Assim, o sentido das palavras pode ser modificado em relação às formações ideológicas nas quais se inscrevem, ou seja, podem ser transformadas de acordo com a posição daqueles que as empregam.

Formação discursiva é um conceito caracterizado por Orlandi (2002) como aquilo que determina o que pode e o que deve ser dito, dentro de uma determinada formação ideológica, funcionando de forma heterogênea, isto é, não opera como um bloco homogêneo que funciona automaticamente. A partir desta definição, a autora discorre sobre pontos relevantes para compreender a relação entre as palavras e a produção de sentido. Segundo a autora, as palavras não têm sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas que, por sua vez, representam as formações ideológicas do discurso. De tal relação conclui-se que os sentidos são sempre determinados ideologicamente. É também ressaltado que as palavras podem ter diferentes significados quando inscritas em formações discursivas diferentes. Ou seja, quando o uso de uma mesma palavra se dá em condições de produção diferentes, poderá ter significado diferente. A palavra “doutor”, por exemplo, quando empregada por profissionais da área da saúde, será, na maioria das vezes, em referência ao profissional graduado em medicina. A mesma palavra, empregada por um acadêmico, se referirá ao profissional, de qualquer área, que tenha concluído o doutorado.

Ainda segundo a autora supracitada, a presença de ideologia nos discursos é atestada pelo fato de não haver sentido sem interpretação. Isso ocorre pois o homem, ao se deparar com um objeto simbólico, é levado à interpretação, e no exercício desta, o sentido irá aparecer como algo dado, como uma evidência imutável. É o gesto de interpretação que possibilita a relação do sujeito com a história, com a língua e com os sentidos. No entanto, há de se considerar que a interpretação não é livre de determinação, dado que ela é regulada em suas possibilidades e condições.

De acordo com Orlandi (2002), a interpretação pode tanto estabilizar como deslocar os sentidos, pois ela se faz entre a memória institucional e os efeitos da memória, dado que a interpretação

[...] é garantida pela memória sob dois aspectos: a. A memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. A memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo) (ORLANDI, 2002, p.46).

Fairclough (1992), ao conceituar discurso, defende o entendimento do mesmo como uma prática de significação do mundo, na qual é responsável por constituir e construir o mundo em significado. Ao utilizar o termo “discurso”, o autor considera o uso de linguagem não apenas como um reflexo de variáveis situacionais, mas sim como forma de prática social.

O autor defende que as abordagens da análise do discurso orientadas linguisticamente, que focalizam os textos e a análise textual, dão atenção insuficiente à relação do mundo linguístico com os processos sociais e culturais, o que faz necessário recorrer à teoria social. O autor salienta ainda que os processos de produção, distribuição e consumo textual reclamam referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais nos quais o discurso é constituído.

Fairclough (1992) apresenta uma abordagem multidimensional do discurso, que consiste na combinação da análise linguística com a teoria social, resultando no que é denominado “teoria social do discurso”. Tal combinação proposta pelo autor concentra-se na conjunção do sentido de “texto e interação” da análise de discurso orientada linguisticamente, com sentido socioteórico de discurso. Para tanto, o autor salienta que

Qualquer “evento” discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do “texto” cuida da análise linguística de textos. A dimensão da “prática discursiva”, como “interação”, na concepção “texto e interação” de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso (incluindo “discursos” no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de “prática social” cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente (FAIRCLOUGH, 1992, p. 22).

Ao considerar o uso da linguagem como uma forma de prática social, Fairclough (1992) defende a compreensão do discurso como uma forma de ação, na qual as pessoas podem agir

sobre o mundo e sobre os demais indivíduos, e também como um modo de representação. Neste sentido, pressupõe-se uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, em que esta é tanto uma condição como um efeito do discurso, e o discurso, por sua vez, é moldado e limitado pela própria estrutura social. O autor argumenta que os eventos discursivos são diferentes em sua determinação estrutural, conforme o quadro institucional em que são construídos. No entanto, como é uma relação dialética, o discurso atua de forma a contribuir para a constituição das dimensões da estrutura social, a mesma estrutura que o molda e o limita.

Ainda segundo o autor supracitado, caso a relação entre discurso e estrutura social não seja devidamente compreendida como uma relação dialética, ocorrerão erros de ênfase, ou na determinação social do discurso, ou na construção social do discurso. A ênfase na determinação social do discurso pode fazer com que o discurso seja entendido apenas como um reflexo de uma realidade social mais profunda, e a ênfase na construção social do discurso pode fazer com que o discurso seja representado idealizadamente como fonte do social (FAIRCLOUGH, 1992).

Fairclough (1992) argumenta ainda que o discurso pode estar implicado nas diversas orientações da prática social, seja a orientação política, econômica, cultural ou ideológica. No entanto, destaca que, em sua análise, focaliza no discurso como modo de prática política e ideológica. Tal foco ocorre pois o discurso enquanto prática política:

“[...] estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos), entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 94).

Orlandi (2002) discorre sobre três mecanismos de funcionamento do discurso. O primeiro se refere a condição dos discursos como resultado de relações, o que significa que não existe discurso que não se relacione com outros discursos. O segundo mecanismo é o da antecipação, que orienta o processo de argumentação considerando seus efeitos sobre o interlocutor, de tal forma que quem produz o discurso antecipe qual sentido terão as palavras produzidas em quem for acessá-las. Por fim, o terceiro mecanismo de funcionamento do discurso é o da relação de forças.

De acordo com a autora, “(...) podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2002, p. 40). Assim, o que é dito por um professor terá significado diferente quando é dito por um aluno. Tal concepção pode ser melhor compreendida a partir da concepção de universos e subuniversos de significação.

3.5 Universos e subuniversos

Ao discorrer sobre os quatro níveis do processo de legitimação das objetivações, Berger e Luckmann (2004) caracterizam o quarto e último nível como aquele que integra as diferentes esferas da realidade em um mesmo universo de significação, ou seja, que une a significação de todos os diferentes entendimentos sobre determinada instituição ou sobre a realidade.

O universo simbólico funciona com uma matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais, e tem a função de ordenar as diferentes esferas da realidade, definindo o âmbito do social dentro do que é denominado “hierarquia do ser”, dado que atribui categorias aos fenômenos de forma hierárquica (DILLON, 2021).

As legitimações atuam de forma a manter o universo simbólico, dado que existem ameaças à sua manutenção. A sociedade que sustenta aquele universo simbólico “oficial” pode contar com grupos heréticos que desafiam a ordem institucional por não compartilharem da ordem institucional legitimada dentro deste universo. Assim, considera-se que todas as legitimações podem ser consideradas mecanismos de manutenção do universo (BERGER; LUCKMANN, 2004).

A ameaça à manutenção do universo, abordada pelos autores como a mais relevante, se dá pelo confronto de universos simbólicos distintos. Quando uma sociedade conhece outra com um universo simbólico alternativo, a escolha do universo predominante dependerá dos mecanismos de manutenção e das teorias legitimadoras de cada um, isto é, os universos buscarão justificar sua predominância utilizando suas teorias legitimadoras, para legitimar suas instituições a partir de um corpo de conhecimentos (MUZZETTO; 2015).

Berger e Luckmann (2004) discorrem que sempre haverá variações no processo de socialização no universo entre os indivíduos, o que faz com que a socialização nunca seja totalmente bem sucedida. Cada indivíduo fará sua própria leitura daquela realidade e conceberá o seu universo simbólico de uma forma. Esta variação pode se tornar um problema ao surgirem grupos de “habitantes” que compartilham uma visão diferente da realidade objetivada, e passam a ameaçar o universo simbólico. Os legitimadores do universo simbólico “oficial” devem “reprimir” essa visão alternativa, ou (re)legitimando, isto é, eles devem utilizar mecanismos conceituais para manter a ordem social estabelecida no universo hegemônico. Uma forma de defender o universo simbólico é utilizar os mecanismos conceituais para modificar o próprio universo em prol de mantê-lo (e não substituí-lo pela visão alternativa). Isso significa que os

mecanismos conceituais são utilizados para legitimar e também para modificar o universo simbólico em prol de protegê-lo.

Enquanto o universo simbólico não apresenta problemas, ele se mantém, isto é, legitima-se a si mesmo. Porém, quando há problemas ou conflitos, é necessário utilizar procedimentos de manutenção. Berger e Luckmann (2004) dispõem duas formas aplicação dos mecanismos conceituais de conservação dos universos simbólicos a serem empregadas quando um indivíduo, ou grupo de indivíduos, apresenta-se como uma ameaça à manutenção do universo, discordando dos significados hegemônicos daquele universo.

A primeira forma de aplicação apresentada pelos autores, a terapêutica, objetiva conservar os indivíduos discordantes dentro do universo, seguindo as definições institucionalizadas, buscando reintroduzi-los na realidade objetiva do universo simbólico a partir de explicações para tais discordâncias associando-as a condições do indivíduo. Tem o propósito de manter aqueles que questionam os padrões e apresentam algum tipo de risco para a realidade social de acordo com as definições institucionalizadas da realidade, reintroduzindo-os para a realidade do universo simbólico da sociedade. A segunda aplicação citada pelos autores, a aniquilação, busca eliminar conceitualmente o que está em desconformidade com o conjunto de significados do universo, atribuindo aos fenômenos de desvio um caráter negativo, e combatendo as concepções divergentes de forma teoricamente embasada.

O sucesso do mecanismo utilizado para manter o universo, quando o mesmo encontra problemas, dependerá do poder dos que operam tais mecanismos. Tais problemas podem ocorrer quando as sociedades estabelecem confrontos de seus universos, e disputam a imposição de seu universo de significados sobre a sociedade adversária. Em um cenário de disputa, o sucesso de uma sociedade em impor seu universo simbólico sob as demais dependerá muito mais do poder de seus atores legitimadores do que da plausibilidade da teoria apresentada (MACHADO JÚNIOR *et al.*, 2016).

Berger e Luckmann (2004) caracterizam os subuniversos como elementos de significação socialmente separados, que existem como consequência da segmentação institucional. Cada subuniverso socialmente distinto é formado por um conjunto de critérios, e cada um pode apresentar uma perspectiva diferente sobre a sociedade total, considerando o ângulo destes subuniversos.

Cada instituição possui um subuniverso de significação, um conjunto de elementos culturais e simbólicos que legitimam a distribuição interna de significado, legitimando seus procedimentos perante a sociedade. Levando em consideração que a legitimação envolve

produzir novos significados que podem integrar os significados de outras instituições, pode existir conflitos e competição entre os subuniversos (BERGER; LUCKMANN, 2004; CASTELLANI; MOTTA, 2016). Dos conflitos, resultarão significados socialmente endossados a partir de mecanismos de legitimação.

Conforme exposto anteriormente na seção 3.1 deste referencial teórico, Berger e Luckmann (2004) argumentam que na socialização secundária, a interiorização dos valores que são apresentados ao indivíduo ocorre de forma menos arraigada ao se comparar com a interiorização na socialização primária. Tal característica faz com que os valores socialmente aceitos em cada subuniverso devem contar com mecanismos e técnicas para fazer com que o indivíduo se identifique com a realidade daquele submundo. Assim, os subuniversos precisam ter determinados valores e práticas legitimados pela sociedade, e considerando a legitimação como um processo de justificação das objetivações de ordem institucional, ela funciona como uma espécie de sinal verde para que o indivíduo possa interiorizar determinado conjunto de valores e práticas, pois são aceitos socialmente.

A socialização e toda a formação de subuniversos de significados, com conjuntos de entendimentos compartilhados por grupos sociais distintos ocorre não apenas a partir das formas de interação presenciais, mas também - e, especialmente pertinente para esta pesquisa - pelas interações sociais. A possibilidade da socialização no meio cibernético entre pessoas que não se conhecem suscita importantes especificidades dessa forma de interação. Os espaços de interação simbólica e puramente virtuais causaram uma revolução na forma como as pessoas apreendem e reproduzem a realidade.

3.6 A internet e os fenômenos do filtro bolha e da Câmara de Eco

A ampliação do acesso à internet repercutiu na maneira como os indivíduos se relacionam com o meio digital, e inaugurou-se uma era em que as pessoas utilizam as redes sociais não apenas para compartilhar informações pessoais com os amigos, mas também para se informar sobre os acontecimentos do mundo (CHITA; MUSCO, 2019).

Flaxman e Goel (2016) destacam a relevância da popularização das redes sociais como meio de acesso à informação, e demonstram como a internet reduziu consideravelmente o custo de produção, distribuição e acesso às informações. Além das vantagens relacionadas aos custos, também possibilitou a criação de um espaço mais democrático em comparação aos meios de comunicação de massa tradicionais, ao permitir que qualquer usuário produza conteúdo,

exponha sua opinião publicamente, ou compartilhe informações em tempo real de qualquer parte do mundo (FAVA, 2019).

Assim, iniciou-se uma importante reconfiguração da forma como as pessoas se informam, e tal reconfiguração se torna ainda mais intensa devido a capacidade de personalização que têm as mídias sociais (FLAXMAN; GOEL, 2016). Conforme as pessoas interagem com o conteúdo que com os quais se deparam nas mídias sociais, algoritmos são capazes de fazer uma leitura das suas preferências, hábitos, valores e, de forma automática, saber quais conteúdos irão agradar ou não, para então saber o que sugerir para leitura, e o que “esconder” dos usuários (GOTTRON, 2016).

Neste contexto, Rosyadi *et al.* (2019) alertam para o potencial que os sistemas de recomendação de conteúdo online apresentam para determinar a opinião pública sobre os problemas que estão se desenvolvendo na sociedade. Os autores demonstram que o mecanismo de recomendação faz com que, a partir da interação do usuário com os conteúdos online, haja um processo de curadoria que afunilará demasiadamente o conteúdo para o usuário, gerando notícias uniformes, e defendem que tal processo promove a polarização entre os usuários, uma vez que são expostos a opiniões e visão política de cada campo polarizado. Simultaneamente, as plataformas utilizam de mecanismos que favorecem as discórdias em prol do engajamento, como a priorização de comentários com maior reação nas publicações da plataforma Facebook. Estes mecanismos, no entanto, não promovem o diálogo que leva a deliberação, mas tendem a fomentar o conflito (SILVA *et al.*, 2019; SÁNCHEZ-VALLEJO, 2021; BEN-DAVID & MATAMOROS-FERNANDEZ, 2016). Assim, os autores defendem que os desenvolvedores de mídia devem aprimorar os sistemas de recomendação, de tal forma a considerar os impactos do sistema para a vida em sociedade.

A nova configuração e a conseqüente intensificação da personalização também trouxe impactos para a atuação das organizações. Além do maior monitoramento do desempenho e maior proximidade com o seu público-alvo, a proliferação do acesso à internet acarretou uma maior exposição da imagem da empresa. Dito de outra forma, os valores aos quais a empresa é direcionada se tornaram ainda mais importantes para sua aceitação perante seu público-alvo, isto é, para a sua legitimidade perante seus *stakeholders*.

Dessa forma, muito além de demonstrar bom desempenho financeiro e boa utilização dos recursos, as organizações devem se preocupar em se demonstrarem alinhadas aos valores socialmente aceitos pelos seus *stakeholders*. Nesse contexto, o relacionamento com seu público-alvo assume novas características e condições. É ainda necessário considerar que, ainda

quando já institucionalizadas, as organizações correm o risco de desinstitucionalização, o que faz do esforço de se demonstrar em conformidade com os valores socialmente aceitos uma constante. Para tanto, as organizações recorrem a mecanismos de legitimação para justificar sua relevância e garantir sua sobrevivência, e tais mecanismos devem considerar a nova configuração social.

Nessa nova realidade, em que os indivíduos buscam informações nas mídias sociais e são induzidos a acessarem determinado tipo de conteúdo condizente com suas preconcepções, as opiniões passam a ser formadas com uma menor exposição a contrapontos, processo que cria um terreno fértil para a formação de opiniões desinformadas e, conseqüentemente, a polarização (NIKOLOV *et al.*, 2015).

Os efeitos da polarização tornaram-se de crescente relevância nos últimos anos, tanto no âmbito acadêmico quanto no cotidiano dos indivíduos, a partir da onda de notícias falsas e filtragem seletiva de notícias nas eleições presidenciais nos Estados Unidos de 2016, que ficou conhecido como o fenômeno das “*fake news*” (SPOHR, 2017). Tal fenômeno foi suscitado pelas novas formas de relações online, que trouxeram impactos radicais para a democracia, configurando uma nova ordem social com características inéditas e com implicações inesperadas (DA EMPOLI, 2019).

Os mecanismos de recomendação online, ao personalizarem os conteúdos que aparecerão para o usuário, acabam por envolver o indivíduo em uma espécie de bolha. Pariser (2012) cunhou o termo filtro bolha para caracterizar o mundo personalizado de informações em que os usuários vivem. De acordo com o autor, enquanto envoltos na bolha, nos encontramos em um ambiente confortável no qual as informações que surgem condizem com nossas concepções preconcebidas, com nossos gostos e crenças, limitando nossa visão de mundo.

O fenômeno do filtro bolha interfere na forma como os indivíduos enxergam o mundo, e determinando o que eles irão ver ou não. Assim como uma lente, os filtros personalizados podem ampliar nossa visão, mas também podem limitar a variedade de informações às quais os indivíduos são expostos, afetando diretamente a forma como absorvem as informações, afetando o equilíbrio cognitivo necessário para que possam formar opiniões e deliberar sobre importantes temáticas (PARISER, 2012).

Nesse cenário, as opiniões passam a ser formadas com base em informações estratificadas, que as tornam mais persistentes, isto é, mais resistentes a modificações a partir de novas informações (ROSYADI *et al.*, 2019).

Pariser (2012, p. 9) alerta para as consequências dessa nova conjuntura para o estado democrático:

A democracia exige que os cidadãos enxerguem as coisas pelo ponto de vista dos outros; em vez disso, estamos cada vez mais fechados em nossas próprias bolhas. A democracia exige que nos baseemos em fatos compartilhados; no entanto, estão nos oferecendo universos distintos e paralelos (PARISER, 2012, p.9).

Neste sentido, Bozdag *et al.* (2014) ressaltam que o fenômeno filtro bolha faz com que o processo democrático seja enfraquecido, uma vez que os cidadãos se juntam em grupos que compartilham seus próprios pontos de vista e se afastam das informações que possam desafiar suas crenças. Em um cenário polarizado, as pessoas buscam discutir ideias apenas com aqueles que dividem suas crenças e valores, o que faz com que a deliberação dos indivíduos sobre os mais variados tópicos seja prejudicada pelo fato de não terem acesso a pontos de vistas distintos.

Ainda que um sistema que filtre a quantidade excessiva de conteúdo online de acordo com os gostos dos indivíduos possa parecer conveniente, a diferença existente entre o que eles querem acessar, e o que devem acessar, representa grande parte do problema (HIDAYAH, 2018). Uma vez que absorvem um conjunto de valores e crenças, as pessoas estão predispostas a fortalecê-los, pois têm a tendência de acreditar no que reforça o que já acreditam, fenômeno chamado de “viés de confirmação” (PARISER, 2012). O filtro bolha tende a intensificar o viés de confirmação, fornecendo uma confiança excessiva de que a visão de mundo do indivíduo é a correta e, quando leva à exposição de conteúdos contrários, aproximando ao conteúdo de outra bolha, atua de forma a impulsionar o conflito.

É importante ressaltar que a tendência à segmentação precede a nova configuração social introduzida pela expansão do acesso à internet. Turow (1997), ao discorrer sobre a transição da predominância da mídia de massa para o marketing de segmentação nos Estados Unidos, salienta que a segmentação sempre fez parte do relacionamento anunciante-mídia, e que foi intensificada a partir da década de 1970, muito antes da existência da internet. Ainda em 1997, o autor já alertava que o interesse dos publicitários pelo marketing de segmentação se dava pela análise de que a sociedade estava se dividindo e, aos poucos, atingir os consumidores de forma coletiva não seria mais eficaz.

No entanto, ainda que a segmentação social e a polarização de opiniões não tenham sido causadas pelos mecanismos de personalização online, estudos defendem que eles intensificam

tais fenômenos, ampliando seus impactos na vida em sociedade (HIDAYAH, 2018; GOTTRON, 2016; O'CALLAGHAN *et al.*, 2013).

É necessário ainda considerar que há uma grande diferença entre os efeitos da personalização da oferta de produtos e a personalização das informações que as pessoas acessam. Pariser (2012) salienta que, ainda que a personalização seja positiva quando o objetivo é vender produtos, tem impactos negativos para o processo de tomada de decisões dos indivíduos, uma vez que cria a impressão de que a realidade é aquela que eles já acessam de forma limitada pelos algoritmos.

Esse processo em que os indivíduos não são expostos a novas ideias, produtos e informações, resulta no fenômeno denominado "câmara de eco". O conceito é utilizado para caracterizar a situação em que os indivíduos se alimentam primordialmente de informações condizentes com suas concepções preexistentes. Nesse cenário, os indivíduos que dividem as mesmas crenças interagem apenas dentro de seu grupo e compartilham informações que reforçam tais crenças.

O conceito de câmara de eco baseia-se na premissa da exposição seletiva, em que as pessoas favorecem informações que reforçam suas visões pré-existentes (SUNSTEIN, 2001). Karlsen *et al.* (2017) argumentam que algo semelhante ocorre quando as pessoas se deparam com informações opostas às suas. Nesses casos, sua opinião prévia sobre o assunto “fala mais alto”, e ela acessa aquela informação já com o intuito de contestar, caso em que os argumentos contrários aos quais ela teve acesso podem levar a uma crença mais forte na opinião já defendida. Além de já terem suas opiniões prévias fortalecidas, as pessoas encontram nas mídias sociais mecanismos que impulsionam a interação social por meio da discórdia e do conflito (BEN-DAVID; MATAMOROS-FERNÁNDEZ, 2016; SILVA *et al.*, 2019; SÁNCHEZ-VALLEJO, 2021).

O filtro bolha funciona como uma câmara ideal, pois são espaços fechados, compostos por pessoas com posicionamentos semelhantes, que transmitem e interpretam as informações de forma a repetir aquilo que já acreditam (FERREIRA; RIOS, 2017). Portanto, filtro bolha (PARISER, 2011) e câmara de eco (SUNSTEIN, 2001) são fenômenos que formam e reforçam nichos ideológicos que agravam a polarização política. Seus efeitos devem ser considerados pelas organizações em suas estratégias de comunicação com seus stakeholders. Como disposto anteriormente, as organizações têm sua sobrevivência dependente de sua legitimação perante seus públicos-chave. Tal dependência faz com que elas devam estar atentas aos valores socialmente aceitos e compartilhados nos subuniversos de seus agentes legitimadores.

Em seu processo de institucionalização, as organizações devem se preocupar em se demonstrar em conformidade os valores aceitos no subuniverso em que se inserem, apresentando uma estrutura que possa ser apoiada pelos *stakeholders*. Após ter alcançado a institucionalização, tal processo continua importante, haja vista a possibilidade de desinstitucionalização. No contexto da nova configuração social, introduzida pelo fenômeno do filtro bolha, garantir sua sobrevivência não depende apenas de estar em conformidade com os valores do subuniverso de seus *stakeholders*, mas em conseguir atingir um bom alcance da mensagem e da imagem que se deseja construir.

4 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os aspectos metodológicos que deverão ser adotados na condução da pesquisa, além das classificações referentes ao tipo de estudo a ser conduzido. Primeiramente, é apresentada a fundamentação epistemológica do método. Em seguida são expostos os procedimentos metodológicos e as considerações acerca da validade e confiabilidade da pesquisa.

4.1 Abordagem, tipo e desenho do estudo

A ação dos indivíduos ocorre a partir de sua interpretação dos acontecimentos que ocorrem em sua volta. Ao concentrarem-se na análise da vida social, os estudiosos da ação argumentam que a sociedade é formada pela interação humana, sendo então necessário compreender a interação entre os indivíduos para entender como a ordem social é criada (JONES, 1993).

Jones (1993) ressalta que os teóricos da ação demonstram especial interesse na forma como a língua é utilizada, pelo fato de a linguagem possibilitar a interação humana e, por conseguinte, a criação da sociedade. Segundo o autor, isso ocorre porque a linguagem é a forma de comunicação mais eficiente para a troca de significados entre as pessoas.

Nesse sentido, seguindo o propósito de compreender os fenômenos a partir das interações sociais, esta pesquisa adota a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa realiza a análise do mundo empírico em seu ambiente natural e tem como objeto um mundo subjetivo de crenças, valores, símbolos, significados e atitudes, que são expressos na vida cotidiana através da linguagem comum (MINAYO; SANCHES, 1993). As análises qualitativas contam com um espectro de métodos e técnicas que devem ser adaptados a cada estudo específico, pois dada a complexidade das análises propostas, um método padronizado único não seria capaz de adequar a qualquer objeto de um estudo qualitativo (GUNTHER, 2006).

Kirk e Miller (1986) alertam para a importância de não caracterizar quaisquer pesquisas que não utilizem métodos quantitativos como pesquisas qualitativas. Os autores caracterizam a pesquisa qualitativa como um fenômeno empírico e socialmente localizado, que depende fundamentalmente da observação dos indivíduos.

A pesquisa qualitativa reúne um conjunto características fundamentais, dentre as quais destaca-se: (i) a análise do mundo empírico ocorre em seu ambiente natural, fazendo do

investigador o principal instrumento de pesquisa (MINAYO; SANCHES, 1993; BORGDAN; BIKLEN, 1994); (ii) dando destaque à palavra escrita, a investigação é essencialmente descritiva (KIRK; MILLER, 1986; BORGDAN; BIKLEN, 1994); (iii) a análise dos processos são mais importantes do que a dos resultados (BORGDAN; BIKLEN, 1994; GUNTHER, 2006); e (iv) a forma como os indivíduos significam o que ocorre em suas vidas é de vital importância (KIRK; MILLER, 1986; MINAYO; SANCHES, 1993).

Para tanto, Godoy (1995) defende ser necessário compreender a estrutura em que os indivíduos realizam suas interpretações e conferem significado ao que ocorre em seu entorno. Tal necessidade se justifica pelo fato de a totalidade do indivíduo como objeto de estudo ser o foco dos estudos qualitativos (GUNTHER, 2006).

Nesse sentido, para alcançar o objetivo de analisar como são construídos os discursos daqueles que se posicionam a favor e contra o uso da hidroxicloroquina para o tratamento de pacientes infectados com Covid-19 a partir de comentários publicados em páginas do Facebook, a orientação qualitativa é adotada para que se possa compreender como os indivíduos atribuem significados diferentes ao mesmo medicamento, o que requer uma análise aprofundada do fenômeno, enfatizando suas especificidades e características fundamentais (BECKER; BRYMAN, 2012; MINAYO, 2013).

A pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. Given (2008) afirma que a análise exploratória é escolhida quando o grupo, processo ou situação examinada, ainda não são amplamente conhecidos, mas apresentam características que fazem a investigação válida. Ou seja, para explorar um fenômeno ainda não amplamente conhecido, como os do filtro bolha e câmara de eco, para realizar uma análise discursiva em um contexto polarizado, a análise exploratória possibilita maior familiaridade com o problema de pesquisa, objetivando torná-lo mais explícito (STEBBINS, 2001)

Aaker e Day (2008) demonstram que os três tipos de pesquisa – exploratória, descritiva e causal – apresentam características distintas, mas podem ser utilizados de forma complementar em fases distintas de um mesmo estudo. Os autores argumentam que, após realizada a análise exploratória, ocorre um processo que resulta em uma variedade de possibilidades de questões a serem avaliadas de forma descritiva. Dessa forma, ainda que seja caracterizada predominantemente como exploratória, esta pesquisa apresenta também caráter descritivo (BAILEY, 1982).

Em relação ao desenho de pesquisa, é adotado o método de observação não participante. O *corpus* da pesquisa selecionado foi analisado por meio da observação, pois as informações

não foram fornecidas pelos indivíduos, mas sim coletadas pela pesquisadora, que observou o discurso dos indivíduos nos comentários de publicações em redes sociais.

A observação tem como principal vantagem o realismo da situação estudada, pois possibilita apreender os comportamentos no momento no qual eles se produzem (GUNTHER, 2006). Ferreira *et al.* (2012) destacam a técnica de observação como apropriada para análises exploratórias e descritivas que buscam compreender fenômenos complexos e institucionalizados.

A observação desta pesquisa é classificada como não participante, pois não há interação entre a pesquisadora e os sujeitos pesquisados. Pelo fato de o pesquisador não estar diretamente envolvido na situação analisada, e os sujeitos não estarem cientes de que estão sendo observados, é possível apreender a situação como ela realmente ocorre (FERREIRA *et al.*, 2012). A técnica é ainda classificada como sistemática, pois contará com categorias e objetivos de análise pré-determinados que formam uma estrutura de análise.

4.2 Procedimentos metodológicos

O *corpus* de pesquisa é composto por 80 comentários publicados em postagens de duas páginas da rede social Facebook com posicionamentos antagônicos, Burguesia Fede¹ e Pleno.News². Essas páginas foram escolhidas por dois motivos principais. Primeiramente, são páginas reconhecidamente alinhadas a cada uma das posições da nova polarização política brasileira. Em segundo lugar, ambas as páginas contam com grande número de curtidas (equivalente a seguidores na plataforma Facebook) e publicações, isto é, páginas que alcançam uma grande quantidade de usuários. A página com posicionamento alinhado ao governo do então presidente Jair Bolsonaro, Pleno.News, possuía, ao tempo da coleta de dados da amostra da pesquisa, 764.000 curtidas. Burguesia Fede, a página com alinhamento contrário ao atual governo, contava com 1.056.100 curtidas.

As publicações analisadas foram postadas de maio de 2020 a novembro do mesmo ano. A seleção das publicações realizadas pelas páginas, denominadas “publicação raiz”, foram feitas a partir do mecanismo de busca da plataforma Facebook disponível nas páginas, utilizando o termo de busca “hidroxicloroquina”. Dos resultados desta busca, foram selecionadas quatro publicações-raiz, sendo duas de cada página. Os critérios para seleção

¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/aburguesiafede>. Acesso em: 14 out. 2022.

² Disponível em: <https://www.facebook.com/plenonewsoficial/>. Acesso em: 14 out. 2022.

dessas publicações foram o número de comentários, curtidas e compartilhamento, além da identificação de interação entre os usuários nos comentários. Os 20 primeiros comentários de cada postagem compõem o *corpus* da pesquisa, totalizando 80 unidades discursivas.

As quatro publicações selecionadas foram salvas em *Portable Document Format* (PDF), assim como todo o conteúdo de comentários e interações dos usuários. A seguir estão dispostas as imagens de cada publicação raiz selecionada, com o número total de comentários, compartilhamentos e opções de interação em um clique (“curtir”; “amei”; “força”; “haha”; “ual”; “triste”; “grr”).

Figura 1 – Burguesia Fede: publicação raiz A.1



Fonte: Facebook - página oficial da Burguesia Fede (2020).

Figura 2 – Burguesia Fede: publicação raiz A.2

Burguesia fede
18 de julho · 🌐

A Sociedade brasileira de Infectologia destrói a cloroquina: Ineficaz inútil contra o coronavírus e ainda dá efeitos colaterais.



FALANDOVERDADES.COM.BR

Cloroquina é ineficaz contra o COVID, afirma Sociedade Brasileira de Infectologia

👍👎👉 546 185 comentários 116 compartilhamentos

Fonte: Facebook - página oficial da Burguesia Fede (2020).

Figura 3 – Pleno.News: publicação raiz B.1

Pleno.News ✓
14 de maio · 🌐

Bolsonaro diz que cloroquina será usada em casos leves ==> <https://bit.ly/3fVjkun>



PLENO.NEWS

Bolsonaro diz que cloroquina será usada em casos leves

Em transmissão ao vivo pelo Facebook, presidente afirmou que conversou com...

👍👎👉 2,7 mil 521 comentários 861 compartilhamentos

Fonte: Facebook - página oficial da Pleno.News (2020)

Figura 4 – Pleno.News: publicação raiz B.2



Fonte: Facebook - página oficial da Pleno,News (2020).

As postagens foram publicadas nos dias 7 de julho (A.1), 17 de julho (A.2), 20 de maio (B.1) e 14 de maio (B.2), todas no ano de 2020. O tratamento dos dados coletados foi realizado contando com os procedimentos metodológicos da análise crítica do discurso (ACD) que, em convergência com as teorias sociais dispostas no referencial teórico, possibilitou a compreensão da formação dos discursos contidos nos comentários selecionados de forma socialmente contextualizada.

Gee (2014) define a língua em uso como domínio de estudo da análise do discurso, pois os enunciados produzidos pelos indivíduos apresentam padrões recorrentes, seja de forma consciente ou não, e a análise discursiva possibilita a identificação desses padrões, de forma mais confiável do que um autorrelato dos próprios indivíduos (HERRING, 2004). Hodges *et al.* (2008) dispõem que esse nível de análise de discurso não envolve apenas o exame do texto no nível semântico, mas também a análise de como os indivíduos significam o que ocorre em sua volta e como os discursos podem configurar e reconfigurar os papéis que eles devem assumir na sociedade ou em determinados grupos sociais.

Herring (2004) defende que a análise crítica do discurso pode facilitar a compreensão sobre fenômenos linguísticos e não linguísticos, uma vez que considera que o discurso envolve escolhas por parte do falante, e que tais escolhas são condicionadas por fatores sociais e

cognitivos. Assim, o analista de discurso examina a forma como a língua é usada em determinado lugar, momento e contexto específicos para estabelecer atividades e identidades (GEE, 2014).

Nesse sentido, considerando o propósito de interpretar as interrelações entre as estruturas mais amplas e as práticas discursivas individualizadas, os procedimentos da análise discursiva auxiliaram a contextualizar o discurso observado nos comentários selecionados por uma perspectiva mais ampla, considerando o contexto social em que os sujeitos que produzem o discurso estão inseridos. Para tanto, a análise do corpus será realizada a partir da orientação das tarefas de construção da língua propostas por Gee (2014).

Gee (2014) trabalha com a concepção de Discurso, com “D” maiúsculo, para ressaltar questões de representação e reconhecimento na forma como os indivíduos falam e interagem. Diferentes grupos da sociedade compartilham convenções sobre a forma de utilizar a língua e, assim, os indivíduos fazem parte de determinados Discursos. O autor salienta que, considerando a multiplicidade como característica da identidade do ser humano, todos nós pertencemos a vários Discursos, que muitas vezes apresentam conflitos entre si.

Os textos, que para Gee (2014) só são significativos ao considerar o contexto em que são produzidos, são formas de construir identidades e expressar perspectivas sobre a realidade. Dessa forma, os Discursos são compostos não apenas pela língua, mas pelas práticas sociais que significam a língua, o que evidencia a importância de o analista do discurso considerar quem é o sujeito que diz, e o que ele está fazendo ao dizer (GEE, 2014).

Para realizar a análise discursiva, o autor apresenta quatro ferramentas de investigação. São elas: (i) linguagens sociais; (ii) modelos discursivos; (iii) conversações; e (iv) intertextualidade. Neste estudo será dada ênfase à ferramenta de conversações, dado o objetivo de analisar a construção das diferentes formas de posicionamento em relação a uma mesma questão. Ao definir o termo, o autor dispõe que:

A palavra “conversa”, como a estou usando aqui, pode ser enganosa. Temos a tendência de pensar nas conversas como "apenas palavras". Mas o tipo de conversa de que estou falando envolve muito mais do que palavras; eles envolvem, de fato, Discursos. É melhor, talvez, chamá-las de “Conversas” com um “C maiúsculo”, uma vez que são mais vistas como conversas (históricas) entre Discursos, não apenas entre pessoas individualmente. (GEE, 2014, p. 34).

O autor dispõe ainda que apenas pessoas e linguagem não são suficientes para formar Conversações. Três características não verbais devem ser atendidas para que se possa classificar

as interações como Conversações, quais sejam: (i) deve haver controvérsia, formando "lados" opostos em um debate de ideias; (ii) deve haver valores e modos e pensar ligados ao debate; e (iii) deve haver valor simbólico de instituições, denominados participantes não-verbais da Conversação (GEE, 2014).

A análise discursiva deve considerar a forma como a língua é construída e utilizada pelos indivíduos para construir significado sobre o que dizem e fazem. Para tanto, o autor define sete tarefas de construção da língua, elencadas no Quadro 1.

Quadro 1 – As sete tarefas de construção da língua

Significados	A linguagem é utilizada para construir significados
Atividades	A linguagem é utilizada pelos indivíduos para que possam ser reconhecidos em determinado tipo de atividade
Identities	A linguagem é utilizada pelas pessoas para que sejam reconhecidas no papel assumido
Relacionamentos	A linguagem é utilizada para construir e sustentar relações com outros indivíduos, grupos, ou instituições
Política	A política é também construída pelo uso da língua, dado que é usada para construir perspectivas sobre poder, status, reputação etc.
Conexões	As diferentes formas de conexões são construídas ou mitigadas a partir da língua
Sistemas de signos e conhecimento	A linguagem é utilizada para distribuir o valor de cada sistema de significados e comunicação

Fonte: Gee (2014).

Dentro desta perspectiva, fazer a análise discursiva envolve fazer questionamentos sobre as sete tarefas. As tarefas orientarão a análise de como são construídos os discursos relacionados ao uso da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19.

Assim, a análise discursiva do *corpus* desta pesquisa, composto por oitenta comentários publicados nas redes sociais, contará com o prisma da análise de Conversações, categorizada a partir das sete tarefas de construção da língua, para examinar como são construídos os discursos a favor e contra o uso da hidroxicloroquina no tratamento para Covid-19 nos dois grupos polarizados.

A análise de cada categoria proposta por Gee (2014) contará com classificações que auxiliarão a manipulação do *corpus*, apresentadas no Quadro 2. As classificações foram elaboradas pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Organizações, Interesse Público e Sociedades Sustentáveis (Opus), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com base nos pressupostos da teoria da análise da conversação, entendendo a conversação como uma

interação verbal que envolve uma estrutura de signos negociados que criam o contexto das relações sociais (RECUERO; 2008).

Quadro 2 – Regras de classificação do *corpus*

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CLASSIFICAÇÕES			
Natureza da postagem	Confirmatória	Sem material anexo		
		Com material anexo	Pertinente	
			Não Pertinente	
	Contraditória	Sem material anexo		
		Com material anexo	Pertinente	
			Não Pertinente	
	Alheia ao contexto, porém alinhada à página	Sem material anexo		
		Com material anexo		
	Alheia ao contexto e não alinhada à página	Sem material anexo		
		Com material anexo		
	Tom	Neutro		
		Dialógico		
Agressivo				
Interações	Com resposta ou reação (emoji, emoticon ou <i>sticker</i>)	Confirmatória		
		Contraditória		
	Sem resposta			
Desfecho	Com desfecho	Conciliatório		
		Intransigente		
		Mudança de tom		
	Sem desfecho			
Contexto Social do Sujeito	Características pessoais			
	Intertextualidade			

Fonte: Nota de orientação: Grupo de Pesquisa Organizações, Interesse Público e Sociedades Sustentáveis (Opus)

Sobre a aplicação da categoria “contexto social do sujeito” é importante dizer, como uma ressalva inicial, que a rede social Facebook oferece aos usuários diferentes níveis de privacidade das informações pessoais presentes em seus perfis. Mesmo que haja informações obrigatórias para o cadastro de um novo usuário na rede social (tais como e-mail de contato e

idade), a forma como cada informação ficará visível no perfil do usuário varia de acordo com a sua preferência. O usuário pode, por exemplo, configurar seu perfil de forma que suas informações pessoais fiquem visíveis apenas a outros usuários “amigos” no Facebook, restringindo-as ao acesso dos demais; por outro lado, alguns usuários possuem um perfil completamente aberto, nos quais qualquer outro usuário do Facebook pode ter acesso às suas informações pessoais a partir de uma consulta livre. Ao começar o contato com o material coletado para a análise, visitando os perfis dos usuários cujos comentários foram selecionados na amostra, percebeu-se que, das possíveis informações que ajudariam a traçar um contexto social do sujeito, algumas eram mais frequentemente restringidas de acesso público do que outras. Assim, para que fosse possível realizar uma análise mais completa e comparativa dos contextos em questão, buscando avaliar os pontos de “características pessoais” e “intertextualidade”, alguns dados principais foram priorizados na observação e adicionados como subcategorias de análise ao quadro de regras de classificação. Foram eles: (1) idade; (2) gênero; e (3) o comportamento na rede social em relação a outras páginas de conteúdo político (por exemplo, se segue ou curte outras páginas desse tipo). Outras informações que poderiam servir para aprofundar a análise, tais como profissão, faixa de renda, escolaridade, local de residência, entre outras, eram muito frequentemente inexistentes nos perfis ou tinham seu acesso restringido de acordo com a configuração de privacidade de cada usuário. No entanto, mesmo com acesso limitado a poucas características mais gerais, acredita-se já ter sido possível incluir um esboço do contexto social do sujeito, tão necessário para uma devida compreensão dos dados coletados.

4.3 Validade e confiabilidade

Ainda que o caráter interpretativo seja inerente à pesquisa qualitativa (MACHADO JÚNIOR *et al.*, 2011), os métodos adotados para realizar a análise buscam garantir validade e confiabilidade. Nesse contexto, Kirk e Miller (1986) argumentam que, para garantir a confiabilidade dos resultados apresentados, os procedimentos que orientarão a análise discursiva serão descritos de forma a ser facilmente replicados por outros pesquisadores. Os autores também explicam que a validade de um estudo qualitativo depende de o paradigma teórico ter correspondência correta com as observações realizadas. A validade se refere também a capacidade dos métodos utilizados na análise de proporcionarem resultados fidedignos aos objetivos da pesquisa.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Neste capítulo, será apresentada análise do *corpus* de dados coletados para a pesquisa, isto é, o objeto do trabalho em si. Conforme delimitado no capítulo anterior, a abordagem com base na Análise Crítica do Discurso (ACD) será realizada em um corpo de 80 comentários publicados na rede social Facebook em quatro publicações distintas, avaliando-se principalmente a forma como se constroem os discursos a favor e contra o uso da hidroxicloroquina para o tratamento da Covid-19. Antes de apresentar a análise do conteúdo dos comentários e respostas do *corpus* analisado, primeiramente serão abordadas algumas informações obtidas através da classificação dos dados às categorias de análise presentes na Quadro 2 (Regras de classificação do *corpus*), a começar pelo contexto social dos sujeitos da pesquisa.

5.1 Conhecendo os sujeitos da pesquisa

Partindo da perspectiva de Bergman e Luckmann (2004) de se compreender a realidade como socialmente construída, não seria possível para a presente pesquisa tentar analisar os discursos dos sujeitos do *corpus* sem ao menos propor uma tentativa de compreender os contextos sociais dos quais tais discursos partem. Principalmente considerando-se que estamos lidando com discursos que podem conter fortes opiniões e visões de mundo, é necessário compreender a estrutura em que os indivíduos realizam tais interpretações e conferem significado ao mundo ao seu redor (GODOY, 1995). Ou seja, compreender o contexto social de cada indivíduo é indispensável na análise da construção de seu discurso, pois este é indissociável de sua forma de interpretar o mundo. Para tanto, esta pesquisa se valeu de algumas informações chave que pudessem ser retiradas a partir da observação não participante nos perfis pessoais da rede social de cada indivíduo cujo comentário faz parte do *corpus* de dados analisados. Na tentativa de traçar a categoria de análise “Contexto Social do Sujeito”, foram priorizados três grupos de informações, por sua maior facilidade de acesso através da observação não participante. São elas (1) idade; (2) gênero; (3) e o comportamento na rede social em relação outras páginas de conteúdo político. As informações detalhadas a seguir estão esquematizadas no Quadro 1, ao final desta seção.

A primeira subcategoria, a idade dos usuários, foi o dado mais relevante no primeiro contato entre pesquisadora e objeto. Dos 80 perfis visitados, 54 eram de usuários com mais de

50 anos de idade. Quando agrupados os maiores de 30 anos de idade, o número chega a 66 usuários, ou seja, 82,5% dos indivíduos cujos comentários foram analisados. Tal número se mostra ainda mais expressivo considerando que em nove perfis analisados a informação da idade não estava disponível. Apenas um dos 80 comentários foi feito por um usuário menor de 18 anos de idade. Este dado, no entanto, não deve ser visto como representativo³ de uma despolitização ou falta de interesse do público jovem e adolescente com o tema em questão. Esta seria uma conclusão precipitada que desconsideraria o que parece mais provável: trata-se muito mais de um recorte etário do público relacionado às próprias páginas das publicações analisadas. É possível, portanto, traçar algumas características importantes para a contextualização social da considerável maioria do público analisado nesta pesquisa: (a) trata-se de um público provavelmente inserido no mercado de trabalho, ou que já passou por ele e encontra-se atualmente aposentado; (b) grande parte dos indivíduos são pais/mães ou mesmo avôs/avós; (c) é um público que viveu períodos contrastantes da conjuntura política brasileira, desde a ditadura militar, o processo de redemocratização, diversas eleições e experiências de governos com alinhamentos políticos distintos, ou seja, é um público mais capaz de definir suas opiniões e preferências políticas baseados em experiências próprias. Estas três características podem ser consideradas mais relevantes ao tema, além de serem mais definidoras dos tipos de preocupações e anseios que tal grupo pode possuir e como essas características podem influenciar em sua formação de opinião e suas formas de significar o mundo ao seu redor.

Um dado importante de ser ressaltado a respeito da faixa etária é que, ao se realizar um cruzamento isolado da variável “idade” com a direção e a forma da opinião a respeito da cloroquina, nenhum padrão específico pôde ser observado. O padrão de idade não possui alteração considerável entre usuários de acordo com sua inclinação favorável ou contrária ao uso da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19. Tanto no público da página *Burguesia Fede* quanto no da *Pleno.News* foram encontradas opiniões contra e a favor do uso da cloroquina por pessoas de todas as faixas etárias encontradas no *corpus* analisado, com uma frequência superior do público maior de 50 anos em ambos os casos.

A respeito da subcategoria “gênero” as conclusões são também incipientes. Antes de se analisar os perfis dos usuários, foi considerada a hipótese de que o público da página mais alinhada ao então presidente Bolsonaro pudesse ser predominantemente masculino, haja vista as diversas declarações misóginas de Bolsonaro enquanto Deputado Federal, suas posições

³ Importante ressaltar que os dados obtidos não permitem conclusões de representatividade amostral do uso da rede Facebook, pois o estudo não tem validade nomológica, mas sim ideográfica.

contrárias a bandeiras tradicionais do movimento feminista como a equidade salarial e a descriminalização do aborto, e algumas pesquisas eleitorais para as eleições presidenciais de 2018, que apontavam uma grande disparidade de gênero dentro do eleitorado de Bolsonaro⁴. No entanto, a análise dos dados demonstrou um quadro diferente. Dos 80 usuários cujos comentários fizeram parte do *corpus* analisado, 41 eram mulheres, 38 homens e em um perfil de usuário não havia classificação de gênero. Se considerarmos apenas os comentários das publicações B.1 e B.2, ou seja, publicações da página alinhada ideologicamente ao governo Bolsonaro, o número de comentários de mulheres é superior ao de homens (21 contra 18), enquanto nas publicações A.1 e A.2 há uma divisão exatamente igual no *corpus* (20 comentários de mulheres e 20 comentários de homens). Assim sendo, não é possível indicar a partir dos dados coletados nessa pesquisa uma tendência ideológica na qual a variável “gênero” seja um diferencial relevante. Pode-se afirmar unicamente que, de acordo com os dados coletados, o subuniverso bolsonarista no Facebook não aparenta ser tão masculino quanto se poderia supor.

A terceira e última subcategoria de análise dentro de “Contexto social do sujeito”, considera o que é possível denominar “politização na rede”, para classificar o comportamento e a preferência de conteúdo dos usuários no Facebook. Assim, foi categorizado como “politizado” aquele indivíduo que segue outras páginas de conteúdo político com sua conta ou que possui publicações de cunho político em seu perfil; o “não politizado” é aquele que não segue estes padrões, existindo também os casos em que as configurações de privacidade de alguns perfis impossibilitaram a investigação a respeito de tais características. Vale ressaltar que não houve critério subjetivo para tal categorização, assim como não há um julgamento de valor a respeito de uma ou outra classificação; foi analisado somente o conteúdo das publicações dos perfis e as páginas seguidas pelos usuários. O termo “politizado” não tem aqui um sentido semelhante ao usado na comunicação coloquial, tampouco o termo “não politizado” significa algum tipo de demérito ao sujeito em análise. Dentro da classificação de “politizados” diferenciei os usuários de acordo com seu alinhamento à esquerda ou à direita do espectro político-ideológico.

A título de exemplificação, alguns padrões de comportamento puderam ser observados na micro rede de páginas geralmente seguidas pelos indivíduos: os usuários “politizados de esquerda” são seguidores de páginas como “Carta Capital”; “Quebrando o Tabu” e páginas de apoio nominal a políticos ligados ao campo da esquerda, como Lula, Dilma, Ciro Gomes,

⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/09/30/com-fator-bolsonaro-divisao-de-genero-e-o-mais-acentuado-desde-1994.htm>. Acesso em: 14 jul. 2022.

Fernando Haddad, entre outros. Já os “politizados de direita” são seguidores de páginas como “MBL”; “Lula no xadrez”; “Caneta desesquerdizadora”; páginas com referências patrióticas e páginas de apoio a atores políticos do campo da direita, como Bolsonaro, Sérgio Moro, Silas Malafaia, entre outros. Uma certa padronização no público dessas principais páginas seguidas pelos politizados permite observar a materialização do efeito “Filtro-Bolha” de Pariser (2012) no que se refere aos mecanismos de previsão e sugestão de conteúdo dos algoritmos do Facebook. A partir do momento em que um usuário segue ou interage com alguma publicação de uma dessas páginas, a sugestão de novos conteúdos pelo algoritmo da rede social é filtrada por essa preferência, fazendo com que páginas semelhantes sejam mais visualizadas, que o usuário interaja mais com elas, e assim por diante. Não surpreende, portanto, o fato de que um número relativamente pequeno de páginas seja seguida mutuamente pelos usuários politizados do *corpus* analisado nesta pesquisa, ainda que ela seja bem pequena em comparação ao total de usuários da rede social.

Os aqui categorizados como politizados são maioria nos dois polos político-ideológicos: nas publicações A.1 e A.2 (críticas à Bolsonaro) configuram 24 dos 34 usuários sobre os quais foi possível realizar tal avaliação (considerando que em seis perfis as informações sobre as páginas seguidas pelo usuário não estavam públicas); já nas publicações B.1 e B.2 (alinhadas à Bolsonaro) os comentaristas politizados somam 28 dos 31 usuários com informações sobre preferências políticas exibidas de forma pública nos seus perfis. Em números gerais, 52 dos 80 usuários cujos comentários foram selecionados na coleta de dados são ativamente politizados no Facebook, seguindo, publicando e interagindo com conteúdos ligados às pautas políticas de cada campo específico. O número se torna ainda mais expressivo excluindo aqueles usuários com configuração de privacidade que impossibilitou a análise desse tipo de atividade: 52 de 65 foram classificados como politizados (80% do *corpus*). Mais adiante, quando adentrarmos propriamente à análise do conteúdo dos comentários, a classificação de politizados e não politizados permitirá uma avaliação acerca da frequência e suscetibilidade de usuários de um determinado alinhamento ideológico de repetir argumentos semelhantes entre si, como integrantes ou não das chamadas “câmaras de eco” (BACELLS, PADRÓ-SOLANET, 2016).

Algumas características específicas dos politizados diferem de acordo com seu alinhamento político-ideológico. Enquanto nas publicações da página contrária ao governo Bolsonaro há a presença de comentários de usuários de direita, nas publicações da página alinhada ao governo Bolsonaro praticamente não há a presença de politizados de esquerda. Dos 24 usuários politizados que comentaram nas publicações A.1 e A.2 (página *Burguesia Fede*),

15 foram classificados como de esquerda e nove de direita. Já nas publicações B.1 e B.2 (página Pleno.News), dos 28 usuários politizados, 26 foram classificados como de direita, apenas um de esquerda e um foi classificado como de centro (o único em todo o *corpus*), por ser seguidor tanto de páginas mais comuns ao campo da esquerda quanto da direita. A respeito de tais dados, algumas hipóteses podem ser formuladas: a presença de comentários de usuários de direita em publicações de uma página de esquerda pode indicar que há, nos grupos alinhados ao governo Bolsonaro, uma tendência de uma prática militante online de combater informações prejudiciais ao então presidente se infiltrando em “bolhas” ideologicamente contrárias, já que essa “infiltração” de usuários de esquerda em ambientes virtuais da direita é consideravelmente menor (tomando por base os dados coletados nesta pesquisa). É preciso, no entanto, considerar também a possibilidade de que tal característica seja específica da página Burguesia Fede e não se aplique a demais ambientes. Para tais conclusões seria necessária uma investigação de comportamento na rede muito mais ampla que extrapola o escopo deste trabalho. Por fim, a presença de um único usuário politizado classificado como de “centro” parece significativa da dificuldade de se romper as bolhas das sugestões de conteúdo fornecidas pelos algoritmos das redes sociais e permitir que um usuário tenha acesso a um leque de informações mais diversa, podendo driblar ainda que parcialmente os vieses de confirmação (PARISER, 2012) e ter acesso a mais informação adversa (ROSYADI *et al.*, 2019).

Vale citar também duas últimas características chamativas dos politizados de direita encontrados no *corpus*. Trata-se de atributos geralmente ligados a apoiadores de Jair Bolsonaro: dos 35 politizados de direita que comentaram em qualquer uma das publicações, 20 possuem algum tipo de conteúdo religioso em seus perfis, seja em publicações próprias ou dentro do grupo de páginas seguidas por cada usuário. Em todos esses casos, a religião era a cristã, seja de confissão católica ou protestante. Em *nenhuma* dos outros 60 perfis consultados (nem nos usuários de esquerda, nem nos “despolitizados”) foi encontrada alguma referência a conteúdo religioso. Por fim, outra marca distintiva do bolsonarismo, em nove perfis dos politizados de direita foram encontrados símbolos nacionais/patrióticos, dentre eles: fotos de perfil com a bandeira nacional, com a camisa da seleção brasileira de futebol, publicações de apoio às Forças Armadas e conteúdo político de direita em publicações com design nacionalista. Novamente, tais traços não foram encontrados em outros usuários que não os classificados como politizados de direita. Embora tais símbolos nacionais apareçam em número menos expressivo no *corpus* analisado, deve-se observar que essas características servem como uma espécie de identificação ideológica de um indivíduo na rede social, ou um selo de pertencimento a um espectro político.

Uma simples imagem da bandeira do Brasil na foto de perfil do usuário já é capaz de indicar um provável sistema de crenças e opiniões ao qual tal indivíduo está ligado, quase tão forte quanto um símbolo de um partido político. No caso dos politizados de esquerda, neste estudo, símbolos e imagens de afirmação ou identificação ideológica são mais raros e variados entre si.

Essas são as características mais perceptíveis dos sujeitos que compõem a base de dados da pesquisa. Na próxima seção, tais características serão combinadas com as análises argumentativas dos comentários. O quadro a seguir (Quadro 3) apresenta de forma mais esquemática as informações detalhadas até aqui.

Quadro 3 – Subcategorias para análise do Contexto Social do Sujeito

Publicação	Idade	Gênero	Politização na rede	Alinhamento político-ideológico*
A.1	>50 anos: 13	Masculino: 7	Politizado: 11 Não politizado: 7 Não identificável: 2	Direita: 1 Esquerda: 10 Centro: 0
	30~50 anos: 3	Feminino: 13		
	<30 anos: 0			
	Não Identificável: 4			
A.2	>50 anos: 11	Masculino: 13	Politizado: 13 Não politizado: 3 Não identificável: 4	Direita: 8 Esquerda: 5 Centro: 0
	30~50 anos: 7	Feminino: 7		
	<30 anos: 1			
	Não Identificável: 1			
B.1	>50 anos: 15	Masculino: 9	Politizado: 12 Não politizado: 2 Não identificável: 6	Direita: 12 Esquerda: 0 Centro: 0
	30~50 anos: 5	Feminino: 11		
	<30 anos: 0			
	Não Identificável: 0			
B.2	>50 anos: 15	Masculino: 9	Politizado: 16	Direita: 14

	30~50 anos: 1	Feminino: 10	Não politizado: 1 Não identificável: 3	Esquerda: 1 Centro: 1
	<30 anos: 0	Não identificado: 1		
	Não Identificável: 4			
TOTAL	>50 anos: 54	Masculino: 38	Politizado: 52 Não politizado: 13 Não identificável: 15	Direita: 35 Esquerda: 16 Centro: 1
	30~50 anos: 16	Feminino: 41		
	<30 anos: 1	Não identificado: 1		
	Não Identificável: 9			

*Categoria aplicável somente aos usuários “politizados” e não à totalidade dos usuários.

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2 O debate sobre a cloroquina no Facebook

Nesta subseção são analisados os comentários coletados nas quatro publicações selecionadas. Busca-se aqui compreender o contexto em que os textos são produzidos, seguindo a orientação de Gee (2005) para a análise do discurso, considerando quem são os sujeitos e o que estão fazendo ao dizer. Para tanto, as categorias de análise do Quadro 2 (Regras de classificação do *corpus*) serão utilizadas. Em cada publicação, será realizado um agrupamento dos principais argumentos mobilizados a favor e contra o uso da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19, buscando padrões de opiniões e informações compartilhadas por grupos ideologicamente semelhantes. O conteúdo das publicações, das páginas e das matérias *linkadas* em cada publicação também serão analisadas, para que os comentários possam ser propriamente compreendidos.

5.2.1 Publicação A.1: “Bolsonaro faz propaganda da cloroquina após dizer que está infectado”

A primeira publicação analisada, denominada de “Publicação A.1”⁵, exposta na Figura 1, foi compartilhada no dia 7 de julho de 2020 na página do Facebook Burguesia Fede. A legenda da publicação contém a frase “Mal anunciou a Covid e já diz que está ‘melhorando com cloroquina’” e um link para uma matéria do blog “Falando Verdades”, com título “Bolsonaro faz propapaganda⁶ da cloroquina após dizer que está infectado”⁷, datada do mesmo dia da publicação do Facebook. Na imagem anexada ao título da matéria, vê-se uma foto de Jair Bolsonaro segurando sorridentemente um comprimido.

A forma de escrita da legenda da publicação incita uma certa ironia crítica e comunica ao leitor uma dúvida tanto a respeito da infecção de Bolsonaro com o coronavírus quanto a respeito da eficácia da cloroquina. A estrutura de escrita da página Burguesia Fede e do blog “Falando Verdades” apresentam uma característica linguística menos formal em comparação às publicações do Facebook e do site Pleno.News, que serão analisados posteriormente. A legenda, que não se pretende imparcial, pressupõe que as declarações do então presidente são parcialmente ou completamente falsas e deixa a dúvida no leitor de forma subentendida. O ponto principal da crítica incitada pela página Burguesia Fede parece ser a rapidez com a qual a informação é comunicada pelo então presidente: no mesmo momento em que anuncia que está infectado anuncia também que já está melhorando com o uso do medicamento.

O blog “Falando Verdades”, embora se autointitule como um trabalho jornalístico⁸, se distancia bastante do jornalismo profissional dos principais veículos do país. Tanto na forma da escrita, com pequenos parágrafos de frases únicas, erros de digitação (inclusive na manchete) e várias incorreções da língua portuguesa, quanto no seu conteúdo extremamente repetitivo (por exemplo, o fato de não haver eficácia comprovada da cloroquina contra a Covid-19 é mencionado três vezes numa matéria curta). Outra característica que aproxima o trabalho do blog com formas de jornalismo amador é a ausência de autoria na matéria; não se sabe quem a

5

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/aburguesiafede/posts/pfbid0AJJV2xWz7Zhy6cEwhwcTuc9tNq4Q1jNoEUPC9XdheYattJLEwBbouJng9wSDfgkQl>. Acesso em: 14 jul. 2022.

⁶ O erro ortográfico “propapaganda” foi mantido aqui para se expor a manchete exatamente da forma como ela está escrita no site em questão.

⁷ Disponível em: <https://falandoverdades.com.br/bolsonaro-faz-propapaganda-da-cloroquina-apos-dizer-que-esta-infectado/?fbclid=IwAR2ozhHvUUMI3P-ZEC9fyp3VO3uBUo7HUO-d4GP8OpFWoTiEAZJ9i0O4q1E>. Acesso em: 14 jul. 2022

⁸ Para mais informações, ver a aba “Sobre” do blog “Falando Verdades”, disponível em: <https://falandoverdades.com.br/sobre/>. Acesso em: 14 jul. 2022

escreveu. Quanto ao conteúdo da matéria, se resume a expor o ocorrido em uma *live* do então presidente Jair Bolsonaro em uma rede social, na qual ele diz que está infectado com a Covid-19 e ingere um medicamento dizendo que confia na hidroxicloroquina, embora ele próprio reconheça que ainda não havia comprovação científica de eficácia. No vídeo, Bolsonaro expõe a seus seguidores que ele em si é mais um exemplo de que o medicamento está “dando certo”. A matéria termina com um link de referência para um estudo publicado na revista científica *The Lancet* que confirma a ineficácia da cloroquina contra o Coronavírus.

Este é o conteúdo apresentado ao público do Facebook da página *Burguesia Fede* na publicação A.1: uma matéria crítica ao então presidente Bolsonaro, que durante seu mandato propagandeava um medicamento sem eficácia comprovada, e uma legenda de apenas uma frase em tom sarcástico-crítico. Com base nisso foram divididos os 20 comentários do *corpus* analisado em quatro grupos temáticos. O primeiro é o grupo de comentários que expressam *indignação ou resignação* em relação ao ocorrido na *live* do então presidente e à situação da pandemia no Brasil. Foram sete comentários nesse sentido, incluindo os seguintes exemplos⁹:

Isso só pode ser um pesadelo vergonhoso demais (Mulher, maior de 50 anos, politizada, esquerda – seis reações confirmatórias).
 Me sinto num show de horrores nesse governo. Quanta vergonha. (Mulher, entre 30 e 50 anos, não politizada – quatro reações confirmatórias).
 Absurda essa propaganda do remédio, impossível estar bem no segundo dia apenas!!! Como parar essa loucura??? (Mulher, maior de 50 anos, politizada, esquerda – nove reações confirmatórias).

Em tais exemplos, os comentaristas comunicam uma certa incredulidade com os fatos ocorridos e mesmo sem mencionar diretamente o nome do medicamento em questão ou entrar em argumentos a respeito de sua eficácia, utilizam a linguagem de forma a expressar e construir significados de discordância e protesto em relação às posições do então presidente.

Em um segundo grupo encontram-se os comentários que contêm exclusivamente ofensas diretas a Bolsonaro. Foram agrupados aqui seis comentários, entre eles os seguintes exemplos:

Esse INSANO não necessita de isolamento vertical, a urgência é a internação em manicômio. (Homem, maior de 50 anos, politizado, esquerda – cinco reações confirmatórias).

⁹ Os comentários retirados da publicação em análise foram copiados aqui da exata forma em que foram escritos na rede social.

Infestado está e sempre esteve o cérebro dele. (Mulher, idade e politização não identificável – uma reação “grr”)

O problema dele e no cérebro tem que fazer um transplante. (Mulher, maior de 50 anos, politização não identificável – uma reação confirmatória)

Assim como no primeiro grupo, aqui os comentaristas também expressam indignação, com a diferença de fazerem referência direta ao então presidente e de forma exclusivamente agressiva. Os significados construídos pela linguagem aqui são mais voltados a destacar uma certa incapacidade mental de Bolsonaro para o cargo que ocupava, sem tocar diretamente o debate da eficácia da hidroxicloroquina.

No terceiro grupo, está um conjunto de comentários que chamou bastante atenção por partir de um *background* de informações que vai muito além do conteúdo da publicação e da matéria trazida por ela. Trata-se de comentários que insinuem ou afirmam que o então presidente estaria promovendo a hidroxicloroquina em troca de algum benefício próprio. Foram reunidos seis comentários com essa vertente, por exemplo:

Se eu tivesse um estoque de cloroquina para 18 anos com validade de 2 anos, produzidos a um preço super faturado, mesmo sem qualquer eficácia comprovada, eu também ia estar até fazendo propaganda (Homem, entre 30 e 50 anos, politizado, esquerda – 16 reações confirmatórias).

A fábrica desse remédio é de um amigo dele! Ele tá pensando na comissão. (Homem, maior de 50 anos, politização não verificável – uma reação confirmatória; duas reações “grr”).

Ele está fazendo isso para desviar atenção dos filhos dele... e também para os tapados tomarem essa droga.... (Mulher, idade e politização não verificáveis – seis reações confirmatórias; uma reação “grr”).

Trata-se de comentários que pretendem expor ou explicar a insistência de Bolsonaro com a cloroquina por motivações políticas e pessoais que nada teriam a ver com razões de saúde pública. Como se pode ver, esse tipo de comentário traz informações complementares ao que está sendo dito na publicação e na matéria supracitada, sem, no entanto, trazer referências ou materiais anexos que atestem a respeito do que está sendo dito. A questão do “estoque de cloroquina para 18 anos” aparece em dois comentários, o que sugere se tratar de uma informação relativamente recorrente à época, noticiada na mídia ou dentro das bolhas de oposição ao governo Bolsonaro nas redes sociais. Como outro exemplo desse tipo de informação recorrente, em um comentário aparece a informação de que a fabricação do medicamento teria sido executada pelo exército a mando de Bolsonaro. Dos seis comentaristas deste grupo, apenas um é classificado como “não politizado”, ou seja, a maior parte desses indivíduos segue outras páginas e fazem parte de outros grupos nos quais informações de

oposição ao então presidente são recorrentemente compartilhadas, o que sugere que tais informações adicionais trazidas por eles podem ter origem em tais ambientes.

Por último, um comentário que não se encaixou em nenhum dos grupos anteriores. Trata-se do único comentário contrário à publicação original dentre os 20 selecionados:

Aqui este canal tá difícil ninguém presta não tem vacina contra covid 19 então tem qui se valer do qui está dando resultado como o Bruno covas também usou cloroquina (Homem, maior de 50 anos, politizado, direita – 1 reação confirmatória).

Além de uma crítica direta à página Burguesia Fede e ao seu público, o comentário mobiliza alguns argumentos que serão vistos também nas publicações alinhadas ao governo Bolsonaro, analisadas posteriormente. Dentre eles, a ideia de que na falta de vacina deve-se “usar o que tem” e a exposição do fato de que outros políticos e figuras públicas estariam se tratando com cloroquina, como forma de reafirmar a eficácia do medicamento. Este único comentarista contrário ao alinhamento da página é classificado como “politizado de direita”, o que torna significativo o fato de seus argumentos serem idênticos a outros que se verão em sequência. Com relação aos parâmetros do nosso quadro de categorias de análise, os comentários à publicação A.1 se apresentam conforme o Quadro 4:

Quadro 4 – Classificação dos comentários - Publicação A.1

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CLASSIFICAÇÕES
Natureza da Postagem	Confirmatória: 17
	Contraditória: 1
	Alheia ao contexto; alinhada à página: 2
	Alheia ao contexto; não alinhada à página: 0
Material Anexo	Com material anexo: 0
	Sem material anexo: 20
	Neutro: 3

Tom	Dialógico: 3
	Agressivo: 14

Fonte: Elaborado pela autora.

Chama atenção nesta publicação a muito baixa presença de posicionamentos conflitantes, com apenas um comentário contraditório ao alinhamento da página. O tom dos comentários é predominantemente agressivo, quase sempre contendo algum tipo de xingamento ou ofensa a Bolsonaro ou seus apoiadores. Das quatro publicações em análise, é a que mais possui comentários agressivos, com uma linguagem que comunica uma grande insatisfação ou perplexidade com o fato de um presidente da República incentivar o uso de um medicamento sem eficácia comprovada contra uma doença que desencadeou uma pandemia. Parece haver assim uma relação direta entre a natureza da postagem (predominantemente confirmatória) e o tom dos comentários (predominantemente agressivo), já que o teor da publicação e da matéria anexada incentivam a indignação com a situação em questão. Apesar disso, o único comentário contraditório foi também classificado como agressivo por conter uma crítica aos seguidores da página *Burguesia Fede*, embora tenha também um caráter dialógico em certa medida, trazendo uma argumentação (ainda que limitada) em favor da cloroquina. Em nenhum dos comentários houve a utilização de materiais anexos ou referências diretas a qualquer tipo de informação que pudesse ser consultado pelo leitor.

Com relação às interações, que é também um ponto componente das categorias de análise definidas na metodologia do trabalho, algumas ressalvas devem ser feitas. O Facebook permite um conjunto fechado de reações possíveis às publicações e comentários, as já mencionadas interações de um clique: “curtir”; “amei”; “força”; “haha”; “ual”; “triste”; “grr”, cada uma delas possuindo um símbolo (“emoji”) correspondente. No entanto, no momento da análise do significado discursivo de cada um desses símbolos, se torna difícil diferenciar o seu uso em cada caso. Enquanto as reações “curtir” e “amei” são indiscutivelmente de natureza confirmatória em relação ao comentário em questão, outras reações podem ter um significado ambíguo ou variável. As reações “triste” e “grr”, por exemplo, podem tanto demonstrar uma discordância em relação ao comentário em si quanto demonstrar que o conteúdo daquele comentário é triste ou revoltante; ou seja, podem assumir tanto um significado de confirmação quanto de contradição. Assim, para fins da análise a que este trabalho se propõe, as reações aos

comentários foram contabilizadas como um todo, mas nem sempre foi possível realizar uma distinção clara da quantidade de reações confirmatórias e contraditórias em cada caso.

Em 19 dos 20 comentários em análise houve reações, em sua maioria reações de confirmação simples (opção “curtir”) e reações de raiva (opção “grr”), que no contexto parecem também demonstrar em sua maioria uma expressão confirmatória; a “raiva” comunicada através da linguagem da reação e seu respectivo símbolo como confirmação da raiva expressa também na enorme maioria dos comentários, referente à insatisfação com a postura de Bolsonaro em relação à hidroxicloroquina.

Em 18 dos 20 comentários não houve outra interação além das reações, tendo havido respostas em apenas dois comentários, denominados aqui de “a” e “b” apenas para facilitar a compreensão. Ao comentário “a” houve duas respostas: uma confirmatória e outra contraditória. Enquanto a primeira resposta confirma e amplia as críticas feitas a Bolsonaro e suas supostas más intenções ao promover a cloroquina, a segunda resposta questiona o fato de os críticos do governo colocarem em xeque as afirmações do então presidente dizendo “*quando diz que não tem [covid-19] é mentira e quando diz que tem também kkkk Se decidam*”. A primeira resposta obteve três reações de confirmação (opção “curtir”) enquanto a segunda não obteve nenhuma reação ou resposta. Em relação ao comentário “b” houve apenas uma resposta. Trata-se de um comentário agressivo, que chama de “idiotas” os apoiadores de Bolsonaro que acreditam em suas palavras. A resposta, provavelmente advinda de um apoiador de Bolsonaro, foi também agressiva, devolvendo a ofensa de “idiota” para a pessoa que escreveu o comentário. A ofensa, no entanto, passou também sem reações e comentários.

O baixo número de respostas aos comentários mostra uma fragilidade nas interações dos comentários da publicação. Não há debate, quase todos os comentários se encerram em si mesmos e quando há respostas elas não geram uma discussão que seja levada adiante entre os sujeitos. Assim, tomando como base a análise discursiva de Gee (2014), não há nesses casos interações que o autor classificaria como Conversação, já que falta o primeiro ponto distintivo por ele destacado: a necessidade de haver controvérsia e debate de ideias com lados opostos em choque. Nos casos em que houve algum tipo de controvérsia, esta não foi levada adiante em uma troca de ideias, não atingindo, portanto, nenhum tipo de desfecho passível de análise. Todas as interações da publicação A.1 foram classificadas como “sem desfecho”. O que há em maior frequência é o uso da linguagem das reações do Facebook, através das quais as interações comunicam tanto um significado de concordância ou discordância com o discurso presente no comentário, quanto uma tomada de posição de identificação do sujeito que reage com o

conteúdo ideológico do comentário, pensando-se nas funções de “significados” e “identidades” que compreendem as tarefas de construção da língua de Gee (2014).

Em relação ao conteúdo propriamente dito dos comentários, pode-se dizer que em geral não discutem o que talvez pudesse ser visto como o ponto central do debate, que é a questão da eficácia ou não da hidroxicloroquina. Aparentam todos já partir de uma pressuposição da ineficácia do medicamento (não mobilizando argumentos em relação a isso) e da suposta má fé do então presidente em recomendá-lo. Por conta disso, a maioria dos comentários, tanto classificados como “confirmatórios” quanto como “alheios ao conteúdo” tem uma postura simplesmente de indignação e de revolta contra a figura de Bolsonaro. O comentário classificado como “contraditório” é, talvez, o que tenha uma maior intenção argumentativa em sua comunicação, mas também sem grande aprofundamento no debate. Neste comentário, houve apenas uma reação confirmatória e nenhuma resposta, ou seja, nem mesmo contradizendo a opinião geral do ambiente de seguidores da página Burguesia Fede o comentário foi capaz de provocar mais reações e debates.

5.2.2 Publicação A.2: “Cloroquina é ineficaz contra a COVID”

A segunda publicação em análise, visível na Figura 2 e denominada de “Publicação A.2”¹⁰, é datada do dia 18 de julho de 2020. A legenda da página Burguesia Fede é a seguinte: “A Sociedade brasileira de Infectologia destrói a cloroquina: Ineficaz inútil contra o coronavírus e ainda dá efeitos colaterais.”. Em anexo, mais um *link* do blog “Falando Verdades” com a manchete “Cloroquina é ineficaz contra o Covid, afirma Sociedade Brasileira de Infectologia”¹¹. Na imagem anexada ao título da matéria, vê-se uma foto de Bolsonaro segurando uma caixa de remédio e uma montagem com um “X” vermelho desenhado sobre ela.

Novamente, o conteúdo do blog “Falando Verdades” não apresenta autoria e possui uma escrita confusa, repetitiva e em alguns momentos redundante. A matéria aborda uma nota da Sociedade Brasileira de Infectologia - SBI (sem, no entanto, trazer um link de acesso à nota na íntegra), na qual o órgão recomenda que a cloroquina seja retirada imediatamente do protocolo

10

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/aburguesiafede/posts/pfbid08nc8eDTxds26KjPdaoNRHoGyhPjPhTgLEmLbubb3JsGX8S6fUcbScCdKF5azs4mCl>. Acesso em: 14 jul. 2022

¹¹ Disponível em: <https://falandoverdades.com.br/cloroquina-e-ineficaz-contra-o-covid-afirma-sociedade-brasileira-de-infectologia/?fbclid=IwAR2I4in7knuMEUR62PSlvmpuyPItkU-VGT-88R43PggPgkp8uuBpt2DbgPs>. Acesso em: 14 jul. 2022.

de atendimento contra Covid, citando “estudos recentes que comprovam a ineficácia do medicamento”. Segundo a matéria, a entidade aconselha que estados e municípios não devem gastar dinheiro público em tratamentos que são comprovadamente ineficazes e que podem gerar efeitos colaterais. A matéria termina apresentando algumas recomendações da SBI para o tratamento da Covid-19 e afirmando, de forma vaga, que há uma “leva de empresários ligados a Bolsonaro” que estariam lucrando bastante com a venda de cloroquina durante a pandemia, sem citar nomes ou maiores informações sobre tal situação. Assim, a matéria busca apresentar um argumento de autoridade (uma nota oficial de uma entidade científica séria) mencionando estudos científicos que não apenas não comprovam a eficácia da hidroxicloroquina contra a Covid-19, mas que atestam sua ineficácia e apontam possíveis efeitos colaterais danosos à saúde. Assim, a discussão aqui, pouco mais de uma semana após a publicação A.1, não é mais a respeito de uma medicação sem eficácia comprovada, mas com ineficácia comprovada e potencialmente prejudicial à saúde. A matéria se propõe também, com menor ênfase, a realizar uma crítica à postura do então presidente e a denúncia de um esquema de corrupção envolvendo o Governo Federal e empresários ligados à produção e distribuição de cloroquina. A publicação da página *Burguesia Fede* se limita, em sua legenda, a enfatizar de forma enérgica a ineficácia do medicamento comprovada pela entidade científica. Este é o conteúdo sobre o qual os comentários e interações da publicação A.2 se desenvolvem.

Não foi possível dividir aqui, como se fez na publicação A.1, os comentários em eixos temáticos principais. A publicação A.2 se destaca por uma maior diversidade de assuntos e abordagens nos comentários, contendo um número muito maior de sujeitos contrários ou não alinhados ao teor crítico da página *Burguesia Fede* em relação à primeira publicação analisada. Se em um primeiro momento poderia parecer que o ambiente virtual da página em questão se configura como exclusiva ou predominantemente contrário ao governo Bolsonaro, nesta publicação o cenário já se apresenta bastante dividido. A seguir, no Quadro 5.3, é possível ver o enquadramento dos 20 comentários da publicação A.2 de acordo com as categorias de análise:

Quadro 5 - Classificação dos comentários - Publicação A.2

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CLASSIFICAÇÕES
	Confirmatória: 8
	Contraditória: 8

Natureza da Postagem	Alheia ao contexto; alinhada à página: 1
	Alheia ao contexto; não alinhada à página: 2
	Neutra: 1
Material Anexo	Com material anexo: 0
	Sem material anexo: 20
Tom	Neutro: 5
	Dialógico: 5
	Agressivo: 10

Fonte: Elaborado pela autora.

Os comentários contraditórios à publicação possuem um teor crítico à contraindicação da hidroxicloroquina para tratar a Covid-19, colocando a proibição do medicamento como um erro que estaria gerando um alto custo em vidas humanas. Como uma observação de conjuntura política mais geral, mas que também toca ao conteúdo dos comentários em análise, a defesa da cloroquina se apresenta como um importante ponto de virada discursivo do bolsonarismo: enquanto em um primeiro momento da pandemia no país predominou o discurso negacionista encabeçado pelo então presidente, de que a doença não era tão grave (não passava de uma “gripezinha”), ou que o vírus sequer existia, ao tempo das publicações analisadas nesta pesquisa, quando as graves consequências da Covid-19 se tornam inegáveis no Brasil, o campo bolsonarista passa a reconhecer a seriedade da doença e compra o discurso da cura acessível pelo uso da cloroquina propagandeada pelo então presidente. É nesse contexto que se inserem os argumentos de defesa do medicamento.

Entre os principais argumentos mobilizados pelo campo contrário ao teor da publicação está a ideia de que, caso o uso da hidroxicloroquina seja permitido para o tratamento da Covid-19, ninguém seria obrigado a utilizá-la. Tal ideia aparece nos dois comentários transcritos abaixo e em algumas das respostas aos comentários da publicação:

Ninguém está mandando você tomar deicha para quem quiser para de ser hprocrita (Mulher, maior de 50 anos, politizada, direita – duas reações e oito respostas).

Meus parentes estão sendo curados, e aí? Outra, é barato, e mais uma bem no centro do *, NINGUÉM ESTÁ SENDO OBRIGADO! (Homem, maior de 50 anos, politizado, direita – Nenhuma reação, uma resposta).

Assim, uma ideia de liberdade do usuário do serviço de saúde é apresentada para defender o uso do medicamento como uma questão de opção/preferência pessoal e não como uma questão de saúde pública que deva seguir parâmetros definidos para a coletividade. Para muitos dos alinhados ao governo Bolsonaro a questão parece se encerrar aí: quem é pessoalmente a favor do uso do medicamento utiliza-o, quem é contra simplesmente não consome. Coincidentemente, todos os sujeitos que utilizaram esse tipo de argumento dentro do *corpus* da pesquisa são classificados como “politizados de direita”, o que indica que a ideia de defender o medicamento com base na liberdade do usuário pode ser algo recorrente em grupos bolsonaristas ou uma ideia ressaltada pelo próprio então presidente. Em alguns casos, esse tipo de argumento é utilizado quase como uma forma de ameaça ou de uma aposta na qual a sua própria vida está em jogo: na falta de outros medicamentos, vacina ou tratamentos alternativos, o uso da cloroquina é colocado como uma única possibilidade de diferenciar entre a vida e a morte. Nesse sentido aparecem alguns comentários fatalistas como “*Foda _se a sociedade brasileira de medicina se eu tivesse sintomas eu usaria,*” e a resposta a um comentário que critica o uso do medicamento dizendo “*Fala isso porque não está [infectado]. Porque se tivesse saíria atrás de um médico. Na hora da falta de ar, você tomaria o que o médico passasse*”.

Também foi muito comum encontrar comentários que usam de relatos pessoais ou de terceiros para atestar a eficácia do medicamento. Além do comentário já citado, que inicia dizendo “*Meus parentes estão sendo curados*”, outro dispõe: “*Tantas bobagem, eu conheço várias pessoas que usaram é estão curados o remédio existe à muitos anos, só agora que não serve? Por que será talvez é barato demais!*”. Além da experiência própria de contato com pessoas que usaram o remédio e teriam sido curadas por ele, em vários momentos é levantado o argumento presente na parte final deste último comentário citado: o fato de que a hidroxicloroquina já existe há muito tempo e faz parte do protocolo de tratamento de diversas doenças. Na posição desses sujeitos, as questões relativas aos efeitos colaterais do medicamento estariam sendo levantadas “só agora”, o que só poderia estar ocorrendo por motivos políticos, em especial a intenção de alguns atores políticos de prejudicar Bolsonaro. Esse tipo de

argumento que sustenta uma suposta conspiração contra o então presidente aparece também em grande parte nas publicações B.1 e B.2. Esse tema será retomado mais adiante.

Em relação aos comentários confirmatórios à publicação e alinhados com a página, praticamente todos dirigem uma crítica a Bolsonaro, considerando-o irresponsável e incompetente por recomendar a utilização de um medicamento com ineficácia comprovada. Em um dos comentários aparece o termo “genocida” para se referir ao então presidente, algo que viria a se popularizar nas críticas ao governo. Alguns exemplos desse tipo de comentários confirmatórios com ofensas a Bolsonaro:

A cloroquina não cura quem tem Covid, ela mata! É por isso que o Bozo Genocida, insiste tanto com ela! Todos sabem disso (Homem, entre 30 e 50 anos de idade, politizado, esquerda – 16 reações confirmatórias).
O medicamento é tao ineficas quanto ele .e para os jumentos que aprovam. Sao iguais (Homem, maior de 50 anos, politização não verificável – uma reação confirmatória).

Outros comentários confirmatórios pareciam trazer uma argumentação sobre o motivo pelo qual o então presidente estaria incentivando o uso de um medicamento sabidamente ineficaz contra a doença. Em alguns deles aparece a ideia de que Bolsonaro estaria obtendo benefícios pessoais com essa situação e também a indicação de um suposto esquema de corrupção envolvendo o presidente e as forças armadas na produção e distribuição da cloroquina:

Esse medicamento ineficaz para Covid, foi insistentemente indicado pelo presidente, por não haver UTI nos interiores do Brasil, para dar sensação de estar sendo tratado, ao povo que vai morrer em casa e sem atendimento. (Homem, maior de 50 anos, politizado, esquerda – 16 reações e cinco respostas).

Se este medicamento fosse milagroso os Estados Unidos. Não teria um morto, afinal de contas o seu presidente é sócio da marca e nós já sabemos o motivo pelo qual o presidente do Brasil quer empurrar guela abaixo nos brasileiros este medicamento e a OMS também concordou com os estudos científicos que este medicamento não é eficaz contra a Covid-19, mesmo o sócio da marca tirando ajuda a OMS por não ajudar ele a vender ao mundo este medicamento e chega de burrice e mimi basta. (Mulher, maior de 50 anos, politização não verificável – quatro reações confirmatórias e uma resposta confirmatória).

Garoto propaganda de Capitalistas...e ganha nas rachadinhas legalmente! Neste "Metier" ele está se esforçando! 🤔👊 (Mulher, idade não identificável, não politizada – cinco reações confirmatórias).

Na publicação A.2, além dos comentários alinhados e contrários ao teor político da página, foi encontrado também um comentário de natureza neutra, o único de todo o *corpus* analisado. Trata-se de um comentário relativamente confuso de uma pessoa que, embora tenha sido classificada como “politizada de esquerda” não apresenta uma posição fechada em relação à cloroquina, mas demonstra uma dúvida real a respeito de sua eficácia:

Agora a pergunta que ã quer calar pra covid ã serve. E quem faz tratamento a anos para outras doenças e agora já que tem tantos efeitos colaterais conheço uma moça que faz uso a mais de 15 anos pra lúpus (Mulher, maior de 50 anos, politizada, esquerda – duas reações confirmatórias e 10 respostas).

Nas respostas a este comentário, que serão analisadas mais adiante, são encontrados argumentos dialógicos sobre a diferença de eficácia dos medicamentos em relação a diferentes tipos de doença.

Embora não haja no *corpus* da pesquisa nenhum comentário com material anexo, na publicação A.2 encontramos o único comentário que remete a algum material externo, uma referência intertextual. Trata-se de um comentário de natureza contraditória à página, que faz referência a uma matéria da rede Fox News que teria anunciado a eficácia do medicamento contra a Covid-19:

Esse medicamento é eficaz a FOX anunciou isto hoje de manha so pesquisar a materia que voces acham (Homem, menor de 18 anos, politização não verificável – três reações e duas respostas contraditórias).

O comentário não chega sequer a incluir um link ou uma forma de busca e consulta à matéria que faz menção, o que impossibilitou que se classificasse a existência de um material anexo de fato. No entanto, em algumas respostas e em comentários de outras publicações foram encontradas referências a este mesmo material, o que indica que possivelmente ele circulou amplamente nos grupos e páginas de apoio ao governo Bolsonaro. Este comentário também se destaca por ser o único em todo o *corpus* analisado escrito por uma pessoa menor de 18 anos.

Em relação ao tom dos comentários, assim como na A.1, nesta publicação o “agressivo” segue sendo predominante: metade dos 20 comentários foram classificados dessa forma, enquanto a outra metade se dividiu igualmente entre “neutro” e “dialógico”. Não foi encontrada, no entanto, uma relação entre o tom e a natureza dos comentários; a agressividade se divide de forma praticamente igual entre posições confirmatórias e contraditórias, assim como os de cunho neutro e dialógico. Dos 10 comentários agressivos, oito partiram de sujeitos classificados

como “politizados”, seja de esquerda ou de direita; os outros dois partiram de perfis fechados, ou seja, em todos os casos em que foi possível avaliar a politização na rede, as falas agressivas vieram de sujeitos que estão inseridos em um conjunto de grupos e páginas por meio dos quais tem acesso a conteúdo político regularmente. Em relação aos comentários dialógicos e neutros, apenas metade partiu de sujeitos “politizados”.

O clima de conflito também é bastante presente nas interações aos comentários, que foram um pouco mais intensas do que na publicação A.1. Foi encontrado um grande número de respostas totalmente alheias ao contexto da publicação original, nos quais foi frequente a troca de ofensas pessoais entre os indivíduos. Em pelo menos cinco dos comentários classificados como agressivos as respostas foram também agressivas. Com um maior número de respostas aos comentários do que na primeira publicação analisada, outro padrão pôde ser percebido: as respostas, quase sempre, estão em discordância com o comentário, o que parece indicar uma maior tendência dos usuários da rede social em responder comentários sobre os quais se discorda do que responder a comentários que se concorda. As respostas também foram mais intensas aos comentários contraditórios à publicação, ou seja, comentários favoráveis ao uso da hidroxicloroquina. Em apenas quatro dos 20 comentários não foram vistas interações confirmatórias como as reações “curtir” e “amei”, justamente em quatro comentários contraditórios; todos eles, no entanto, geraram um alto número de respostas. Em relação ao conteúdo argumentativo das respostas, encontrou-se o seguinte. A crítica do campo da direita que questionava a cloroquina ser contraindicada mesmo sendo amplamente utilizada para outras doenças foi respondida com argumentos de que a eficácia de um medicamento varia de acordo com a doença que se trata e as recomendações médicas para tal, como nas respostas abaixo:

não seja ignorante! o que serve pra um não serve pra outro! quem é que garante que outras pessoas, com outras doenças não morreram ou pioraram por causa desse remédio, aí vão dizer" se foi por que chegou a hora" uma pinóia, se fôsse bom não precisava de tanta propaganda. (Autor de resposta à comentário: perfil não analisado na pesquisa).

pode ser eficaz p outras doenças, mas n p covid. (Autor de resposta à comentário: perfil não analisado na pesquisa).

Em algumas respostas surgiram discussões sobre outros temas, como a eficácia e a recomendação da cloroquina por órgãos internacionais; a competência do Governo Federal e dos Estados nas políticas de combate à pandemia; comparação entre casos de corrupção dos governos do PT e do governo Bolsonaro, entre outros. Em poucos casos o comentarior

participou de uma discussão com as pessoas que lhe escreveram respostas. Em duas situações, houve uma discussão com desfecho intransigente, tendo o comentador original continuado a defender o seu ponto de vista após ser confrontado nas respostas; em outras duas situações houve um desfecho conciliatório, como no comentário de natureza neutra, que se encerrou com um acordo entre os participantes do debate em relação à necessidade de uma recomendação médica para o uso de qualquer medicamento. Nos demais 16 comentários não houve nenhum tipo de desfecho que pudesse ser avaliado, seja por falta de respostas, seja por falta de enfrentamento de ideias após uma resposta contraditória – a regra parece continuar sendo a falta de debate e a ausência de uma Conversação (GEE, 2014).

5.2.3 Publicação B.1 - “Bolsonaro diz que cloroquina será usada em casos leves”

Iniciando a segunda metade da análise de dados, chega-se às publicações da página Pleno.News¹², de conteúdo político que apoiava o então governo Bolsonaro. Diferentemente da página Burguesia Fede, a Pleno.News se autointitula um “site de notícias e mídia” e, de fato, a forma e o conteúdo das publicações assemelham-se mais aos veículos da mídia tradicional. Nas duas publicações em análise, as matérias linkadas são de um site de mesmo nome, Pleno.News, provavelmente administrado pelo mesmo grupo. As legendas das publicações se limitam a uma transcrição das manchetes das notícias e a página do Facebook parece ser meramente um canal de publicização do site em si.

Na publicação B.1¹³, exposta na Figura 3, publicada no dia 14 de maio de 2020, a legenda e a manchete da notícia anexada à publicação dizem “Bolsonaro diz que cloroquina será usada em casos leves”. Na imagem do link do site, é possível ver uma foto de Bolsonaro segurando sorridentemente a caixa de dois medicamentos diante de vários microfones de veículos de mídia, provavelmente durante uma entrevista coletiva de imprensa. A “notícia” em si se resume a trechos de falas de Bolsonaro nos quais ele demonstra a intenção de modificar o protocolo de atendimento à Covid elaborado durante o período de atividade do ex-ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta, no qual só se permitia o uso da cloroquina para casos graves da doença, para um novo protocolo cancelado pelo então ministro Nelson Teich no qual o medicamento poderia ser utilizado a partir de sintomas leves, segundo o presidente, seguindo

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/plenonewsoficial/>. Acesso em: 14 jul. 2022

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/plenonewsoficial/posts/pfbid02p3JuNUoebzaQHwL1B2XyK3H6MY42SsRSZwPrjL1AgeU8NSzCqzc8V31ogqwt6mS3l>. Acesso em: 14 jul. 2022

orientações do Conselho Federal de Medicina. Não se trata de uma mudança que já houvesse sido realizada, como poderia parecer pela manchete em “*cloroquina será usada*”, mas meramente de uma intenção do presidente em alterar o protocolo. Com relação ao formato do site e à forma de escrita e narração dos fatos como uma notícia, é importante dizer que o site Pleno.News possui uma estrutura de jornal e um site com design mais refinado do que o utilizado nas publicações da página Burguesia Fede. Possui uma escrita mais formal e autoria das matérias publicadas, apresentando-se assim como uma forma de jornalismo mais profissional, embora a matéria em si seja meramente declaratória, baseada em uma live realizada pelo então presidente Bolsonaro em seu Facebook, se resumindo a transcrever trechos de sua fala. Este é, portanto, o conteúdo a partir do qual se desenvolvem os comentários à publicação B.1, apresentados em um modelo mais formal com pretensão de maior credibilidade ao veículo de comunicação.

Em relação aos comentários, chama atenção a baixa presença de contradição ao alinhamento da página, sendo esta a única publicação analisada que não possui entre os comentaristas nenhum sujeito classificado como “politizado de esquerda”. O Quadro 5.4 apresenta a classificação dos comentários de acordo com as categorias de análise deste estudo.

Quadro 6 - Classificação dos comentários - Publicação B.1

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CLASSIFICAÇÕES
Natureza da Postagem	Confirmatória: 16
	Contraditória: 1
	Alheia ao contexto; alinhada à página: 3
	Alheia ao contexto; não alinhada à página: 0
Material Anexo	Com material anexo: 0
	Sem material anexo: 20
Tom	Neutro: 11
	Dialógico: 4

	Agressivo: 5
--	--------------

Fonte: Elaborado pela autora.

O público e o alcance da publicação da página Pleno.News parecem atingir quase exclusivamente um nicho de apoiadores de Bolsonaro no Facebook. Em um ambiente de tanta concordância entre os usuários, e tratando-se de uma publicação com uma notícia que agradou os partidários do presidente, é natural que o tom agressivo seja bem mais reduzido em relação às publicações da página Burguesia Fede. Apesar disso, o único comentário contraditório à publicação não aparece em tom agressivo, mas dialógico, tentando instaurar uma dúvida sobre a capacidade de Bolsonaro para prescrever remédios. Dos cinco comentários agressivos, em três a agressividade é direcionada a alguma entidade ou ator político visto como opositor de Bolsonaro; entre os citados estão o ex-governador de São Paulo João Dória, o ex-ministro Mandetta e o STF. Dos 11 comentários classificados como de tom neutro, a maioria continha um teor comemorativo, com elogios e parabenizações ao presidente pela ampliação da possibilidade do uso da hidroxiclороquina no protocolo de atendimento da Covid-19.

Analisando o conteúdo argumentativo dos comentários em si, além dos discursos meramente elogiosos, um dos principais pontos levantados é de que a hidroxiclороquina deveria ter feito parte do protocolo de combate à Covid-19 desde o início da pandemia no Brasil e que isso teria evitado muitas mortes. Apontam opositores de Bolsonaro como responsáveis por tais mortes evitáveis, citados como verdadeiros vilões nacionais e perseguidores políticos do então presidente. Alguns exemplos nos comentários transcritos abaixo:

Já era pra esta sendo usada a muito tempo, os hospitais privados usaram, os militares usaram, os médicos usaram neles mesmos, só os hospitais públicos que boicotaram a mando dos governadores, um dia saberemos que muitas vidas poderiam ter sido salvas, espero que este dia chegue logo (Mulher, maior de 50 anos, politizada, direita – 20 reações confirmatórias, seis respostas confirmatórias).

Que bom tomara que a Globo posta isso no painel da derrota que vai ser exibido toda noite na ora do jornal nacional . (Mulher, maior de 50 anos, politizada, direita – Nenhuma interação).

O mandeta, aquele energúmeno, não queria usar no começo quando ainda estava leve. Deu no que deu. Bolsonaro queria usar desde o começo mas a campanha contra a cloroquina feita pela mídia podre fez com que o remédio fosse deixado de lado (Mulher, entre 30 e 50 anos,

politizada, direita – três reações confirmatórias, uma resposta contraditória).

Tá certo o presidente se tomar logo no começo esse vírus maldito morre com a cloroquina se tivesse fazendo isso logo no começo não teria tantas mortes e os hospitais não estariam sobre carregados não pode esperar mais tem que ser com urgência pra diminuir a contaminação rápida tá ficando pior ir para o hospitais se deu os primeiros sintomas receita a cloroquina estão esperando o que que utrapace 100 mil mortes acorda Brasil que ainda dá tempo de salvar muitas vidas antes que seja tarde de mais (Homem, maior de 50 anos, politização não verificável – Nenhuma interação).

Um comentário alheio ao contexto da publicação defende uma intervenção militar com fechamento do STF, dizendo que Bolsonaro estaria sendo muito “leve” no tratamento com as esferas do Poder Legislativo e Judiciário. Além dos opositores já citados anteriormente, aparece também nos comentários a figura dos governadores dos estados, vistos como agentes políticos que atrapalharam a atuação do Governo Federal sob chancela de uma autoridade que teria sido concedida pelo STF. A Rede Globo também é referenciada em alguns comentários e respostas como figura de oposição a Bolsonaro. Os comentários que mencionam a “mídia” parecem indicar que os jornais tratam a pandemia de forma sensacionalista e falseiam dados para prejudicar a imagem do governo.

Outros tipos de argumentos já vistos nos comentários da publicação A.2 reaparecem aqui, como a utilização de experiências pessoais ou de pessoas próximas para defender o uso do medicamento e a ideia de liberdade individual, ressaltando o fato de que ninguém será obrigado a se tratar com cloroquina:

Funciona meu SOBRINHO se curou com cloroquina (Mulher, maior de 50 anos, politizada, direita – Nenhuma reação).

Vai tomar quem quer,ninguém vai ser obrigado a tomar (Homem, maior de 50 anos, politizado, direita – 5 reações confirmatórias e 1 contraditória).

Dois comentários criticam o *lockdown* e defendem a reabertura do comércio; um deles reafirma a eficácia da hidroxicloroquina e argumenta que o desemprego causado pelo isolamento social estaria matando mais do que a própria doença. O debate acerca da eficácia da cloroquina em si não é abordado na notícia (que se limita a dizer que o medicamento passaria a fazer parte do protocolo de tratamento da Covid-19) e tampouco aparece nos comentários, que tomam como fato dado que o medicamento é eficaz e deve ser utilizado. Apenas um dos

20 comentários traz uma argumentação mais consistente para atestar a eficácia do medicamento, citando alguns órgãos, indivíduos e países que estariam usando a cloroquina com resultados positivos. O discurso também aborda a suposta “politização” do remédio, algo que também fez parte de diversos comentários jornalísticos à época:

Pó não precisa ir muito longe não...A Prevent Senhor já vem usando...A mãe de um dos donos foi tratada e curada comeste remédio de lá para cá eles adotaram o protocolo...O tal de David Uip se curou usando o remédio é tentou esconder por motivo de politicagem...O Diretor do Einstein foi curado da mesma forma...no Piauí já estão usando com ótimos resultados...Na Itália, Espanha, França e outros países da EU estão usando...Aqui politizaram o remédio por ser defendido desde o início pelo presidente...Para estes pilantras não importa salvar vidas mas sim a manutenção do poder...Ser cauteloso no início é sábio, mas agora temos resultados positivo em vários lugares no Brasil e no mundo...Eles sabem se usarem a medicação acaba a crise no Brasil e acaba a farra do dinheiro público, e fora a humilhação política daqueles que fizeram da situação um palanque.... (Homem, maior de 50 anos, politização não verificável – seis reações confirmatórias).

Passando para a análise das interações, o grande destaque foi o único comentário contraditório à página, que gerou o maior número de respostas (20). O comentário dizia simplesmente “*Ele é médico pra prescrever remédios?*”. Todas as respostas foram no sentido de contrariar o comentador, defendendo o uso da hidroxicloroquina. A maioria delas argumentando que Bolsonaro não estava prescrevendo o medicamento, mas apenas liberando o seu uso. Uma resposta que ilustra bem o teor do debate é a seguinte: “*Milhares de pessoas q também não são médicos defende o uso. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Se caso vc se contamine vc tem o direito de não querer tomar e morrer em paz. Só vamos deixar de ser sem noção, né*”. Aqui vemos duas formas de argumento já vistos anteriormente na defesa da cloroquina – a ideia da liberdade de cada indivíduo na escolha de seu tratamento, e o fatalismo/sensacionalismo na ideia de que o remédio é a única saída perante uma morte certa causada pela doença.

Apesar das muitas respostas ao comentário contraditório, o comentador permaneceu defendendo sua opinião, gerando o que classificamos como desfecho intransigente no debate. Em outros 18 comentários com respostas, não houve nada que contrariasse o comentador, apenas respostas alinhadas ao comentário e ao teor da publicação, assim como as reações de um clique aos comentários, quase em sua totalidade confirmatórias. Não tendo havido outros debates com divergências de ideias, não há também desfechos diferentes a ser analisados. De todas as publicações analisadas no *corpus*, a B.1 foi a que contou com um maior grau de

homogeneidade e menor diversidade na natureza dos comentários assim como no alinhamento político das interações: apenas um comentário contraditório à publicação e nenhuma resposta contraditória aos comentários alinhados ao viés da página Pleno.News.

5.2.4 Publicação B.2 - “Uso da cloroquina é clamor popular”

Novamente, na publicação B.2¹⁴, a página Pleno.News compartilha uma matéria de seu próprio site utilizando a manchete desta como legenda da publicação, com o título “*Uso da cloroquina é ‘clamor popular’, diz secretária*”. Na imagem anexada ao link, vê-se uma foto de uma secretária do Ministério da Saúde falando a um microfone com uma bandeira do Brasil desfocada ao fundo. Na matéria¹⁵, usa-se uma fala da secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, a qual afirma que a ampliação no protocolo de uso de hidroxicloroquina também para casos leves de Covid foi uma exigência do presidente Jair Bolsonaro que surgiu a partir de um clamor popular pelo uso do medicamento. Segundo a secretária, tal clamor teria chegado ao ministério através de sociedades médicas, representações populares e parlamentares. Em sua fala, a secretária também expressa uma preocupação de alcançar todas as camadas sociais com a possibilidade de tratamento com cloroquina através de sua inclusão no Sistema Único de Saúde, em contraste com a situação que se dava até então, na qual só as classes mais favorecidas teriam acesso a tal tipo de tratamento. Trata-se, portanto, de um momento posterior à mudança de protocolo que fora anunciada na notícia da publicação B.1, de 14 de maio de 2020. A publicação B.2 é datada de 20 de maio de 2020, assim como a matéria do site Pleno.News.

É importante salientar que a matéria traz um trecho da fala da secretária na qual ela diz claramente que não há comprovação científica de benefícios do uso do medicamento contra a Covid: “*Embora cite estudos iniciais, Pinheiro reconheceu, porém, que não há evidências científicas de benefícios do uso do medicamento*”¹⁶.” Ao mesmo tempo, ela também minimizou os possíveis efeitos colaterais, dizendo que se assemelha a qualquer outro medicamento e defendeu o uso: “*Estamos falando de uma pandemia e situação de emergência em que nossa*

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/plenonewsoficial/posts/3099337600115232>. Acesso em: 14 jul. 2022

¹⁵ Disponível em: https://pleno.news/brasil/politica-nacional/uso-da-cloroquina-e-clamor-popular-diz-secretaria-do-governo.html?utm_source=Social&utm_medium=facebook&fbclid=IwAR1Q3cGA4Hlf73IsgeosF_xikruwCESkYthrPrSItaFAdNLoXFUC8tENsI. Acesso em: 14 jul. 2022

¹⁶ Ibid., pp. xx.

responsabilidade enquanto ministério é usar todos os meios – afirmou¹⁷.”. De acordo com a matéria, a secretária ainda explica a rapidez na mudança do protocolo e em alterações nas recomendações do ministério com base no senso de urgência diante das mortes causadas pela Covid-19, reforçando num todo a ideia da hidroxicloroquina como a única alternativa de tratamento existente.

Ao contrário da notícia trazida na publicação B.1, esta matéria não possui indicação de autoria. Embora pretenda se apresentar de semelhante forma, como um tipo de jornalismo mais profissional, cita falas avulsas de uma secretária do Ministério da Saúde para trazer um argumento de autoridade desvinculado da figura de Bolsonaro, sem, no entanto, dizer de onde tais falas foram retiradas. Não é informado se foi de uma entrevista coletiva, uma comunicação informal, uma entrevista exclusiva etc. Não há nenhum tipo de fonte para os trechos de fala atribuídos à secretária, podendo ter inclusive sido retirados de alguma rede social. A ideia trazida no título da matéria certamente comunica ao público da página Pleno.News que apoia Jair Bolsonaro que eles próprios fazem parte dessa “conquista”, pois gera facilmente ao leitor bolsonarista um senso de identificação com o dito “clamor popular” pela cloroquina. Assim, identifica-se que, ainda que indiretamente, um dos objetivos da publicação é mostrar ao indivíduo alinhado àquela página que a sua postura militante na internet é capaz de dar resultados políticos concretos (gerando neste caso uma ampliação da permissão do uso da hidroxicloroquina), o que se configura também em uma forma de incentivo para a continuidade dessa prática ativista. Diante desse cenário, passamos à análise dos comentários à publicação, esquematizados no Quadro 5.5.

Quadro 7- Classificação dos comentários - Publicação B.2

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CLASSIFICAÇÕES
Natureza da Postagem	Confirmatória: 14
	Contraditória: 4
	Alheia ao contexto; alinhada à página: 2
	Alheia ao contexto; não alinhada à página: 0

¹⁷ Ibid., pp. xx.

Material Anexo	Com material anexo: 0
	Sem material anexo: 20
Tom	Neutro: 3
	Dialógico: 11
	Agressivo: 6

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma presença um pouco maior de comentários contraditórios em relação ao panorama da publicação B.1, demonstra que o ambiente virtual da página Pleno.News pode não ser exclusivamente restrito a apoiadores de Bolsonaro. Mesmo com um maior número de comentários críticos ao governo e ao uso da cloroquina, não se teve uma reação muito enérgica dos sujeitos alinhados à página nas respostas e interações com os opositores. Dois dos quatro comentários contraditórios são escritos em tom agressivo, o que nos comentários confirmatórios é uma pequena minoria. A publicação B.2 destaca-se por ser a única dentre as analisadas com maioria de comentários com tom classificados como de tom “dialógico”, em sua maioria apresentando explicações e motivos pelos quais a hidroxicloroquina não vinha sendo amplamente usada no país até então.

Cinco comentários confirmatórios defenderam o novo protocolo de tratamento contra a Covid-19 utilizando o argumento, já visto anteriormente nesta análise, de que a hidroxicloroquina é um medicamento conhecido e utilizado há muito tempo para diversas doenças e que seu acesso estaria sendo dificultado no contexto da pandemia no Brasil. Alguns exemplos:

esse remédio vendiam até se receita os médicos particular tá receitando porquê ficaram dificultando pro sus (Mulher, idade não verificável, politizada, direita – três reações confirmatórias).

Nós hospitais particulares , já é [utilizado],no sistema público,por politicagem de governadores corruptos,que fazem de cadáveres palanque para determinar a morte por contaminação em massa nós trens e ônibus das grandes capitais... (Homem, maior de 50 anos, politizado, direita – Nenhuma interação).

Se este remédio está sendo usado há séculos, inclusive para outras gripes passadas, como falta estudo sobre ele? Pense... (Mulher, idade e politização não verificáveis – sete reações confirmatórias).

Mesmo sendo possível fazer críticas e indagações a essa forma de argumentação (como através da ideia já apresentada no debate de que doenças diferentes requerem remédios diferentes), os comentários acima são os que possuem uma maior aproximação entre opiniões e a realidade dos fatos. Os comentários a seguir são lastreados em discursos conspiratórios provavelmente inventados em círculos de apoio a Bolsonaro e que foram sistematicamente espalhados durante este período da pandemia no Brasil. Dois comentários também alinhados à página mencionam a China, falando de um plano conspiratório através do qual o país asiático estaria atuando ativamente para uma piora no quadro da pandemia no Brasil e se beneficiando com isso através da compra de empresas que estavam falindo durante o período de *lockdown*. Assim, cria-se um motivo obscuro para a dificuldade do uso e acesso à cloroquina, que na visão dos comentadores poderia reverter a situação epidemiológica no país. O comentário transcrito a seguir exemplifica essa ideia:

A CHINA VAI MANDAR 800 EMPRESÁRIOS, PRA COMPRAR TUDO, VÁRIAS EMPRESAS, ESTÃO QUEBRANDO! ELES NÃO QUEREM, A POPULAÇÃO NAS RUAS, O PLANO É SINISTRO! O PROTOCOLO DO REMÉDIO, DAR CERTO, E EKES ESTÃO FAZENDO DE TUDO, PRA POPULAÇÃO, FICAR SEM MEDICAMENTOS! (Homem, maior de 50 anos, politizado, direita – cinco reações confirmatórias e uma contraditória, duas respostas confirmatórias).

Cinco comentários defendem o uso do medicamento citando opositores de Bolsonaro, que estariam dificultando o acesso da cloroquina exclusivamente para prejudicar o presidente. Entre eles, os principais “inimigos” são os já mencionados em outras publicações: STF, Rede Globo, o ex-ministro Mandetta e governadores de estados. Um deles, sugere uma ligação dos inimigos internos (governadores) com o inimigo externo (China):

E só abrir os olhos tem governadores e políticos forte torcendo pra China entrar no Brasil. Só pra derrubar o presidente Bolsonaro. Esse mundo que estão vivendo tá muito difícil mas pra Deus não. Vai sim abençoar esses remédios que o povo vai ser curado em nome do pai o filho e o espírito santo tenha fé (Homem, maior de 50 anos, politizado, direita – duas reações confirmatórias, três respostas confirmatórias).

Dessa forma, toda a oposição ao uso da cloroquina é vista como uma oposição à figura de Bolsonaro e os argumentos contra o uso da medicação são vistos meramente como formas de enganar a população com o objetivo final de prejudicar o presidente e seu governo. A narrativa construída nos comentários confirmatórios sugere que: desde membros do Ministério da Saúde (como o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta e seu suposto boicote interno à cloroquina); veículos de mídia (como a Rede Globo e seu jornalismo supostamente sensacionalista em torno da pandemia); governadores de estados (representados na figura do ex-governador João Dória e nas políticas estaduais de isolamento social); o Poder Judiciário (representado pelo STF e suas decisões que retiraram o poder de controle da pandemia das mãos de Bolsonaro); até o governo Chinês e seus supostos interesses econômicos no Brasil, estariam atuando conjuntamente em uma complexa forma de conluio contra Jair Bolsonaro, cujo interesse seria unicamente oferecer acesso à medicação à toda a população. No total, são sete dos 16 comentários confirmatórios ou alinhados à página os que sugerem algum tipo de plano político contra o presidente ou que ao menos mencionam algum de seus opositores, sendo seis dentre eles escritos por comentaristas classificados como “politizados de direita”.

Dos quatro comentários contraditórios, dois chamam atenção para a necessidade de avaliação ou recomendação médica no uso da cloroquina, que pode ter contraindicações para algumas pessoas. Um desses comentários ressalta que “*Cabe ao médico saber o medicamento que o paciente deve tomar e não paciente optar este ou aquele medicamento*”, argumento que contraria a defesa de liberdade na escolha do tratamento defendida pelos bolsonaristas. Os outros dois comentários contraditórios são meramente ofensivos (um deles incluindo a utilização do termo “gado” para se referir aos apoiadores do presidente que desejam usar cloroquina), sem apresentação de argumentos contra o uso do medicamento.

Passando à análise das interações aos comentários da publicação B.2, mantém-se o padrão do pouco ou praticamente inexistente debate de ideias. Dos quatro comentários contraditórios, em apenas dois houve respostas. No primeiro caso, as respostas se resumiram a ofensas pessoais e à ridicularização do alinhamento político entre apoiadores e opositores de Bolsonaro; não houve contrariedade de argumentos e opiniões, não tendo havido, portanto, nenhuma forma de desfecho avaliável. No segundo caso, o comentário contraditório que ressaltava os efeitos colaterais do remédio e a necessidade de recomendação médica foi rebatido com uma lista de hospitais e entidades médicas que estariam usando a cloroquina contendo vários casos de sucesso. O debate também não se estendeu e o comentarista original não se manifestou após ser contestado. No caso dos comentários alinhados à página, não houve

respostas que contrariassem ou colocassem à prova seus argumentos. Todos eles continham reações de confirmação (opção “curtir”) e alguns também respostas exclusivamente confirmatórias. Manteve-se o padrão percebido nas interações da primeira publicação da página Pleno.News: os comentários alinhados à página não foram diretamente confrontados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados obtidos na pesquisa, faz-se necessário retornar à pergunta inicial deste trabalho: como são construídos os discursos a favor e contra o uso da hidroxicloroquina no tratamento contra Covid-19 em dois grupos de posicionamentos divergentes? Diante do que foi apresentado nos ambientes virtuais analisados, podemos afirmar que a defesa de opiniões e visões de mundo relativas ao tema em questão é bastante frágil, tanto do ponto de vista lógico quanto argumentativo. Enquanto no subuniverso da esquerda o principal argumento mobilizado era a falta de eficácia comprovada do medicamento, no subuniverso da direita enfatizava-se a possibilidade da hidroxicloroquina ser a única medicação com algum efeito sobre o vírus na falta de uma vacina e a liberdade de cada usuário decidir sobre seu próprio tratamento. Em relação ao uso do remédio em si, essas duas posições são as únicas encontradas em todo o corpus analisado e estão presentes em apenas uma pequena minoria dos comentários. A maior parte contém apenas ofensas ou elogios ao então presidente Jair Bolsonaro por suas declarações e decisões em torno da cloroquina. A posição a favor ou contra o uso da medicação parece simplesmente coincidir com uma posição individual a favor ou contra a figura de Bolsonaro e seu governo. Tal fator ganha maior coesão explicativa quando observamos que a maioria dos comentadores (65% dos usuários analisados) são caracterizados como “politizados”, ou seja, já imersos (ao menos no Facebook) em uma rede de páginas e grupos que compartilham conteúdo político polarizado nos quais a figura do então presidente era demonizada ou adorada. O simples fato de o uso do medicamento ser incentivado pelo então presidente parece gerar uma legitimação – no sentido trazido por Berger e Luckmann (2004) – automática entre o subuniverso de politizados de direita, enquanto gera uma reação diametralmente oposta entre os politizados de esquerda.

Em muitos casos os comentários extrapolaram o tema trazido na matéria linkada em cada publicação e trouxeram informações de veracidade não verificada, mas que parecem ter tido grande circulação dentro dos subuniversos de politizados online. No caso dos politizados de esquerda, aparecem nas publicações A.1 e A.2 pelo menos nove comentários que suscitam possíveis motivos pelos quais o então presidente Bolsonaro estaria incentivando o uso da cloroquina, mencionando esquemas de corrupção, ligações com a produção de medicamentos através das forças armadas e parcerias com outros fabricantes para benefícios individuais. É importante mencionar que os dados coletados são dos meses de maio e junho de 2020, portanto anteriores à CPI da Covid e outras investigações que viriam a pesquisar mais a fundo possíveis

ligações criminosas do então presidente com o incentivo à produção e distribuição da cloroquina. Ao tempo dos comentários, tais informações eram, no máximo, suspeitas não comprovadas contra o então presidente, mas sua exposição nas redes indica que já havia uma alta circulação entre o subuniverso dos consumidores de conteúdo político de esquerda no Facebook. No caso dos politizados de direita, destacam-se 13 comentários e diversas respostas a comentários sobre a suposta perseguição sofrida pelo então presidente por parte de governadores, mídia e agentes econômicos variados. Nas publicações B.1 e B.2 a baixa ligação dos comentários com o conteúdo das matérias é muito marcante e causa a impressão de que o *link* anexado pela página não foi acessado pela maior parte dos comentaristas. Os comentários parecem fazer referência somente à manchete da matéria, ou simplesmente tratam do assunto da cloroquina em termos gerais. A matéria trazida pela publicação B.2, por exemplo, traz literalmente a informação da inexistência de comprovação científica de eficácia da hidroxicloroquina para tratamento da Covid-19, enquanto alguns dos comentários ressaltam o fato de o medicamento não estar sendo utilizado por conta de “politicagens” e conluios contra Bolsonaro partindo de adversários políticos poderosos.

Na ausência quase total de argumentação coesa sobre o uso do medicamento, há também a ausência de debate de ideias. As interações entre usuários são quase exclusivamente através das ferramentas de “interação de um clique”. Dos 80 comentários analisados, houve respostas em apenas 25. Se comentários com respostas são uma pequena parte do corpus analisado, comentários com respostas contraditórias, que suscitem algum debate, são uma parte ainda menor.

Posições conflitantes quase nunca entram em contato. Excluindo a publicação A.2, na qual houve maior intervenção de usuários contrários ao posicionamento da página, os contraditórios somam apenas 10% do total de comentários analisados na pesquisa. Percebe-se, portanto, a exemplificação do conceito de “câmaras de eco” (BALCELLS, PADRÓSOLANET, 2016), por tratar-se de usuários com posições ideológicas semelhantes fechados em um grupo com praticamente nenhuma opinião divergente. A formação das páginas analisadas na pesquisa pode ser vista como resultado do processo de criação de bolhas nas redes sociais. No caso das páginas de conteúdo político, os filtros de recomendação dos algoritmos direcionam as publicações de forma diferenciada a cada grupo de indivíduos de acordo com a ideologia expressada através de suas interações fazendo com que o indivíduo fique preso a uma “bolha” formada por filtros (PARISER, 2012).

Quando há opinião divergente, observa-se o comportamento o mencionado por Karlsen et al. (2017) ao afirmarem que mesmo quando o sujeito tem contato com o contraditório, o acesso à informação já ocorre no intuito de contestar o que está sendo dito. Argumentos, considerações sobre políticas de saúde pública, recomendações científicas, o próprio contato com opiniões divergentes – nada disso parece surtir efeito algum sobre a opinião prévia de cada indivíduo sobre o assunto, ainda mais diante de uma matéria que carrega em si uma enorme carga da polarização política vivenciada no Brasil nos últimos anos.

Apenas em um dos 80 comentários analisados houve uma troca de ideias entre usuários de posicionamento divergente que chegou a um desfecho consensual e não agressivo. Isso aconteceu nas respostas ao único comentário classificado como neutro em todo o corpus da pesquisa, transcrito no tópico 5.2.2. Trata-se de um comentário no qual uma comentarista (mulher, maior de 50 anos, politizada de esquerda) relata sua confusão sobre a publicação que trata da ineficácia da cloroquina contra a Covid-19, uma vez que ela mesma conhece pessoas que usaram a medicação para o tratamento de outras doenças e não tiveram problemas ou efeitos colaterais. Nas respostas ao comentário surgem tanto usuários contrários ao uso da cloroquina contra a Covid-19, argumentando que a eficácia do medicamento para outros tratamentos não significa que ele possa ser eficaz contra o coronavírus; quanto usuários favoráveis ao uso da cloroquina contra a Covid-19, argumentando que o medicamento é seguro por já ser utilizado no tratamento de outras doenças. Por fim, embora não tenha havido consenso a respeito do uso contra a Covid-19, a autora do comentário e vários dos usuários que responderam a ele concordaram na eficácia da cloroquina para outros tratamentos, ressaltando também que ela não deve ser usada sem recomendação médica.

Em outra parte dos comentários com respostas, o desfecho encontrado foi intransigente. Após receber uma resposta que contradizia a sua visão, o comentador mantinha sua posição e, em grande parte dos casos, trocava ofensas pessoais com o discordante. A agressividade nos comentários e respostas foi um traço marcante do conteúdo analisado na pesquisa e, como mencionado no capítulo anterior, esse tom agressivo partia principalmente dos usuários classificados como politizados. Diante dessa informação, colocam-se algumas questões que fogem ao escopo deste trabalho, mas podem ser alvo de estudos futuros: (i) avaliar se aqueles indivíduos já imersos em subuniversos de significação de conteúdo de direita ou de esquerda podem ter uma propensão a enxergar o debate político com uma postura de maior enfrentamento ou belicosidade; (ii) ou então que se consideram tão informados (a partir de seus subuniversos) que o contato com posicionamentos opostos lhes parece absurdo, causando uma reação mais

enérgica, expressa na agressividade dos comentários na forma de insultos, ofensas, xingamentos e afins.

Os desfechos intransigentes e o consensual são, no entanto, uma pequena exceção à regra do que foi encontrado na análise dos comentários: a ausência de desfecho pela ausência de debate. Na grande maioria dos comentários nos quais há alguma resposta, não há interações a essa resposta pelo comentador inicial. Como mencionado anteriormente, não há nesses casos um discurso que Gee (2014) classificaria como Conversação, pela falta de debate de ideias com lados opostos em choque. Apesar da falta do discurso escrito em debate, há um grande uso das ferramentas de reação do Facebook, que parecem assumir uma centralidade nas interações e devem ser analisadas mais detidamente em estudos futuros. Trata-se de um importante recurso linguístico e comunicativo nas redes sociais, especialmente pela forma como os algoritmos lidam com esse tipo de interação. No Facebook, por exemplo, ao abrir a sessão de comentários de uma publicação, o site apresenta primeiro aqueles classificados como “mais relevantes”, justamente os comentários que obtiveram um número maior de interações. Assim, os comentários mais curtidos em uma publicação podem ser vistos, por exemplo, como discursos eleitos pela maioria dos usuários por serem os mais representativos de suas opiniões, ou os representativos das opiniões da maioria daquele público. Dessa forma, a ferramenta comunicativa da reação de um clique pode também ser vista como um instrumento de linguagem que representa os significados, identidades e conexões dos usuários daquele subuniverso de usuários da rede social, utilizando os conceitos das tarefas de construção da língua de Gee (2014) para uma análise do discurso no ambiente virtual.

Ainda sobre interações e a formação dos algoritmos, outro ponto chama a atenção. Mesmo com o baixo número de respostas a comentários no corpus analisado, uma tendência pôde ser detectada e parece ser bastante explicativa: a maioria das respostas são em postura de contradição ao comentário original. Em outras palavras, parece haver uma maior propensão em responder a um comentário quando há discordância do que quando há concordância em relação a ele. Um exemplo que representa bem essa observação está na publicação B.1, na qual há apenas um comentário de natureza contraditória à publicação. Enquanto nos comentários confirmatórios a quantidade de respostas varia de zero a seis, no comentário contraditório foram registradas vinte respostas. Tal fator, no entanto, aponta uma certa contradição na própria engenharia da rede social: se por um lado os algoritmos favorecem a criação de bolhas e o viés de confirmação (PARISER, 2012), a formação das câmaras de eco (BALCELLS, PADRÓSOLANET, 2016) e a exacerbação da polarização pela diminuição da probabilidade de acesso

a conteúdos diversos (ROSYADI *et al.*, 2019), há também algoritmos que privilegiam e favorecem publicações com um número maior de interações, que por sua vez podem ocorrer em maior número quando há algum nível de discordância entre usuários. Nesse sentido, é possível que as redes sociais “furem as bolhas” propositalmente em determinados casos para provocar um maior fluxo de interação entre usuários (SÁMCHÉZ-VALLEJO, 2021). Se tal fator for realmente verificado em análises futuras, a publicação A.2 desta pesquisa pode ser um exemplo disso. Enquanto nas publicações A.1, B.1 e B.2 o número de comentários contraditórios à publicação foi, respectivamente, um, um e quatro, a publicação A.2 destaca-se pela presença de dez comentários não alinhados à página contra nove alinhados e um neutro. Assim, enquanto as outras publicações indicam que as páginas Burguesia Fede e Pleno.News se caracterizam claramente como câmaras de eco, a publicação A.2 apresenta um alto nível de contradição e a presença de comentários favoráveis à cloroquina e ao então presidente Bolsonaro mesmo em um ambiente de conteúdo tipicamente de esquerda. Não por acaso, essa publicação possui um alto número de interações na maioria dos comentários e uma quantidade de respostas superior às demais. Cabe a estudos posteriores investigar como as redes sociais, movidas pela interação entre seus usuários, irão lidar com o fato de que ambientes diversos e plurais podem gerar mais reações, comentários e respostas do que as bolhas por elas mesmas criadas.

O trabalho corrobora a posição de que as atividades e produtos das organizações são percebidos de forma distinta nos diferentes subuniversos de significação, reforçando a necessidade de considerar a fragmentação que, impulsionada pelos algoritmos e mecanismos utilizados pelas mídias sociais, pode causar a deslegitimação de uma instituição independente de seus critérios técnicos ou acontecimentos reais. A narrativa compartilhada nos subuniversos dos *stakeholders* será determinante para a sobrevivência da organização.

Deve-se reconhecer que o trabalho possui limitações. Por se tratar de uma pesquisa com método de análise qualitativo, os dados coletados não representam uma amostra significativa do contexto social analisado. O perfil dos autores dos comentários não pode ser analisado de forma completa e profunda, por termos acesso limitado ao perfil dos usuários, impossibilitando traçarmos padrões mais robustos para a análise.

REFERÊNCIAS

AAKER, David A.; KUMAR, Vineet; DAY, George S. **Marketing research**. John Wiley & Sons, 2008.

Bolsonaro disse cerca de sete informações falsas ou distorcidas por dia em 2021. **Aos Fatos**, 30 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

ASSIS, Carolina. Consórcio de veículos formado para divulgar dados da COVID-19 no Brasil se encerra com legado de colaboração e transparência. **Latam Journalism Review**. Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/consorcio-de-veiculos-formado-para-divulgar-dados-da-covid-19-no-brasil-se-encerra-com-legado-de-colaboracao-e-transparencia/>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

Autoridades defendem isolamento social para combater o coronavírus. **G1**, Brasília, 30 mar 2020d. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/30/autoridades-defendem-isolamento-social-para-combater-o-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 15 jul 2020.

BALCELLS, Joan; PADRÓ-SOLANET, Albert. Tweeting on Catalonia's independence: The dynamics of political discussion and group polarisation. **Medijske studije**, v. 7, n. 14, p. 124-140, 2016.

BARBOSA, Rafael; RIBEIRO, Wuedson. Escolas estão fechadas em todo o Brasil; saiba o que mais pandemia afetou. **Poder 360**, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/escolas-estao-fechadas-em-todo-o-brasil-saiba-o-que-mais-pandemia-afetou/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BECKER, Saul; BRYMAN, Alan; FERGUSON, Harry (Ed.). **Understanding Research for Social Policy and Social Work 2E: Themes, Methods and Approaches**. Policy Press, 2012.

BEN-DAVID, Anat; MATAMOROS FERNÁNDEZ, Ariadna. Hate Speech and Covert Discrimination on Social Media: Monitoring the Facebook Pages of Extreme-Right Political Parties in Spain. **International Journal of Communication**, [S.l.], v. 10, p. 27, feb. 2016. ISSN 1932-8036.

BERTONI, Estevão. Como Bolsonaro desautoriza seus ministros da Saúde. **Nexo Jornal**, 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/10/21/Como-Bolsonaro-desautoriza-seus-ministros-da-Sa%C3%BAde>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BERTONI, Estevão. Os erros e acertos de Mandetta na Saúde, em duas análises. **Nexo Jornal**, 15 abr. 2020a. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/15/Os-erros-e-acertos-de-Mandetta-na-Sa%C3%BAde-em-duas-an%C3%A1lises>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Bolsonaro diz que 'pequena crise' do coronavírus é 'mais fantasia' e não 'isso tudo' que mídia propaga. **G1**, Brasília, 10 mar. 2020a. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BOLSONARO, Jair. - O desemprego, a fome e [...]. 16 mai. 2020. **Twitter**: @jairbolsonaro. Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1261632430634602496?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1261632430634602496%7Ctwgr%5E&ref_url=https%3A%2F%2Fnoticias.uol.com.br%2Fpolitica%2Fultimas-noticias%2F2020%2F05%2F16%2Fbolsonaro-diz-no-twitter-que-isolamento-total-por-coronavirus-e-tirania.htm. Acesso em: 02 nov. 2020.

BOZDAG, Engin et al. Does offline political segregation affect the filter bubble? An empirical analysis of information diversity for Dutch and Turkish Twitter users. **Computers in human behavior**, v. 41, p. 405-415, 2014.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. 2020a. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus/>. Acesso em: 24 set. 2020a.

BRASIL. Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 fev. 2020b.

Bolsonaro afirma que vai alterar o protocolo de uso da cloroquina. **CNN Brasil**, São Paulo, 15, mai 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/05/15/bolsonaro-afirma-que-vai-alterar-o-protocolo-de-uso-da-cloroquina>. Acesso em: 10 out de 2020.

DILLON, Michele (Ed.). **Concise reader in sociological theory: Theorists, concepts, and current applications**. John Wiley & Sons, 2021.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, p. 147-160, 1983.

Entenda os 9 crimes que a CPI da Covid atribui a Jair Bolsonaro. **G1**, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/20/entenda-os-crimes-que-a-cpi-da-covid-atribui-a-jair-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 21 out. 2021.

Em meio à pandemia, Brasil tem a 2ª saída de um ministro da Saúde em menos de um mês. **G1**, 15, mai 2020e. Jornal Nacional. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/15/em-meio-a-pandemia-brasil-tem-a-2a-saida-de-um-ministro-da-saude-em-menos-de-um-mes.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social** (I. Magalhães, Trad.). Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

FERNANDES, Talita. Bolsonaro defende uso de hidroxiclороquina ainda em fase inicial da Covid-19. **Folha**, 08 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/bolsonaro-defende-uso-de-hidroxiclороquina-ainda-em-fase-inicial-da-covid-19.shtml>. Acesso em: 15 out. 2020.

FERREIRA, Alexandre Valério; RIOS, José Riverson Araújo Cysne. Filtro bolha, câmara de eco e a formação de opiniões extremas. **XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2017.

FERREIRA, Luciene Braz; TORRECILHA, Nara; MACHADO, Samara Haddad Simões. A técnica de observação em estudos de administração. **Encontro da ANPAD**, v. 36, p. 1-15, 2012.

FLORES, Paulo. Redes sociais e TV: qual o peso de cada meio nas eleições de 2018. **Nexo Jornal**, 18 mar 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/18/Redes-sociais-e-TV-qual-o-peso-de-cada-meio-nas-eleicoes-de-2018>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GONÇALVES, Sandro Aparecido. Organizational institutionalism in the academic field in Brazil: social dynamics and networks. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 6, p. 299-315, 2009.

GALHARDI, Cláudia Pereira et al. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4201-4210, 2020.

GEE, James Paul. **An introduction to discourse analysis: Theory and method**. Routledge, 2014.

GEE, James Paul; GREEN, J. Discourse analysis. **An introduction to discourse analysis: Theory and method**, p. 94-117, 2005.

GIVEN, Lisa M. (Ed.). **The Sage encyclopedia of qualitative research methods**. Sage publications, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOYA, Denise Hideko; FIACADORI, Giuliana; DOS SANTOS, Patrícia Dias. A POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA NO TWITTER: um estudo sobre as redes de retweets durante as eleições presidenciais de 2018. **Com políticas**, 2019.

GREGOLIN, Maria Do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **ALFA: Revista de Linguística**, 1995.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, jun 2006.

HODGES, Brian David; KUPER, Ayelet; REEVES, Scott. Discourse analysis. **Bmj**, v. 337, p. a879, 2008.

IDOETA, Paula. A história de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid. BBC News Brasil, São Paulo, 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>. Acesso em: 22 maio 2021.

JANSEN, Thiago. Número de internautas no Brasil alcança percentual inédito, mas acesso ainda é concentrado. **O Globo**. 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/numero-de-internautas-no-brasil-alcanca-percentual-inedito-mas-acesso-ainda-concentrado-13027120>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

JONES, Philip. **Studying society: sociological theories and research practices**. HarperCollins, 1993

JÚNIOR, Celso Machado et al. A contribuição da sociologia do conhecimento para os estudos de institucionalização e legitimação do conhecimento do campo científico. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 231-246, 2016.

KARLSEN, Rune et al. Echo chamber and trench warfare dynamics in online debates. **European Journal of Communication**, v. 32, n. 3, p. 257-273, 2017.

MANDETTA, Henrique. Acabo de ouvir do presidente [...]. 16 abr. 2020. Twitter: @lhmandetta. Disponível em: https://twitter.com/lhmandetta/status/1250865863755997189?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1250865863755997189%7Ctwgr%5E&ref_url=https%3A%2F%2Fnoticias.uol.com.br%2Fsaude%2Fultimas-noticias%2Fredacao%2F2020%2F04%2F16%2Fmandetta-demissao-ministerio-da-saude-bolsonaro.htm. Acesso em: 02 nov. 2020.

LANA, Raquel Martins et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00019620, 2020.

MATTOS, Marcela. Pesquisa: Bolsonaro se move pela bússola das redes sociais. **Veja**, 04 abr. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/pesquisa-bolsonaro-se-move-pela-bussola-das-redes-sociais/>. Acesso em 01 nov. 2020.

MENDES, Isabel Amélia Costa; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Acerca da utilização do método científico nas pesquisas de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 36, n. 1, p. 13-19, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de saúde pública**, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993.

Ministério da Saúde pede a instituições federais ‘ampla divulgação’ da cloroquina. Rio de Janeiro, **O Globo**, 17 jul 2020c. Sociedade. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/ministerio-da-saude-pede-instituicoes-federais-ampla-divulgacao-da-cloroquina-24538488>. Acesso em: 30 out. 2020.

MUZZETTO, Luigi. Schutz, Berger and Luckmann. The question of the natural attitude. **Società Mutamento Politica**, v. 6, n. 12, p. 245-277, 2015.

NORTH, Douglass C. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

OLENSCKI, João et al. Aplicação de análise de sentimentos no Twitter para avaliação da percepção pública quanto a cloroquina. In: **Anais do XX Simpósio Brasileiro de Computação Aplicada à Saúde**. SBC, 2020. p. 500-505.

OMS não recomenda hidroxicloroquina para pacientes da covid-19, diz Opas. UOL, São Paulo, 14 jul 2020. Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/14/oms-nao-recomenda-hidroxicloroquina-para-pacientes-da-covid-19-diz-opas.htm>. Acesso em: 28 out 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2012.

PACHECO, Cristina Siqueira. PROTAGONISMO DAS REDES SOCIAIS NA ELEIÇÃO DE BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DO BRASIL. In: **1º Congresso Ibero-americano sobre Ecologia dos Meios-Da Aldeia Global à Mobilidade**. 2019.

PEREIRA, Olga; MONTEIRO, Inês; PEREIRA, Ana Luísa. A visibilidade da deficiência—Uma revisão sobre as Representações Sociais das Pessoas com Deficiência e Atletas Paralímpicos nos media impressos. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 22, 2012.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble**. What the internet is hiding from you. The Pinguim Press. New York, 2011.

RECUERO, Raquel. **Elementos para a análise da conversação na comunicação mediada pelo computador**. 2008.

ROSYADI, Muhammad Shofi; ERIYANTO, Eriyanto. The Influence of the Social Media Recommendation System Against Polarization in the Views of User Politics. **Universitas**, v. 1, p. 2Postgraduate, 2019.

SANCHES, Mariana. Lançada por Trump e propagandeada por Bolsonaro, hidroxicloroquina está vetada em hospitais nos EUA. BBC, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53370870>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SÁNCHEZ-VALLEJO, Maria Antonia. Facebook tolerou discursos de ódio em países em guerra em prol de seu crescimento. El País. Nova York, 26 de outubro de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-10-26/facebook-tolerou-discursos-de-odio-em-paises-em-guerra-em-prol-de-seu-crescimento.html> . Acesso em: 27 out. 2021.

SANTOS, Patricia D.; GOYA, Denise H. Detecção de Posicionamento e Rotulação Automática de Usuários do Twitter: estudo sobre o embate científico-político no contexto da CPI da Covid-19. In: **Anais do XI Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining**. SBC, 2022. p. 49-60.

SILVA, Luiz Rogério Lopes et al. A gestão do discurso de ódio nas plataformas de redes sociais digitais: um comparativo entre Facebook, Twitter e Youtube. **Revista ibero-americana de ciência da informação**, v. 12, n. 2, p. 470-492, 2019.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Vestígio Editora, 2019.

OMS, s/d. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1. Acesso em: 20 maio 2023.

SCHREIBER, Mariana. Bolsonaro sera novo foco da CPI da Covid. 09 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57018138>. Acesso em: 10 maio 2021.

SCHMIDT, Beatriz et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (campinas)**, v. 37, 2020.

SPOHR, Dominic. Fake news and ideological polarization: Filter bubbles and selective exposure on social media. **Business Information Review**, v. 34, n. 3, p. 150-160, 2017.

SUNSTEIN, Cass R. **Echo chambers**: Bush v. Gore, impeachment, and beyond. Princeton: Princeton University Press, 2001.

STEBBINS, Robert A. **Exploratory research in the social sciences**. Sage, 2001.

TAVARES, Joelmir. Bolsonaro lidera influência nas redes sociais, aponta pesquisa. Folha de S.Paulo, 25 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1938138-bolsonaro-lidera-influencia-nas-redes-sociais-aponta-pesquisa.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

TRUMP, Donald. HYDROXYCHLOROQUINE & AZITHROMYCIN, taken together [...]. 21 mar. 2020. Twitter: @realDonaldTrump. Disponível em: https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1241367239900778501?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1241367239900778501%7Ctwgr%5E&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.metropoles.com%2Fcoronavirus%2Ftrump-cloroquina-e-azitromicina-podem-mudar-medicina. Acesso em: 02 nov. 2020.

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. **Institutional analyses of organizations**: Legitimate but not institutionalized. 1994.

Veja curiosidades do Datafolha sobre apoio a militares no governo. **Folha**, 08 abr. 2019a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/veja-curiosidades-do-datafolha-sobre-apoio-a-militares-no-governo.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Veja líderes estrangeiros que relutaram em apoiar isolamento social contra coronavírus, mas que mudaram de ideia. **G1**, 30 mar. 2020b. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/03/30/veja-lideres-estrangeiros-que-relutaram-em-apoiar-isolamento-social-contracoronavirus-mas-que-mudaram-de-ideia.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, 2020.

VIEIRA, Anderson. Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado Fonte: Agência Senado. 20 de outubro de 2021. Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Acesso em: 21 out. 2021.

YouTube já excluiu 33 vídeos de Bolsonaro por disseminação de fake news. Estado de Minas. 31 de outubro de 2021. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/10/31/interna_politica,1318728/youtube-ja-excluiu-33-videos-de-bolsonaro-por-disseminacao-de-fake-news.shtml. Acesso em: 18 nov. 2021.

WATERMAN, Daniel. Bolsonaro: 30% das mortes seriam evitadas com cloroquina. UOL, 10 out. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/bolsonaro-30-das-mortes-seriam-evitadas-com-cloroquina,b4d6c70ee9f1e906acf267e3e1b8b780b6pc47y2.html>. Acesso em: 15 out. 2020.

Wang, W. et al. Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. **Lancet**, v. 395, n. 10223, p. 497-506, 2020.

ZUKER, Fábio; PEDRO, Thomaz. **Fake news e'kit-Covid'**: como Bolsonaro impactou decisão sobre vacinas entre indígenas. 2022.